

www.etm.com.br

CADERNOS

DO TERCEIRO MUNDO

R\$ 6,00



ISSN 0101-7993



232



Brasil mergulha na escuridão

Crise de energia elétrica atinge as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste

ITÁLIA

A sombra da direita

CULTURA

O Brasil redescoberto pela canção popular

POLÍTICA

Crise ética leva protestos às ruas

ALMANAQUE BRASIL

Um livro de referência imprescindível e que constitui uma valiosa fonte de pesquisa sobre o país em seus múltiplos aspectos.

500 anos de História, Política, Economia, Cultura e Tecnologia, Meio Ambiente, Administração Pública, Educação, Saúde, Qualidade de Vida, População, Dados sobre Violência.

O **Almanaque Brasil** lhe dá ainda um completo panorama de cada unidade da Federação. Você se informará também através de textos selecionados de especialistas sobre assuntos brasileiros.



*Preço de capa R\$29,50



Faça seu pedido pela Internet ou pelo fax:

Fax: (0xx21) 252-8455 e-mail: etm@etm.com.br www.etm.com.br

Rua Conde de Lages, 44 - Grupo: 508 / 510 - CEP: 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ

O povo quer luz, mesmo no escuro

O APAGÃO PAIRA, DESDE O DIA PRIMEIRO DO MÊS, como ameaça sobre a maior parte dos brasileiros, nos vários papéis que a vida lhes atribui: como moradores, trabalhadores, empresários, usuários de serviços movidos a eletricidade, pagadores de contas.

Enquanto não vem o corte de energia oficial, cabe a cada um promover seu microapagão particular, de pelo menos 20%, o que, porém, não garante que o cidadão fuja às drásticas penalidades pecuniárias que atingirão os que ultrapassarem certos limites. Desde o mês passado, o país se tornou sensivelmente mais escuro.

Mas o povo quer luz. A própria e a simbólica – a luz da transparência. A energia que move essa vontade da cidadania não procede de hidrelétricas, mas da indignação. É energia gerada por intensa cachoeira de decepções com o mundo da política.

O cidadão, que vota, espera que os interesses públicos tenham prioridade na ação de administradores, julgadores e legisladores. E literalmente toma um choque, quando as desavenças internas permitem vislumbrar, pelos escândalos denunciados, que os interesses da sociedade nacional são os últimos a serem contemplados.

Assim, movido a ameaça de apagão e sob uma clara certeza de que vai precisar desembolsar mais algum dinheiro para ter menos luz em casa ou menos energia em seu negócio, o brasileiro começa a endossar a campanha que prega “um choque de ética”.

Entidades religiosas encabeçam o movimento e consideram que as decepções produzidas pelos setores políticos amarguram ainda mais um povo já em sua maioria deprimido pela falta de perspectivas, pela persistência do desemprego, a guerra civil branca que corrói as cidades, a consolidação da informalidade, a ausência de motivos que o encham de orgulho e a preocupante sensação de que não cumprem seu papel os que têm a obrigação de zelar pelo hoje e preparar o amanhã.

Dá uma espécie de dor ler o pensamento do presidente da República, em entrevista a um grande jornal, admitir, com certa candura, que “se não chover o país pára”. E não oferecer alternativas, além do apagão. A culpa dos céus não cabe, pois há reservatórios quase sangrando no Sul e no Norte, mas tanta energia virtual não chega onde precisa por culpa de terráqueos claramente identificados, que esqueceram de “fazer o dever de casa”, como se diz hoje para explicar ao cidadão eleitor que as prioridades de governo não o contemplam. O “dever de casa” incluía planejar e investir, inclusive, em energia.

Um pessimista já comentou que, graças a Deus, nosso problema é somente na área energética, porque, se fosse uma guerra, já estaríamos todos sob grilhões por falta de balas. Certamente, coisas de pessimista em choque, em síndrome de nictofobia, o pavor do apagão.

Os editores

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO

ISSN 0101-7993
Nº 232 - Junho 2001

EDITORA



TERCEIRO MILÊNIO

Rua Conde de Lages, 44 - Grupos: 508/510 - CEP 20241-080 - Lapa - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (0 XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - Internet: <http://www.etm.com.br>

Publicação com informação e análise das realidades dos países emergentes

FUNDADOR:

Neiva Moreira

DIRETORA:

Beatriz Bissio

DIRETOR-ADJUNTO:

Pablo Piacentini

EDITOR:

Procópio Mineiro

CONSULTORES:

Darcy Ribeiro (in memoriam) Henry

Pease Garcia (Peru), Eduardo Galeano (Uruguai) e

Juan Somavia (Chile)

DEPTO DE ASSINATURAS:

Tel.: (0XX 21) 221-7511 - Fax: (0 XX 21) 252-8455

E-mail: Assinaturas@etm.com.br

Pagamentos: Cheque nominal à Editora Terceiro Milênio e todos os cartões de crédito
NÚMEROS ATRASADOS: Ao preço do último exemplar, desde que disponível no estoque. Solicitar envio ao Departamento de Assinaturas, acrescentando 30% ao valor do pedido para postagem ou adquiri-los diretamente na sede da Editora.

PUBLICIDADE:

Rio de Janeiro/RJ: LJS Alves Representações

Rua Tefilo Otoni, 15 - sala 913 - Centro - CEP 20090-080

Tel.: (0XX21) 283-1661

São Paulo/SP: J.R. Comunicação e Publicidade Ltda.

Rua Pamplona, 700 - 2º andar - conj. 24 - Cerqueira

César - CEP 01405-000 - Tel.: (0XX11) 2513751/251-5675

Belo Horizonte/MG: KSD Publicidade Ltda.

Rua Catete, 979 - sala 103 - Barroca - CEP 30430-520

Tel.: (0XX31) 9618-7417

Fortaleza/CE: AJS Assessoria e Marketing Ltda.

Rua Guilherme Rocha, 218/503 - Centro - CEP 60030-140

Tel.: (0XX85) 226-7560/999-9924

Brasília/DF: JCZ Comunicações

SRTVS - Quadra 701 - Bloco C - sala 330 - Centro Empre-

sarial - Brasília - CEP 70340-907 - Tel.: (0XX61) 3222034

Porto Alegre/RS: RS Mídia

Rua Lloyd de Andrade Polidoro, 15 - Aberta dos Morros

CEP 91751-620 - Tel.: (0XX51) 248-3514

DISTRIBUIÇÃO/BRASIL:

Fernando Chinaglia - Tel.: (0xx21) 3879-7766

VENDA NO URUGUAI: Kiosko Salvador

Av. 18 de Julio y Paraguay; tel: 901-5459

FOTOS: José Barros de Amarante (Brasília) Agence France

Presse (AFP) e Centro de Documentação (Cedoc).

CADERNOS DO TERCEIRO MUNDO utiliza os serviços das

seguintes agências de notícias: Angop (Angola), AIM (Moçambique),

INA (Iraque), IPS (Inter Press Service), Wafa (Palestina) e a rede de

agências dos Países Não-Alinhados.

PUBLICAÇÕES DA EDITORA TERCEIRO MILÊNIO:

Cadernos do Terceiro Mundo (política internacional); **Revista do**

Mercosul (informação do bloco econômico); **Ecologia e**

Desenvolvimento (questões ambientais); **Almanaque Brasil e**

Enciclopédia do Mundo Contemporâneo (obras de referência)

Filiada à **ANER**

Cartas

Mulher

Escrevo-lhes para solicitar a abordagem, em suas páginas, de um assunto da maior importância: a forma como a mídia eletrônica brasileira está apresentando a imagem da mulher. Já estávamos acostumados a encontrar a mulher-objeto como elemento sempre presente na publicidade, e contra isso já houve reações indignadas de muitos grupos de mulheres organizadas que têm consciência de como essa imagem vai contribuindo para a fixação dos valores machistas nas novas gerações. Mas isso não é nada, diante da forma como atualmente alguns programas de televisão vulgarizam a mulher, apresentando-a como a fêmea a serviço do mais primário sentimento de domínio e superioridade do macho.

As denúncias do alarmante aumento da gravidez entre adolescentes – e até entre meninas de pouco mais de 10 anos – e a proliferação de bailes funks, onde também se dá a exacerbação da manipulação da mulher como objeto, são sintomas de um retrocesso nas conquistas das mulheres brasileiras, que já conseguiram avanços significativos em todos os terrenos da atividade humana, não refletidos na mídia eletrônica.

Cadernos do Terceiro Mundo tem se caracterizado por abordar sempre temas que estão presentes na sociedade mas não encontram espaço para um debate mais amplo em outros meios de comunicação. Convido a equipe a refletir sobre a urgência deste debate.

Maria Laura de Araújo Melo
Florianópolis - Santa Catarina

Amizade

Desejo fazer amizade com pessoas progressistas e socialistas, homens e mulheres, do mundo inteiro.

Valter João Mendez
Rua Ibi, 52
CEP 21050-680 - Higienópolis
Rio de Janeiro - RJ

O bobo da Corte

Às vezes, fico cá pensando com meus botões se realmente os pronunciamentos das autoridades governamentais (presidente, ministros, parlamentares, etc.) refletem o pensamento "deles" ou se, de uma certa forma, "eles" subestimam a nossa inteligência, não revelando exatamente aquilo que foi pensado. Vou procurar ser mais claro.

Em recente reunião ministerial para se discutir a privatização de Furnas, os auxiliares do presidente, presentes à reunião, aconselharam-no a se continuar com o projeto de privatização de Furnas nos moldes do BNDES, pois senão o presidente teria duas derrotas. Uma econômica, que não disseram quais os motivos; e outra política, pois Itamar Franco iria se sentir vitorioso.

Economicamente, Furnas parece estar saudável e, convenhamos, será que o argumento político Itamar (com todo respeito à sua figura) é mais forte que o interesse nacional? Eu só queria entender.

Ailson Dalton
Rio de Janeiro - Rio de Janeiro

Petróleo

Parece que estamos vivendo uma grande panacéia privatizante, e o pior, no caso da Petrobrás, vemos uma espécie de surrealismo, que no fundo nos dá a impressão de estarem sangrando o patrimônio público. Nos últimos tempos têm acontecido muitos vazamentos de petróleo, com multas milionárias sem a respectiva discussão sobre o valor, nem para onde estão sendo canalizados os recursos. Os trabalhadores brasileiros agora têm o direito conquistado de usar parte do seu FGTS para comprar o que é seu (ações da Petrobrás), e somente parte da população tem esse direito, enquanto os demais (pobres e desempregados) não têm a mesma opção.

Vemos os países centrais reestocando o ouro negro em seus poços, enquanto os países em desenvolvimento vendem seu direito de exploração dessa valiosa energia. Segundo cálculos da Opep, o estoque mundial de petróleo deve perdurar até 2030. Logo, temos pelo menos 30 anos para criar uma estratégia de

crescimento com energia auto-sustentada, porque até o momento, além do Proálcool e de trabalhos acadêmicos, parece que nada aconteceu efetivamente.

A estratégia com relação a uma das maiores companhias mundiais de petróleo, a Petrobrás, parece ser ampliar a exploração no mar e depois privatizá-la.

Torço para que o Congresso Nacional e o Poder Executivo do país discutam melhor a estratégia nacional para a energia e o patrimônio público investido em ações estratégicas para o crescimento econômico, antes de abrirem o petróleo nacional às "nações amigas".

Gilberto Elói Milani
Prof. de Economia e Extensionista
Empresarial
Via correio eletrônico

Volta ao Iraque

Muito oportuna e informativa a matéria de capa que dedicaram ao Iraque. É necessário que o Brasil retome a sua política externa independente e faça, o quanto antes, uma revisão de sua atuação no Oriente Médio, particularmente no que diz respeito às relações com Bagdá. Já fomos importante parceiro do Iraque e não há tempo a perder para voltar a ocuparmos esse espaço, não só guiados por interesses comerciais, mas humanitários e políticos.

Júlio Campos Benevides
São José do Rio Preto - RJ

Vaticano

Sugiro que a revista publique uma matéria sobre o Vaticano e as suas relações com a Itália. Com o conflito em torno da Rádio do Vaticano, cujas antenas transmissoras estavam totalmente fora dos padrões de radiação admitidos pela legislação italiana – causando um aumento alarmante de doenças nas populações vizinhas – ficou em evidência o conflito de soberania que está latente e que é muito pouco conhecido do público.

Clara Mattos Hughes
Belo Horizonte - Minas Gerais

Conjuntura

Estamos caminhando para o final do segundo mandato de Fernando Henrique Cardoso. Várias crises vão se sobrepondo, tensionando o ambiente e tornando a sucessão presidencial de 2002 uma grande incógnita.

A disputa ACM *versus* Jader Barbalho pelo controle do Senado Federal acabou por revelar o crime de violação do painel de votação, por parte do próprio ACM e de José Roberto Arruda, então líder do governo naquela Casa. Revelou, também, o esquema de corrupção de Jader Barbalho.

A operação-abafa da CPI da Corrupção colocou em funcionamento uma gigantesca máquina de aliciamento, pressão e manipulação do Congresso Nacional por parte do Palácio do Planalto. A razão disso, sem dúvida, foi o pavor do governo federal com relação à investigação dos crimes praticados na sua esfera: atuação do secretário da Presidência, Eduardo Jorge; envio de dinheiro para paraísos fiscais (Dossiê Cayman); processo de privatização das telecomunicações etc. Certamente, o que seria apurado decretaria o fim antecipado do governo FHC, devido às evidências do envolvimento direto do presidente da República em esquemas de corrupção.

Para completar o quadro, a anunciada crise de energia elétrica ameaça o país e toda a população, fragiliza o emprego, a economia, a produção, a segurança pública etc., etc. Consegue deixar exasperado o trabalhador e o pequeno, o médio e até o grande empresário. Revela, também, o quanto o governo FHC cumpriu cegamente as orientações do FMI com relação a limites de investimento e crescimento econômico, não importando a nação, o nosso povo e o nosso futuro. O importante era a obediência às metas do FMI para o Brasil.

Agora, o governo procura o milagre de enfrentar a crise energética minimizando as perdas eleitorais em 2002. Afinal, o FMI exige também a fidelidade às suas metas depois de 2002, o que obriga o presidente a fazer o seu sucessor para tranquilizar o capi-

tal financeiro internacional. Tudo, no entanto, joga contra a antiga coalizão que elegeu Fernando Henrique para dois mandatos consecutivos.

Como disse o cientista político José Luiz Fiori: "Não há dúvida de que essa crise não se restringe a um desvio de comportamento de alguns senhores. Ela é um espasmo e um sintoma de que esse governo já se esgotou há muito tempo, e que seus pedaços estão em processo de ajuste de contas."

Estamos em pleno processo de desagregação econômica, política e moral das nossas mal chamadas "elites". Essas mesmas "elites" que estão propondo o último ato de eliminação da soberania nacional, com a adesão do Brasil à Alca. Se isto for consumado, os poderes político, econômico e até mesmo legislativo e jurídico serão definitivamente transferidos para os Estados Unidos, para a sede do Império – será o fim do Brasil como nação.

Estas "elites" beligerantes, que atualmente entregam e disputam pedaços do país com métodos criminosos, só estarão unidas internamente no segundo turno das próximas eleições presidenciais. Frente a uma candidatura de esquerda, com bases populares, elas precisarão se unir para continuar a controlar o governo e o Estado. Passado este breve intervalo, voltarão ao "ajuste de contas".

O que podem os setores comprometidos com um projeto popular e democrático, com a construção de uma nação livre e soberana, frente a esta situação? Esta é a grande questão.

Uma coisa é certa: a construção de um projeto popular e de uma nação livre passa, por um lado, pela libertação do país do jugo de suas "elites" predadoras e, por outro, por uma sólida articulação dos setores populares, que tenha como meta a transformação radical da sociedade e do Estado brasileiro. Nunca a expressão "socialismo ou barbárie" fez tanto sentido como nos dias que passam.

Paulo Maldos
Assessor Político do Cimi
Brasília - DF

CADERNOS
DO TERCEIRO MUNDO

a serviço do leitor

Para assinar a *Cadernos do Terceiro Mundo* ligue para

(0 XX 21) 221-75 11

ou envie um fax:

(0 XX 21) 252-8455

Ou pela Internet:

etm@etm.com.br

O preço promocional da assinatura é de **RS 60,00 à vista**, POR TEMPO LIMITADO

O pagamento da assinatura pode ser feito por cheque nominal, cartão de crédito ou boleto bancário, à vista ou em até 4 vezes

Estamos à sua disposição de segunda a sexta, das 9 às 19 horas

Para enviar cartas:



Cadernos do Terceiro Mundo
Editora Terceiro Milênio

Rua Conde de Lages, 44
Salas 508-509-510 - Lapa
CEP 20241-080

Rio de Janeiro - RJ - Brasil

As cartas devem trazer a assinatura, o endereço, o número de cédula de identidade e o telefone do autor.

Para comprar números atrasados:

Se estiverem disponíveis no estoque, serão vendidos ao preço de capa da última edição, acrescido de 30% desse valor para cobrir despesas de correio.

Contate o Departamento de Circulação
Tel: (0 XX 21) 221-7511

Para anunciar:

Ligue (0 XX 21) 221 - 7511 e contate o Departamento Comercial

Para pesquisas e uso da revista em sala de aula:

Ligue (0 XX 21) 221-75 11 e contate o Centro de Documentação ou os Editores.

Na Internet:

<http://www.etm.com.br>

E-mail: etm@etm.com.br

Sumário

Junho 2001 • Nº 232 • Ano XXVI



Foto de capa: AFP



Foto: Diamante Produart Ltda

2 **CARTAS**

6 **PLANALTO**

9 **FRASES**

10 **PANORAMA NACIONAL**

BRASIL/POLÍTICA

12 **Renúncias preservam as carreiras de ACM e Arruda**
A opinião pública exige um choque de ética e entidades profissionais programam manifestação-monstro para final de junho

16 **Estudantes voltam às ruas**
Insatisfação da cidadania mobiliza juventude em protestos pela ética na política

BRASIL/SAÚDE

18 **Pesquisa faz radiografia carioca**
O Rio é a primeira cidade a conhecer seu Índice de Desenvolvimento Humano

BRASIL/DROGAS

22 **Guerra à maconha tem primeiros resultados**
Mas ainda se esperam estímulos à substituição de culturas e a implantação da reforma agrária nas terras expropriadas

BRASIL/CULTURA

26 **O Brasil redescoberto pela canção popular**
Pesquisadores, críticos e artistas discutem sociedade e cultura no Brasil dos anos 60 através da bossa nova e da tropicália

40 **PANORAMA ECONÔMICO**



Foto: AFP



Foto: AFP



Escuridão ameaça o Brasil

A pouco menos de dois anos do término de seu segundo mandato, só agora o presidente Fernando Henrique Cardoso procura conhecer a origem dos problemas do setor energético do país. Para isso, acaba de formar uma comissão especial, que tem prazo de 60 dias para entregar relatório

U
E
M
C 30

BRASIL/ENTREVISTA

44 A ecologia social contra a desumanização

A globalização neoliberal semeia a crise econômica pelo mundo, levando as sociedades em direção a um salve-se-quem-puder

48 LIVROS

50 PANORAMA INTERNACIONAL

56 GENTE

AMÉRICA LATINA/MÉXICO

57 Os filhos de Zapata

Desde que surgiu, em 1994, o movimento dos índios zapatistas está causando transformações no México e provocando reflexão das esquerdas em todo o mundo

EUROPA/ITÁLIA

60 A sombra da direita

Com o apoio de partidos xenófobos e pós-fascistas, Silvio Berlusconi elege-se na Itália

FRANÇA/CULTURA

62 Esquerda promove filmes latino-americanos

Numa cena internacional dominada pelo quase monopólio de Hollywood, nosso cinema encontra algumas brechas para chegar ao público europeu

PÁGINA ABERTA/OPINIÃO

64 Tema para arqueólogos?

A cada dia, as multinacionais ganham mais espaço sob o olhar cúmplice dos governos

Extinção da Sudam e Sudene divide opinião de senadores

A extinção das Superintendências do Desenvolvimento da Amazônia (Sudam) e do Nordeste (Sudene) continua provocando polêmica em torno da necessidade ou não da existência desses dois órgãos que ostentavam, em sua história, uma face dupla: uma como tábua de salvação para promover, com recursos, o desenvolvimento regional, e outra, esculpida pela inoperância de suas es-

truturas e dos escândalos de malversação de dinheiro público, até agora sem explicações convincentes. Idealizada pelo economista Celso Furtado, a Sudene teve sua linha de ação desvirtuada, e não pôde mais acompanhar o ritmo das demandas regionais, segundo alguns observadores.

O senador Ney Suassuna (PMDB-PB) promete apresentar requerimento à Comissão de Fiscalização e Controle (CFC), por ele presidida, para que seja iniciada uma investigação mais profunda, pelo Senado Federal, das denúncias envolvendo os dois órgãos. Quer "separar o joio do trigo, para não dar a impressão de que todos os que moram no Norte e Nordeste são inidôneos". Protesta contra a falta de consulta às lideranças regionais antes do anúncio da medida provisória que extinguiu "do dia para a noite", segundo ele, duas instituições que prestavam serviços ao país.

Já o senador Sebastião Rocha (PDT-AP) não vê a Sudam e a Sudene com os mesmos olhos de Suassuna. Apóia a medida, alegando que os dois órgãos "tinham suas estruturas carcomidas e ultrapassadas". Citou o Amapá que, mesmo considerado um estado pobre, sofreu discriminação por parte da Sudam, sendo um dos menos beneficiados pela extinta superintendência regional. Rocha acredita que o Congresso Nacional poderá agora instalar uma comissão especial para estudar a melhor forma de gerar recursos para o desenvolvimento regional da Amazônia e do Nordeste. O melhor caminho, segundo o senador pedetista, é que, através de consenso, se consiga atenuar os desequilíbrios regionais no país, com mecanismos que garantam que os recursos cheguem ao lugar de destino. ■



Foto: Antônio Cruz - ABr

Senador Ney Suassuna (PMDB-PB)

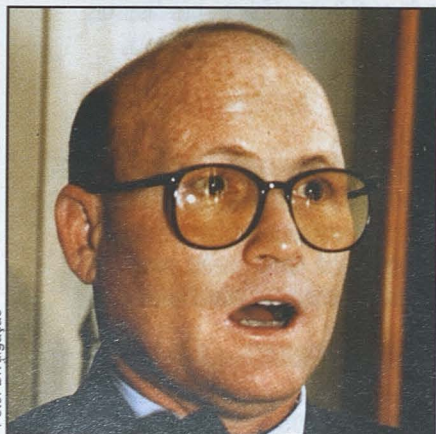


Foto: Divulgação

Senador Sebastião Rocha (PDT-AP)

Financiamento para pequenos negócios

O incentivo à pequena empresa pode ser a solução para combater o desemprego, a segurança pública e o êxodo rural. Esta é a opinião do senador Osmar Dias, que defendeu um projeto de lei na qual os bancos públicos federais serão obrigados a aplicar 50% dos recursos ativos disponíveis para empréstimos a médias, pequenas e microempresas, pois nelas estão 60% dos empregos das cidades.

O projeto prevê ainda que os financiamentos concedidos terão encargos financeiros de até 12% ao ano e, caso haja sobra de recursos, os bancos ficarão livres para aplicar em outros empreendimentos. O senador acredita ser de grande importância o governo federal incentivar programas como o Brasil Empreendedor e o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (Pronaf), responsável pela criação e manutenção de 500 mil empregos por ano. ■

Saturnino sugere confissão de erros

Em discurso feito no plenário, o senador Roberto Saturnino (PSB-RJ) sugeriu ao governo que venha a público confessar erros cometidos na condução da política energética com a abertura indiscriminada do mercado.

"A hora é de confissão diante da população e, também, de um amplo debate de uma política alternativa capaz de retirar o país da perspectiva de colapso", afirmou o senador, que criticou o governo por ter utilizado os recursos da privatização de empresas do setor "para pagamento de compromissos com o mercado financeiro". ■

Verbas publicitárias do MEC em debate

O presidente da Associação Nacional dos Docentes de Ensino Superior (Andes), professor Roberto Leher, anunciou que a rubrica de propaganda do gabinete do ministro da Educação tem reservado para este ano o total de 23 milhões de reais que serão gastos "para divulgar a imagem de Paulo Renato em todo o país".

Disse Leher que professores e pesquisadores estão revoltados, porque este valor é apenas de sete milhões a menos de todo o orçamento para a pesquisa no Brasil, que este ano é de 30 milhões de reais. "Essa é a grande hipocrisia deste governo", afirmou o líder sindical, informando ainda que Paulo Renato "inundou as pequenas cidades com outdoors de publicidade, numa manifestação explícita de que quer se credenciar como candidato à Presidência da República, gastando dinheiro do povo em proveito próprio". ■

Deputado repudia plano de privatização das universidades

O deputado Agnelo Queiroz está em campanha contra as iniciativas do ministro da Educação, Paulo Renato, que quer privatizar as universidades federais. "Essa é uma grande conspiração contra a natureza democrática dessas instituições que já vêm sofrendo inúmeros problemas de empobrecimento de suas bibliotecas, desmantelamento de laboratórios, deterioração das edificações e esvaziamento dos quadros de pessoal", disse o deputado brasileiro, afirmando ainda que "esta é mais uma manobra de um governo neoliberal no intuito de fazer valer as determinações do Fundo Monetário Internacional, em detrimento de todos os demais valores da sociedade humana".

Ele criticou também o anúncio feito pelo ministro da Educação de que vai contratar mais dois mil professores universitários dizendo que, na verdade, estão apenas convertendo vagas surgidas na vigência do Regime Jurídico único e bloqueadas durante os dois mandatos do presidente Fernando Henrique Cardoso. "Esta é uma manobra cínica", denunciou Agnelo. Ele está convicto de que o governo e o ministro da Educação querem "apenas neutralizar a independência política e a autonomia intelectual conquistada a duras penas". ■

Governo sem interesse na reforma tributária

O PROJETO DA REFORMA TRIBUTÁRIA está sem data para ir ao plenário na Câmara porque "o governo não tem o menor interesse em aprová-la". A denúncia foi feita pelo deputado federal Germano Rigotto (PMDB-RS), relator da reforma na Câmara, chamando atenção para o fato de o presidente Fernando Henrique Cardoso ter dado prioridade para votação de outras reformas, inclusive a do Código Penal, quando, na verdade, disse o relator, "a reforma tributária é muito mais urgente".

A demora na votação, segundo o deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO), se deve ao fato de que "nenhum governo, seja federal, estadual ou municipal, aceita que a reforma possa lhe acarretar perda na arrecadação". Ele sugere um sistema "harmônico que distribua de forma igual a carga tributária, respeitando-se a capacidade contributiva de cada brasileiro e que, simultaneamente, não acarrete perda de receita". Bittencourt acredita que só a reforma tributária pode diminuir as diferenças entre as regiões e baixar os níveis de desemprego. ■

Fotos: Agência Brasil



Deputado Luiz Bittencourt (PMDB-GO)



Ministros da Defesa dos países da Comunidade de Língua Portuguesa discutiram linhas de ação para desenvolver o intercâmbio profissional, o que vai ajudar na organização das Forças Armadas, principalmente das nações menores e que dispõem de poucos recursos para o setor

Ministros da Defesa adotam sistema idêntico para centro estratégico

Os ministros da Defesa dos Países de Língua Portuguesa que se reuniram em Brasília nos dias 21 e 22 de maio aprovaram a adoção de metodologia para implementação gradativa de um Centro de Análises Estratégicas, que se baseará nas tecnologias da internet. A proposta, apresentada pelo representante de Portugal, é ainda embrionária e o bloco deverá buscar recursos para a instalação desse centro.

Com a participação de ministros da Defesa de Angola, Brasil, Guiné-Bissau, Moçambique, São Tomé e Príncipe e do secretário de Assuntos Parlamentares de Cabo Verde, a quarta reunião da comunidade contou ainda com a presença de Roque Rodrigues, do Timor Leste, que veio a Brasília na qualidade de observador.

Na declaração final do encontro, ficou acertada a política de intercâmbio no domínio da formação militar no conjunto dos sete países de língua portuguesa, que deve alcançar três principais objetivos: formação e treinamento de pequenas unidades para desempenho de missões de ajuda humanitária e de manutenção da paz; reforço da formação de quadros militares para o fomento da adoção de doutrina e procedimentos passíveis de aplicação comum no conjunto dos sete países e aproveitamento das capacidades de cada país no intercâmbio de cursos e estágios.

O documento final também condenou "o traiçoeiro ato de terrorismo perpetrado na cidade de Caxito (Angola) pelas forças de Jonas Savimbi contra populações indefesas, incluindo o assassinato e o rapto de crian-

ças órfãs". Segundo informações do ministro de Defesa daquele país, Kundi Paihama, cerca de 70 civis e 18 guerrilheiros da Unita foram mortos no ataque de sábado, 18 de maio.

Novo exército

Durante o encontro, o ministro de Defesa do Brasil, Geraldo Quintão, que é o novo presidente dessa comunidade, acertou a ida de observadores brasileiros das três forças para colaborar com a formação do Exército de Guiné Bissau, formada por ex-guerrilheiros. Disse o ministro que o Brasil deve enviar "pessoal de base", sargentos e soldados, informando ainda que a experiência com a Marinha "foi vitoriosa"

A longo prazo, explicou Geraldo Quintão, será o curso



Ministro Geraldo Quintão: apoio às Forças Armadas africanas

de formação militar. Disse o ministro que o Brasil terá o cuidado de oferecer cursos com base na realidade local e não apenas transferir nossas experiências.

Além da colaboração à instalação das Forças Armadas daquele país, o Brasil deve enviar também software à Guiné Bissau, informou o ministro, dizendo ainda que o jovem país também não conta com pilotos e todo o equipamento da força aérea é russo, que forneceu inclusive MIGs. ■

O que eles dizem...

“Os insatisfeitos percebem que é possível construir uma nova realidade, coletivamente”

Diogo Moysés, líder estudantil paulista, comentando as manifestações políticas da juventude, que volta às ruas em protestos

“Um sistema de saúde baseado na cura é absolutamente caro, incompetente, não resolve o problema, se presta a todo tipo de mercantilização”

Sanitarista Sérgio Arouca, secretário de Saúde do Rio, sugerindo políticas que promovam melhores condições de vida para a população, de modo a reduzir casos de doenças

“Sou um homem de direita que não perdoa à direita o fato de ser representada por um homem como Berlusconi”

Indro Montanelli, veterano e famoso jornalista conservador italiano, censurando a vitória de Silvio Berlusconi, com apoio de neonazistas

“É o mentiroso mais sincero que existe, uma vez que ele é o primeiro a acreditar nas suas próprias mentiras. Quando chora, alguns pensam que são lágrimas de crocodilo, mas estão equivocados: são lágrimas de verdade. É isso que o torna perigoso”

Indro Montanelli, definindo o risco político representado pelo novo primeiro-ministro italiano

“Essa chamada transição epidemiológica dos países ricos deu-se em 100 anos, e nós a fizemos em 50 anos”

Maria do Carmo Leal, médica e pesquisadora, responsável pelo relatório Saúde do IDH Rio, explicando que o carioca hoje morre mais de violência e dos males da velhice do que de infecções em crianças e jovens

“Foram anos mais que dourados: vivíamos de música, amor, poesia e uisque”

Marisa Gata Mansa, cantora, no seminário “Da Bossa Nova à Tropicália”, promovida pela Universidade Cândido Mendes, do Rio

A CRISE ENERGÉTICA

“A minha última informação era que o ano de 2001 seria menos grave que o ano de 2000. (...) Mas mesmo quando parou a chuva e veio a primeira indicação num relatório do dia 12 de março, que só me chegou às mãos no dia 27, não se propunha o racionamento”

Fernando Henrique Cardoso, ao JB, confirmando que foi o último a saber da crise energética

“Eu fui sincero, apenas disse que não sabia. (...) Eu espero que chova. Se não chover (o país), pára”

FHC, na mesma entrevista

“O governo cometeu imprevidências indesculpáveis. Não foi um ministro, foi o conjunto”

FHC, mesma entrevista, quando rebateu as críticas de que as privatizações no setor elétrico influíram para a atual crise

“Segundo o próprio governo, já foram arrecadados 100 bilhões de dólares com a venda de estatais. Onde está esse dinheiro? Na realidade, segundo estudos da Unicamp, para vender esse montante, o governo desembolsou 87 bilhões de dólares. Total líquido arrecadado: 13 bilhões de dólares”

“O setor público deve trabalhar a igualdade, contra a exclusão. Se o poder público não redistribuir a economia, visando à redução da desigualdade, não há como priorizar os que estão em maiores riscos sociais”

Sérgio Arouca, lamentando a falta de políticas sociais

“O poder econômico está mais monopolizado do que nunca. Os países e as pessoas, porém, se tornam concorrentes entre

Instituto Ilumina, ao criticar equívocos do programa de privatização do governo, que acreditava que as empresas internacionais iriam realizar grandes investimentos na infra-estrutura do país, inclusive no setor energético

“Além do custo de geração mais baixo, o sistema hídrico proporciona suprimento de energia, mesmo quando, como agora, não há investimento suficiente”

Documento do Instituto Virtual de Mudanças Globais (Ivig), criticando o esforço de alterar a matriz energética para a termoelectricidade

“Suspensão da privatização das empresas elétricas ainda federais e estaduais, por conta da falta de energia elétrica”

Primeiro mandamento do Decálogo contra a Crise Energética, divulgado pelo Fórum de Energia, do Fórum Social Mundial, integrado por entidades contrárias à política energética do governo federal

“A Eletrobrás deve retomar plenamente seu papel de investidor e financiador no setor elétrico; deve-se suspender o Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) para impedir que a crise do setor elétrico se transforme em especulação financeira, penalizando os consumidores e favorecendo as empresas elétricas”

Segundo e terceiro mandamento do mesmo decálogo

si, para ver quem oferece mais por menos, e quem trabalha o dobro pela metade”

Eduardo Galeano, escritor uruguaio, definindo o retrocesso nas garantias sociais imposto pelo neoliberalismo

“Do ponto de vista econômico, sem dúvida tornou-se mais atrativo ser marginal”

Deputado Fernando Ferro, sobre a cultura da maconha no sertão nordestino, onde a pobreza e a falta de reforma agrária tornam atrativo o trabalho nas roças ilegais

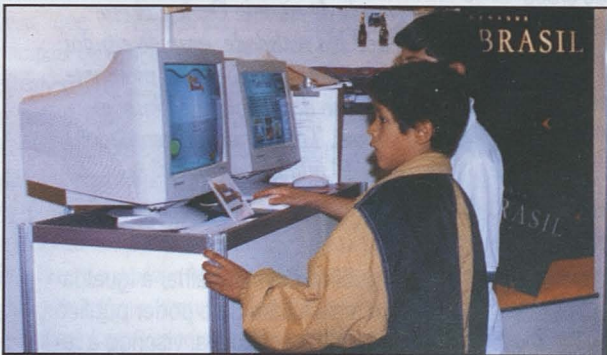
Fotos: Lelila Costa Camara



Bienal vende 1,62 milhão de livros

A X Bienal do Livro do Rio de Janeiro aconteceu de 21 a 27 de maio no Riocentro e foi considerada a maior de todos os tempos. Os números são surpreendentes, se comparados aos anos anteriores. Foram mais de 560 mil visitantes, incluindo estudantes, em dez dias de evento. Mais de 1,62 milhão de livros foram vendidos. Só os estudantes compraram mais de 330 mil e cerca de 60% dos visitantes fizeram alguma compra, ficando a média em cinco livros por pessoa, segundo dados do Sindicato Nacional de Editores de Livros (SNEL).

O espaço ocupado por expositores aumentou 73%. Compareceram mais de 100 importantes autores brasileiros, em mais de 40 eventos, entre mesas-redondas, debates, homenagens, conferências e autógrafos, além de renomados convidados estrangeiros. Participaram nove países, com destaque para a Espanha, a homenageada.



No estande da Editora Terceiro Milênio, os visitantes puderam fazer assinaturas das revistas e adquirir o 'Almanaque' e a 'Enciclopédia', além de testar conhecimentos no jogo 'Qual é a resposta?'

Na abertura da feira, o prefeito do Rio de Janeiro, César Maia, classificou a Bienal como um "evento de especial interesse para a cidade", justi-

ficando o apoio de todos os serviços públicos da prefeitura carioca. Os professores encarregados de salas de leitura e os responsáveis pelas bibliotecas

populares do município receberam uma verba especial de 500 reais, cada um, para adquirir obras que considerassem adequadas à realidade da escola em que trabalham e todos tiveram acesso gratuito.

Nos dois primeiros dias, a Bienal sediou o III Encontro de Profissionais do Ensino, com o objetivo de discutir o papel do professor no processo de ensino-aprendizagem e o desenvolvimento da sensibilidade e da capacidade do aluno de compreender a vida em todas as manifestações. O encontro serviu também para colocar os professores em contato com outros profissionais, para troca de experiências.

Foram exibidos dez filmes realizados a partir de obras da literatura brasileira, além de peças teatrais e declamação de poesias, entre elas o Recital Drummond, dando início às comemorações oficiais pelos 100 anos de nascimento do poeta Carlos Drummond de Andrade.

A Editora Terceiro Milênio marcou presença com um estande no Pavilhão Verde, onde os numerosos visitantes puderam adquirir exemplares ou fazer assinaturas das publicações **cadernos do terceiro mundo**, *Ecologia e Desenvolvimento* e *Revista do Mercosul*, além das obras de referência *Almanaque Brasil* e *Enciclopédia do Mundo Contemporâneo*. O visitante pôde participar também do jogo "Qual é a resposta?", elaborado pela editora com 150 perguntas de conhecimentos gerais, tiradas do conteúdo das publicações da casa. Professores e jovens participantes do jogo receberam brindes. ■



Foto: AFP

Os índios têm na posse das terras tradicionais a única garantia de sobrevivência de suas culturas e intensificam as reivindicações para que as áreas sejam demarcadas

Xucuru comemora conquista de terras

Após seis anos de espera, os índios xucurus, de Pernambuco, comemoraram, com a dança do Toré, a homologação de posse de seu território tradicional. A terra indígena xucuru, com 27.555 hectares, havia sido demarcada em 1995, mas, por pressões políticas dos invasores, o processo prolongou-se. Neste intervalo, a violência aumentou, fazendo com que os índios sofressem perdas irreparáveis, segundo informa o Conselho Indigenista Missionário (Cimi).

Além da terra xucuru, nove territórios indígenas foram homologados em maio, como as terras da tribo maueteque e as do vale do Javari, no Amazonas, onde vivem os matis, maiorunas, culinas e grande parte de tribos não contatadas.

Também os kreen-akarore tiveram reconhecimento de suas terras, na região de Panará, entre o Pará e Mato Grosso, no trecho do rio Iriri. Os kreen-acarores ganharam também na Justiça uma ação de indenização financeira contra a União, em razão dos danos físicos e morais que sofreram com a transferência da comunidade para o Parque Indígena do Xingu, em 1968. Foram ainda homologadas as áreas caxinauás ashanincas do rio Breu (campa, caxinauá), caxinauá do baixo rio Jordão (caxinauá), caxinauá Praia Capanã (caxinauá) e poianaua (poianaua), no estado do Acre, e ainda Chão Preto, dos xavantes, em Mato Grosso, e a dos pancararés, em Brejo do Burgo, na Bahia.

A disputa em torno da posse da terra, as freqüentes perseguições e as ameaças de morte por parte dos invasores resultaram em assassinatos no período de espera e de conflitos vividos pelos índios pernambucanos.

Em 1995, a vítima foi o advogado dos índios, Geraldo Rolim da Mota Filho, e, em 1998, o cacique Francisco de Assis Araújo (Chicão Xucuru.) Os xucurus aproveitaram o Toré para protestar contra a impunidade dos assassinos de Chicão. Antes, em 1993, havia sido assassinado José Everaldo Rodrigues Bispo, filho do pajé Zequinha.

“A homologação deve ser vista como fruto da pressão exercida pelo povo indígena, que obrigou o governo federal a cumprir a determinação constitucional de demarcar as terras indígenas”, avalia o vice-presidente do Cimi, Saulo Feitosa.

O decreto homologatório por si só não resolve o conflito. Há ainda 281 invasores, que deverão ser retirados pela Fundação Nacional do Índio (Funai). Para tanto, a União deverá disponibilizar recursos para a indenização das benfeitorias consideradas de boa-fé, diz o Cimi. Os índios prometem continuar a pressão.

“É um processo de luta. Só com muita garra a gente consegue vencê-las. Foram muitas perdas, muitas mortes e muito sangue, mas a gente só consegue vencer as coisas com luta”, diz o cacique Marcos Luidson, filho de Chicão. ■

Atendimento universal para aids

A Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos Deputados declarou apoio à posição do Ministério da Saúde de tomar as medidas necessárias à viabilização do atendimento universal dos doentes com Aids no país, incluindo a quebra das patentes de medicamentos hoje vendidos a preços elevadíssimos por laboratórios norte-americanos.

O presidente da comissão, deputado Nelson Pellegrino, informa que dados confiáveis indicam que a redução obtida pelo Brasil nos custos desses medicamentos essenciais à preservação da vida dos doentes foi da ordem de 89%. Uma nota oficial salienta que não se discute o direito de os Estados Unidos defenderem seus interesses comerciais. “Mas, nós, além desse mesmo direito, temos o dever de garantir a vida dos que necessitam desses medicamentos”, diz a comissão. ■

Cartel das montadoras pode ser investigado

O deputado federal Fernando Zuppo (sem partido) já conta com 120 assinaturas e espera atingir em breve o mínimo de 171 para instaurar uma Comissão Parlamentar de Inquérito (CPI) na Câmara Federal para investigar a formação de cartel das montadoras instaladas no país, “que tornaram os veículos produzidos e até os carros populares, com o aval do governo, inacessíveis à classe trabalhadora”.

Segundo Zuppo, os chamados carros populares, apesar de terem contado com inúmeros incentivos, tiveram acréscimo de 116%, apenas entre 1995 e agosto do ano passado. ■

Renúncias preservam as carreiras de ACM e Arruda

A opinião pública exige um choque de ética e entidades profissionais programam manifestação-monstro para final de junho, em Brasília. Manobras para barrar CPI da Corrupção derrubam popularidade de FHC

Procópio Mineiro

O SENADOR ANTÔNIO CARLOS MAGALHÃES renunciou, em 30 de maio, fazendo uma promessa, ao filho morto, o ex-deputado Luiz Eduardo Magalhães: “radicalizar cada vez mais na direção do que é correto.” O recado quis dizer que o Governo FHC continuará tendo nele um adversário indignado com o “apagão moral”, que definiria a ação de um presidente “que não tem gosto para governar” e prefere “delegar poderes a quem não merece receber tal delegação”. Sentenciou que “sanguessugas enriquecem, enquanto empobrecem o povo.”

A metralhadora giratória de ACM não poupou ninguém. Desmontou a política econômica, inclusive as privatizações e a submissão ao Fundo Monetário Internacional, além do endividamento interno e externo galopantes, que torna o país “economicamente inviável.” Criticou FHC pela crise energética, fruto de “governo imprevidente, moroso, autista.” Afirmou que “não foi por falta de alerta que despenhamos no abismo”, e fez a referência simbólica de que “nos apagões os crimes podem ser multiplicados.” Avisou que “a inflação dificilmente não voltará. É bomba de efeito retardado para o próximo governo.”

Mesmo dizendo-se livre de ódio, falou em acerto de contas. “O acerto final só se fará quando os grandes criminosos pagarem por seus pecados.”

Vítima da ética

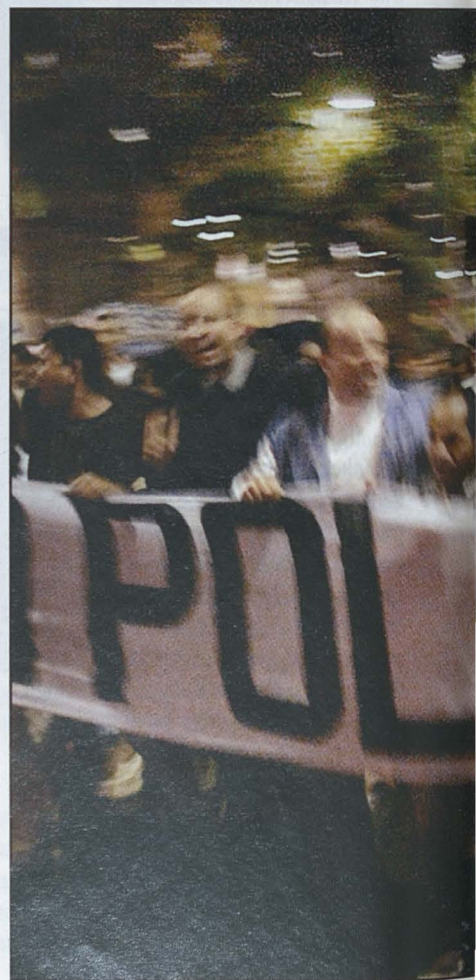
O ex-presidente do Senado procurou vincular sua renúncia às denúncias que fez contra o governo. “Não furtei. Ao contrário, apontei ladrões”, considerando que “uma crise ética rói neste momento as instituições brasileiras. Eu incomodei os inimigos do erário.”

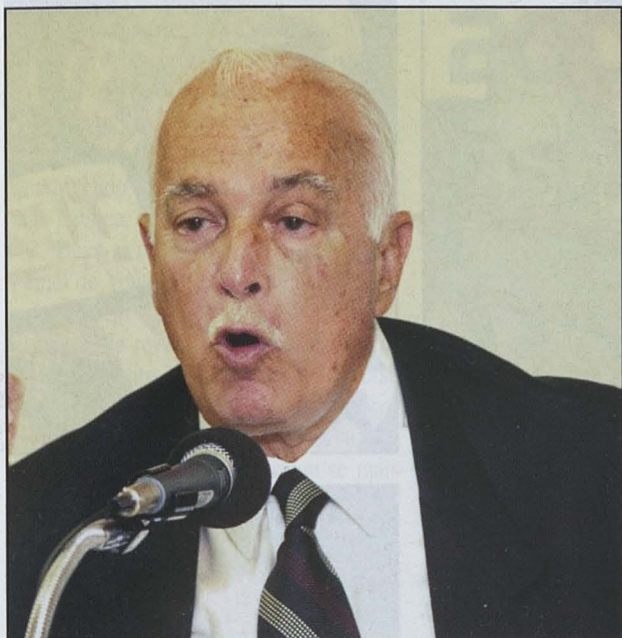
ACM não poupou o Conselho de Ética do Senado, disparando torpedos para ridicularizar o presidente da comissão, Ramez Tebet (“rábula do Pantanal”), o relator Saturnino Braga (“o pior prefeito do Rio de Janeiro”). E fez questão de dirigir-se diretamente a Jäder Barbalho, presidente do Senado, citando sócios do político paraense envolvidos com desvios de verbas na Sudam e o Caso Banpará, que atinge diretamente o senador: “O povo espera suas explicações”, desafiou.

O Poder Judiciário não ficou incólume, por “ser não operante em vários casos.” Lembrou que a CPI do Judiciário foi criada por pressão sua, revelando o caso do TRT de São Paulo. Lamentou que a Justiça tenha absolvido Sérgio Naya, construtor do prédio Palace II, que desabou no Rio há três anos, e esteja para por em liberdade o juiz Nicolau dos Santos Neto, a que se referiu sempre como o juiz Lalau.

O parceiro de violação do painel de votação do Senado e então prestigiado líder do governo no Senado, José Roberto Arruda, já renunciara na semana anterior, logo após a sessão da Comissão de Ética

A violação do segredo de voto dos senadores custou, por renúncia, o mandato ao ex-presidente da Casa, Antônio Carlos Magalhães, e ao líder do governo, José Roberto Arruda, enquanto manifestações começam a pressionar por maior moralidade nas esferas de governo





Fotos: Rose Brasil - ABr

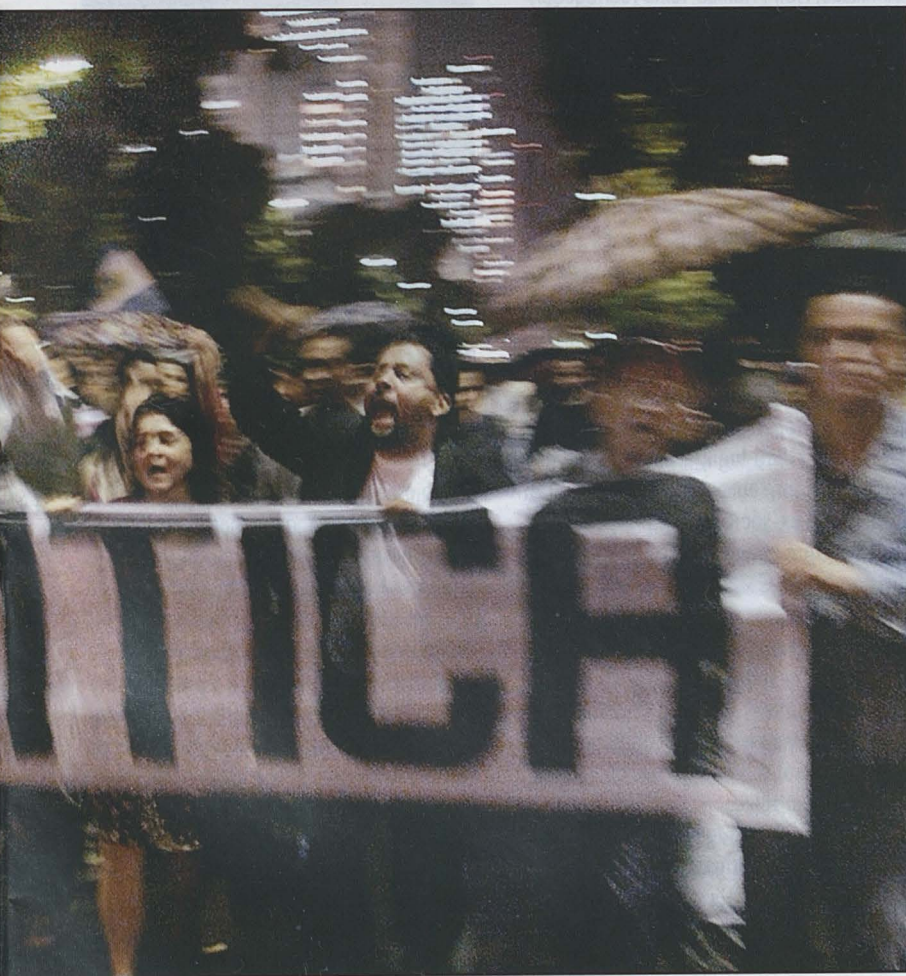
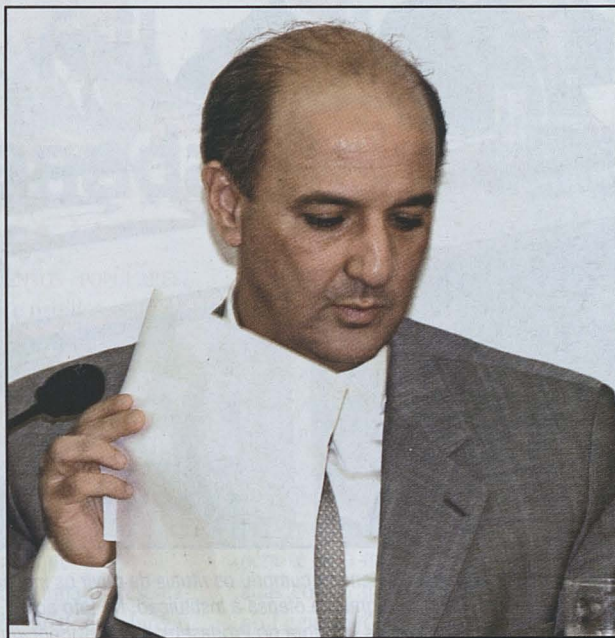


Foto: AFP

em que o senador Saturnino Braga dera seu parecer favorável à abertura de processo de cassação de mandato contra os dois. Saturnino considerou estar claramente configurada a infração de quebra de decoro parlamentar.

Pressão das ruas

A Comissão de Ética certamente baseou seu posicionamento pelos elementos expostos no relatório, mas, sem dúvida, a indignação manifestada pela opinião pública foi levada em conta. Pesquisas, passeatas e uma copiosa manifestação em seções de cartas dos leitores de jornais e revistas, e em entrevistas a emissoras de rádio e televisão, demonstraram o estado de espírito de condenação, por parte da cidadania, com o que acontecia. A expressão "acabar em pizza" nunca foi tão intensamente mencionada, expressando uma postura simultaneamente de condenação e desencanto, de quem não acredita que o esclarecimento necessário chegue às últimas conseqüências.

As ruas, no entanto, movimentaram-se em protesto. O destaque foi a Bahia, onde artistas e intelectuais, como a cantora Gal Costa e a escritora Zélia Gattai,



A Comissão de Ética do Senado cumpriu os rituais de ouvir os indiciados e mais tarde votar um relatório que indicava o grau de ofensa à instituição. Na foto acima, Saturnino Braga (relator), Regina Célia Peres Borges (diretora do Prodasen), que providenciou a alteração do sistema de computação), Ramez Tebet (presidente da comissão, ACM, Romeu Tuma (corregedor) e José Roberto Arruda. Nas fotos ao lado, Saturnino justifica seu pedido de abertura do processo de cassação e Jäder Barbalho, presidente do Senado, novo alvo de denúncias, devido a desvios de recursos no Banpará e em financiamentos liberados pela agora extinta Superintendência de Desenvolvimento da Amazônia (Sudam)

mulher de Jorge Amado, fizeram questão de homenagear ACM, o que desencadeou uma série de manifestações de protesto dos estudantes, duramente reprimidos pela polícia (veja matéria na página 16).

No Caso do Painel, as renúncias parecem confirmar a percepção popular, pois representam não uma punição, mas uma saída conciliatória, que mantém as perspectivas dos dois políticos. ACM conta com um vasto sistema de apoio na Bahia, o que, segundo todos os meios políticos, lhe garante votação para qualquer cargo, inclusive o de governador no próximo ano. A sua eleição seria de alto interesse do sistema do poder, num quadro em que já não se nega a possibilidade de as oposições chegarem à Presidência e ampliarem o número de governadores nos estados mais importantes.

Igualmente, José Roberto Arruda, íntimo do Planalto e imediatamente abandonado à própria sorte para não contaminar o governo, retomará sua carreira em Bra-

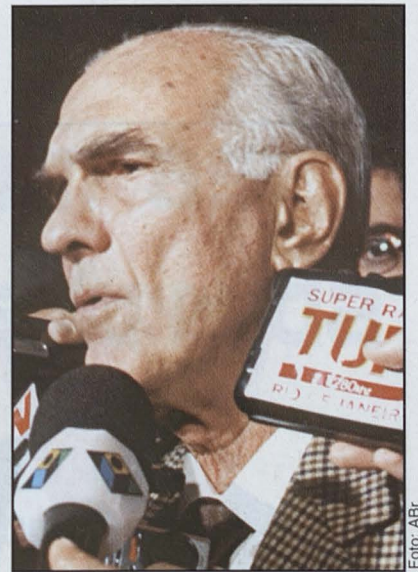
sília, onde conta com amplo apoio oficial.

Conhecido por seus dossiês e descontente com o governo, a garantia de sobrevivência torna a renúncia apenas um pequeno troço parlamentar para ACM. Já Arruda, em suas seguidas alegações de defesa, repetiu *ad nauseam* um enigmático argumento: "Não roubei, não matei."

Arruda dará lugar a um suplente que trabalhava em seu gabinete – Lindbergh Aziz Cury, ex-sócio de Luiz Estêvão – e ACM deixará o lugar para o filho mais velho, também ACM Jr.

Questões no ar

As renúncias parecem encerrar uma batalha de uma guerra que continua e cujo motivo central talvez seja um cálculo estratégico com relação a outubro do próximo ano. Afinal, enfraquecido por seguidas denúncias e nas últimas semanas praticamente submerso pela crise energética, o governo tornou-se um companheiro incô-



modo e nada forte para a refrega de 2002. A crise de energia, que ameaça prolongar-se e mesmo agravar-se, soou, segundo análises de políticos e comentaristas, como um atestado de incompetência administrativa, pelas profundas repercussões no país: menos luz nas casas e a preços maiores, menos energia nas indústrias, menor produção, aumento do desemprego, menos impostos, menor crescimento econômico. O próprio presidente Fernando Henrique Cardoso admite a extensão do estrago, ao reconhecer, em entrevista ao *Jornal do Brasil*, que "a crise é indesculpável" e que "se não chover, o país pára."

Assim, parte crescente do PMDB quer caminho próprio, sentimento que também cresce entre integrantes do PFL, que pretendem chegar às eleições com possibilidades de criticar o governo, desenvolvendo discurso afinado com a opinião pública, como suspeita a oposição.

Deve-se registrar que todo o Caso do Paineiro não teria existido, se o próprio ACM não tivesse cometido a indiscrição de revelar a violação do mecanismo de voto secreto, numa conversa com três procuradores. Da sala da Procuradoria, as inconfiáveis ganharam as páginas da revista *IstoÉ* e criou-se mais um caso quente em Brasília.

No encontro com os procuradores, ACM pretendia ensinar a melhor maneira de investigar denúncias contra o presidente Fernando Henrique Cardoso. "O caminho é o Eduardo Jorge Caldas, se for quebrado o sigilo telefônico e bancário do ex-superassessor presidencial desde 1994", teria confidenciado ACM.

Segundo ele, haveria implicações reais de Eduardo Jorge com Luiz Estêvão e com o juiz Nicolau dos Santos Neto, estes últimos principais responsáveis pelos desvios das verbas destinadas à construção do Tribunal Regional do Trabalho de São Paulo. Assessor do ministro da Fazenda e depois secretário-geral da Presidência, Eduardo Jorge seria a chave do cofre, na liberação das verbas, o que explicaria as ligações telefônicas do juiz para o gabinete do Planalto.

O empenho do Planalto em impedir a criação da chamada CPI da Corrupção, que visaria a investigar cerca de 16 denúncias contra o governo, entre elas as que envolvem Eduardo Jorge, contribuiu para piorar o clima no próprio Congresso e na opinião pública, fazendo aumentar para a rejeição ao governo de FHC.

As renúncias de Antônio Carlos Magalhães e José Roberto Arruda, assim, talvez não afastem as nuvens escuras que pairam sobre o cenário brasileiro, quando a crise de energia apenas começa, espalhando pessimismo e irritação entre os cidadãos – trabalhadores e empresários. ■

200 mil pedirão na Esplanada pela ética

OS MOVIMENTOS POPULARES, sindicatos e partidos políticos de oposição estão preparando uma grande marcha de protesto em Brasília para o dia 27 de junho. Na pauta da "Marcha dos 200 mil", estão a pressão junto ao Congresso em favor da instalação da CPI da Corrupção e reivindicações por uma nova assembléia constituinte.

No dia 25 de maio, uma representação do Conselho Nacional das Igrejas Cristãs (Conic), que reúne entidades evangélicas que participam do diálogo ecumênico com o catolicismo, fez entrega de um documento em prol da ética na política ao presidente da Câmara Federal, deputado Aécio Neves (PSDB-MG).

Clamor contra corrupção

No documento, o Conic diz que "o absurdo, com que dois dos maiores representantes do Senado Federal expõem suas próprias mazelas, deixa um sentimento que oscila entre a impotência e o cinismo ante a falta de seriedade para com a coisa pública. Não existe respeito e as pessoas são como que induzidas à convivência ou participação no mundo da corrupção".

O documento considera que "há um clamor, um sentimento de inconformidade no país, exigindo o fim da corrupção e da impunidade. O Conselho Nacional de Igrejas Cristãs do Brasil, e a Coordenadoria Ecumênica de Serviço (Cese), entidades nacionais que congregam luteranos, metodistas, presbiterianos, cristãos reformados, católicos romanos, anglicanos e católicos sirianos, desejam sua adesão a uma agenda positiva contra a corrupção. A democracia tem sido fundamental para alimentar um espírito crítico, mas ela pró-

pria ressentir-se da corrupção, torna-se frágil com ela, na medida em que aumenta a distância entre o legal e o legítimo. Exemplo disso são os recursos protelatórios e os casuísmos que permitem, mesmo sob o manto da lei, a manutenção de privilégios e ganhos abusivos".

"Enquanto não se procede a uma grande reforma político-institucional, espera-se pelo menos que se evidencie nas altas cortes, instâncias governamentais e no Legislativo a urgente vontade política de dar uma satisfação à população que já deixou clara sua certeza, em pesquisas de opinião, que o país está dominado pela corrupção e pela impunidade."

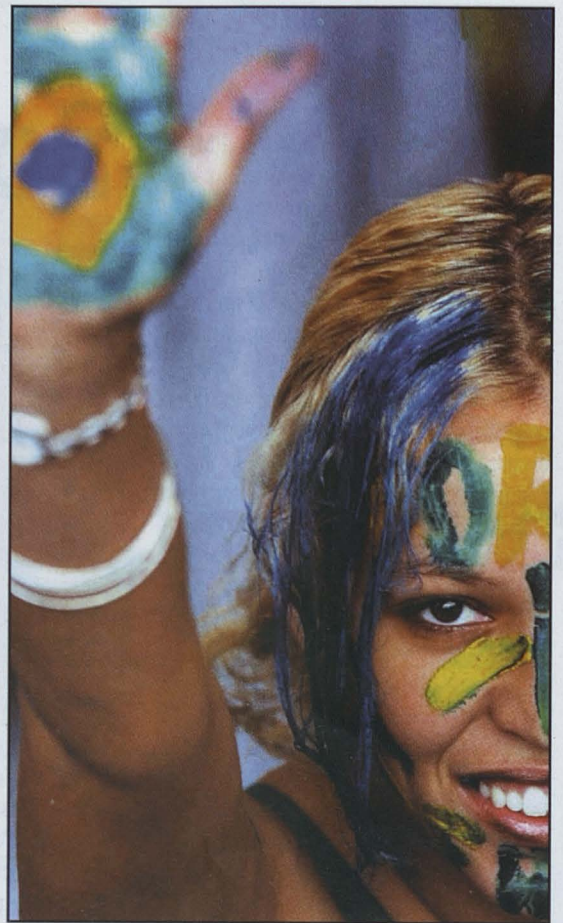
Choque de ética

"Fatos de que todos temos conhecimento pela grande imprensa vão formando uma realidade sufocante de nomes e siglas de pessoas e órgãos denunciados. Isso causa um grande desencanto e alimenta a descrença nas instituições democráticas quanto à sua capacidade de preservar o estado de direito. É bem verdade que parte da imprensa, dos parlamentares, dos juizes, do Ministério Público e de instâncias administrativas estão tentando cumprir honestamente seu papel, dando prova de que um novo cenário, um outro país é possível. Muitas investigações estão em andamento. Mas uma verdadeira nação quer muito mais: quer um choque de ética que passe a limpo imediatamente o nosso país."

As entidades religiosas assinalam, em seu pronunciamento, que "está em curso um Movimento da Cidadania contra a Corrupção e em Defesa do Brasil", e, finalizam, considerando "essa situação intolerável". ■



Fotos: AFP



Estudantes voltam às ruas

Insatisfação da cidadania mobiliza juventude em protestos pela ética na política

Alvaro Neiva

O DESCONTENTAMENTO diante da violação do painel do Senado e das sucessivas denúncias de corrupção estão levando os jovens de volta às ruas, em manifestações organizadas por entidades estudantis em Brasília, São Paulo, Rio de Janeiro e principalmente Salvador.

Os protestos rearticulam um movimento social que vinha participando pouco da vida pública do país. "Denúncias de corrupção nas esferas governamentais, aliadas ao descaso com as questões sociais – como a educação e o desemprego – despertaram um sentimento de indignação em amplos

setores da juventude", afirma Rogério Ferreira Silva, secretário de Comunicação do Diretório Central dos Estudantes (DCE) da Universidade Federal da Bahia (UFBA).

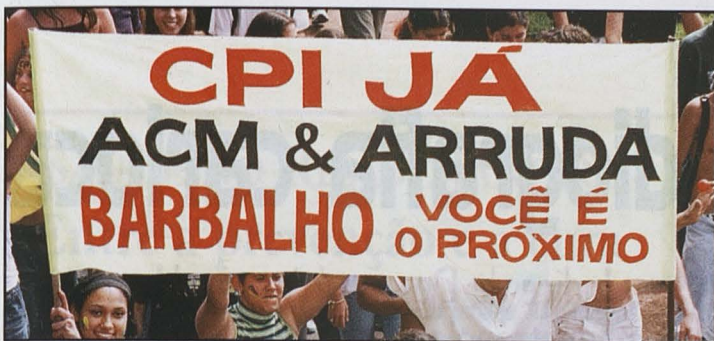
Outono quente

No ano passado, em São Paulo, os estudantes já tinham desempenhado um papel importante na greve das universidades estaduais, ocupando as ruas e tomando a frente dos protestos. "Os estudantes da Universidade de São Paulo (USP), Universidade Estadual Paulista (Unesp) e Universidade Estadual de Campinas (Unicamp) imprimiram à greve a sua dinâmica, ao mesmo tempo radical e descontraída",

afirma Diogo Moysés, diretor do DCE da USP, na época.

Este ano, contudo, a presença estudantil ficou mais marcante. Em maio, no Rio, centenas de estudantes universitários e secundaristas promoveram um enterro simbólico dos senadores Antônio Carlos Magalhães, José Roberto Arruda e Jader Barbalho, em passeata pelo centro da cidade. No Distrito Federal, estudantes da Universidade de Brasília (UnB) protestaram em frente ao Congresso, "assando" uma grande pizza de papelão.

Os universitários e secundaristas baianos, por sua vez, acompanhando o desenrolar do caso do painel do Senado, passaram a ir às ruas após uma manifestação



A violência da repressão às passeatas estudantis, sobretudo em São Paulo e na Bahia, surpreendeu a opinião pública brasileira e elevou a temperatura política no país, numa fase em que a cidadania se mostra indignada ante as segundas revelações que atestam a existência de grave crise moral e administrativa

de intelectuais e artistas em apoio ao senador ACM. Passeatas marcharam pelo centro de Salvador, pelo próprio campus da UFBA e chegaram até às escadarias do prédio onde mora o político. No dia 10, manifestação de mais de três mil pessoas acabou sendo atacada pelo Batalhão de Choque da PM baiana. Pelo menos quatro estudantes ficaram feridos e seis foram presos. A repressão armada, porém, não assustou os estudantes. Na opinião de Rogério Ferreira, a repressão teria servido, inclusive, como incentivo para novos protestos, incluindo também a exigência de liberdade de expressão.

Guerra no campus

No dia 16, a violência policial foi ainda mais surpreendente, fazendo os mais velhos recordarem dos tempos da ditadura. Cerca de 300 homens da cavalaria e do Batalhão de Choque invadiram o campus da UFBA para impedir que os estudantes

fossem ao prédio onde mora ACM. Eles não pretendiam, porém, ameaçar o senador, mas apenas lavar as escadarias do seu prédio, num gesto simbólico pela limpeza na vida pública. Mas a PM desrespeitou uma liminar da Justiça Federal, que determinava a saída da tropa da universidade, e transformou a área interna da instituição de ensino em campo de batalha. Os estudantes não tinham como resistir às bombas de gás lacrimogêneo: quatro manifestantes foram presos e mais de trinta ficaram feridos, alguns com ferimentos extensos. Uma menina quase perdeu um dedo, e o vereador Celso Cotrim, do PT, foi atingido por estilhaços de bomba. Ainda assim, os estudantes não desistiram. No dia seguinte, a passeata cresceu e foram mais de 20 mil pessoas que conseguiram chegar à casa do senador. Os estudantes lavaram a calçada de ACM, limpando a "lama da corrupção" e pedindo a cassação dos parlamentares.

No dia 23, quando da votação do relatório de Saturnino Braga pedindo a cassação

dos envolvidos na violação do painel, os estudantes fizeram vigília em São Paulo, Rio e Salvador. Em Brasília, os manifestantes acompanharam os debates em volta do Congresso, repetindo o gesto dos caras-pintadas na época do processo de impedimento do então presidente Collor. Mas os estudantes rejeitam a comparação com aquele período. "Este movimento surgiu de forma mais espontânea e tem um caráter maior de mudança, refletindo a quebra do pensamento único", procura explicar Rogério Ferreira Silva. A predominância de um pensamento único é a principal explicação apresentada por Rogério para a aparente apatia do movimento estudantil nos últimos anos.

Para Diogo Moysés, o refluxo que abateu os movimentos sociais é reflexo do individualismo que estaria na sociedade brasileira: "Daí a importância das atuais manifestações, que representam momentos em que os insatisfeitos percebem que é possível construir uma nova realidade, coletivamente." ■

Pesquisa faz radiografia carioca

O Rio é a primeira cidade a conhecer seu Índice de Desenvolvimento Humano e revela todas as contradições de uma metrópole do Terceiro Mundo

Nestor Cozetti



Foto: A.C. Junior

ACIDADE DO RIO DE JANEIRO foi a primeira cidade escolhida pela Organização das Nações Unidas (ONU) para a aplicação, em escala urbana, do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH). É um novo método em relação ao indicador de desenvolvimento dominante até recentemente, o Produto Interno Bruto (PIB) per capita, o qual considera apenas a dimensão econômica. O IDH também considera duas outras dimensões tão importantes para as pessoas quanto a sua renda: a saúde e a educação. E todas essas três dimensões – saúde, educação e renda – são computadas com o mesmo peso e importância.

A partir de uma parceria entre o Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD), o Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) e a prefeitura do Rio de Janeiro, foi recentemente divulgado o Relatório de Desenvolvimento Humano do Rio de Janeiro, em seu terceiro capítulo, intitulado: "Saúde: entre a prevenção e a cura".

A repercussão maior do relatório é a de que no Rio morram três pessoas por dia de tuberculose, com a maior incidência do país, mesmo sendo a segunda cidade (a primeira é Brasília) com a melhor estrutura hospitalar. Doze por cento dos cariocas nunca foram ao dentista. E, com a morte de recém-nascidos caindo à metade, a esperança de vida média – uma das maiores do país – não aumentou, devido à morte dos jovens de sexo masculino, pela violência, sobretudo homicídios. Entre as crianças de 1 a 14 anos, o atropelamento é a principal causa de óbitos.

O relatório teve um impacto também sobre a classe médica, com uma visão global dos problemas que a cidade está enfrentando. Isto porque, segundo a pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e responsável pelo capítulo "Saúde" do relatório, dra. Maria do Carmo Leal, "os médicos também estão aflitos, porque o que está acontecendo hoje é que o serviço de saúde é a única porta aberta para a nossa população se queixar da sua falta de perspectiva. É no médico, por-

SAÚDE NO RIO DE JANEIRO

Entre a prevenção e a cura

No recente Relatório de Desenvolvimento Sustentável na cidade do Rio de Janeiro, vê-se, em escala reduzida, a mesma desigualdade mundial. Segundo um morador de Campo Grande, subúrbio da cidade, citado no documento: "Na favela falta saneamento básico. A saúde preventiva não existe, está abandonada. Dependendo da doença, o dinheiro cura."

Esta iniquidade na distribuição das doenças cardiovasculares, a principal causa de morte no Rio, traz o seguinte comentário da dra. Maria do Carmo Leal, quando perguntada se o estresse alimentava este tipo de doença: "Doenças cardiovasculares que têm estresse vêm da aflição e corre-

ria da vida urbana. As pressões arteriais em sociedades como a dos índios é muito baixa. Então, isto está ligado à forma como a gente vive e se alimenta. A competitividade e a pressão dos centros urbanos aumentam este tipo de doença. Agora, no Rio de Janeiro, na zona sul, você tem as áreas de maior magnitude de doenças cardiovasculares em população idosa, com mais de 50 anos, naquele Relatório.

Todavia, quando você vai olhar onde estão as maiores prevalências, as maiores taxas de mortalidade de doenças cardiovasculares em população adulta mais jovem, que é na faixa de 20 a 40 anos, aí não estão na zona sul, estão nas áreas pobres, mostrando

que eles têm este problema e mais grave, porque ocorre mais precocemente.

Então este não é um problema só da classe média alta. Nesta ela ataca os idosos, mas nas áreas mais pobres do Rio, na região do centro, portuária e Leopoldina, você tem taxas elevadas de doenças cardiovasculares na população jovem, o que é muito mais grave, por ser precoce, pois esta é uma doença que não deveria matar cedo, e sim na fase mais tardia."

A dengue, que tem aparecido até os bairros nobres do Rio, meningite, leptospirose e tuberculose são doenças que há muito deixaram de existir em países desenvolvidos.

Conforme palavras do dr. Gilson Cantarino, secretário de Saúde do estado do Rio de Janeiro, a tuberculose é "muito associada à pobreza, característica do aglomerado



Foto: Divulgação

Dr. Gilson Cantarino

humano, pessoas vivendo no mesmo cômodo. O abandono do tratamento da tuberculose é muito grande. O doente tem que ser buscado em casa, se não acaba em óbito".

No entanto, o secretário fluminense vaticina: "O setor público deve trabalhar a igualdade, contra a exclusão. Se o poder público não redistribuir a economia, visando à redução da desigualdade, não há como priorizar os que estão em maiores riscos sociais."

que não tem outro lugar de assistência social para receber estas demandas de desespero, do desemprego..."

Perguntado se administraria uma cidade doente, o secretário municipal de Saúde, Sérgio Arouca respondeu não ter dúvida: "Eu sou o secretário de Saúde de uma cidade onde as desigualdades sociais são profundas; onde eu tenho o consumo mais ostensivo ao lado de uma miséria mais flagrante; onde o que eu tenho é estar vivendo com uma população com um padrão de vida da Suécia, ao lado de um padrão de vida africano, da Biafra. Quer dizer, isto é uma cidade coexistindo neste mesmo espaço."

Depois de doenças do coração, doenças crônicas e degenerativas, incluindo o câncer, a terceira causa de mortalidade do Rio de Janeiro é a violência. "E

quando eu separo e tiro a mortalidade por idade, acima dos 50 anos" – prossegue o secretário – "eu tiro a mortalidade por outras causas, e tirando a mortalidade de crianças, deixando só a mortalidade de 5 e 50 anos, a violência passa a ser a primeira causa de morte. E de 15 a 49, a principal, entre os homens, é o homicídio".

Outra característica do perfil da saúde da população do Rio é que hoje é a cidade do Brasil com o percentual maior de população idosa, um indicador positivo, fruto de melhores condições de vida. Mas há aí um paradoxo: tanto essa esperança de vida quanto os óbitos por tuberculose são os maiores do país.

Já o secretário estadual de Saúde, Gilson Cantarino, traz, se não uma solução, ao menos uma esperança de saída

para todas essas estatísticas negativas. Recomenda "a difusão do sistema Médico de Família, com o cadastramento da população – o médico indo e não a população vindo até ao médico nos serviços de saúde".

Gilson Cantarino foi o pioneiro na introdução desse modelo, quando secretário de Saúde de Niterói, em 1992. O prefeito Jorge Roberto Silveira fez um convênio com o governo cubano, importando a experiência. "O modelo é eficiente, pois acompanha o doente desde o início", afirma.

"O sistema de saúde no Brasil é baseado na procura ao médico e pouco atendimento ao doente", critica, explicando que, no sistema Médico de Família, é o profissional que percorre a comunidade a que serve. ■

Melhor prevenir que remediar

Cidade muda quadro epidemiológico: hoje a violência mata mais que infecções

ORIO DE JANEIRO MODIFICOU suas condições de saúde com rapidez, segundo a dra. Maria do Carmo Leal, pesquisadora da Fundação Oswaldo Cruz (Fiocruz) e responsável pelo capítulo "Saúde", do Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da capital fluminense. As mortes já não se dão por doenças infecciosas em crianças e jovens, mas por outras causas. "Agora predominam os efeitos das doenças crônicas e degenerativas em população idosa, de 50 a 70 anos", diz a pesquisadora.

"Um outro comportamento desta transição é também a violência, a mortalidade por causas externas, ou seja, todas as causas que não acontecem por morte natural: homicídios – a causa mais freqüente – e os acidentes de trânsito. Pesam também afogamentos, intoxicações, etc. Essa chamada transição epidemiológica dos países ricos deu-se em 100 anos, e nós a fizemos em 50 anos. As causas pelas quais morríamos mu-

daram radicalmente. Mas a nossa transição foi diferente. Em nossos países periféricos, no que respeita às condições de vida, nas nossas cidades, persistem problemas ambientais, acúmulo de lixo, saneamento incompleto, problemas na qualidade da água – não a que é distribuída, mas a que é estocada. Tudo isso ajuda na ocorrência de doenças, principalmente na infância."

A pesquisadora destaca que "a mortalidade infantil diminuiu muito, mas mesmo assim ainda há epidemias de dengue, de leptospirose no Rio. E por que temos uma cidade muito aglomerada, com muita pobreza, também temos epidemias de meningite, que é problema de saúde que os países ricos não têm mais. Assim, a nossa transição foi imperfeita, pois mantivemos características que já não deveriam constar do nosso quadro epidemiológico. As condições de vida não acompanharam a melhoria do acesso aos serviços de saúde e da cobertura de saneamento".

Cresce a depressão

Isto explica também por que a tuberculose persiste nas camadas mais pobres. A dra. Maria do Carmo mostra que o Rio herdou boa infra-estrutura hospitalar da época em que foi capital. Defende, porém, que se invista mais em prevenção.

"É preciso ter saúde pública, sobretudo para evitar o adoecimento. Dengue e risco de febre amarela estão ligados a problemas ambientais. São questões importantes que têm que ser resolvidas, se não vamos continuar a ter estas epidemias. A tuberculose é uma dessas doen-

ças. O tuberculoso no Rio é até razoavelmente bem acompanhado, depois do caso descoberto. O grave é que muitos tuberculosos não sabem que estão doentes e acabam contaminando os outros. A tuberculose é doença de condição de vida. É a condição de vida precária que faz o indivíduo adoecer. É a aglomeração interdomiciliar que faz o indivíduo contaminar o outro. Para acabar com isso, é preciso melhorar as condições de moradia, ambientais e de coleta de lixo. A saúde tem que atender bem os doentes, descobrir os doentes precocemente e tem que tratá-los, e fazer campanhas de esclarecimento da população. No Rio, falta trabalho de atendimento de ambulatório nos postos de saúde, que são poucos, se comparados com a assistência hospitalar. Uma forma de suprir isto seria fazer os programas de Médico de Família, porque, mesmo tendo um posto de retaguarda, é o médico que vai a cada casa. Isto está começando a ser implementado. É importantíssima esta proposta, que envolve a presença de médico, enfermeiros e um odontólogo."

A dra. Maria do Carmo Leal destaca ainda que as condições urbanas, combinadas com a precariedade social, estão provocando uma doença que cresce e é de difícil diagnóstico: a depressão. "Desse mal a gente ainda não tem estatísticas. É um mal invisível, porque não se pegam estes dados a não ser pelas internações psicossomáticas, quando o doente já está num fim de linha."

A médica insiste na necessidade de que se invista mais em programas que evitam a doença, para que se possa ter uma população com saúde mais equilibrada. Ela diz que, se a criança for saudável, será um adulto menos propenso a doenças e, assim, sobrecarregará menos os hospitais. ■

Criança saudável torna-se adulto menos necessitado de recorrer a hospitais



Foto: Lella C. Camara

Modelo prejudica a saúde

Secretário de Saúde do Rio aposta na conscientização da população

ALUTA POR POLÍTICAS DE SAÚDE preventiva é também uma das metas do secretário de Saúde carioca, o sanitarista Sérgio Arouca. Além da importância social, ele destaca o aspecto financeiro vantajoso dos investimentos na prevenção de doenças.

“Um sistema de saúde baseado na cura é absolutamente caro, incompetente, não resolve o problema. Ele se presta a todo tipo de mercantilização, pede novos equipamentos, novos medicamentos. Não resolve. É um círculo vicioso. Então defendemos que o sistema de saúde se baseie na história natural da doença, que diz que você tem uma fase que é a promoção da saúde, que depende de como você vive, come, a água, o esgoto, as condições de trabalho e de moradia.

Depois você sai dessa fase e entra numa de prevenção específica: se surge o risco de febre amarela, toma vacina para febre amarela. Se a criança pode ter paralisia, outra vacina. Se, por fim, a pessoa não conseguiu prevenir nada e ficou doente, então tem que fazer o diagnóstico mais precoce possível, para um cura mais rápida.”

Arouca acredita que o estudo pode ajudar muito na conscientização da população. “Acho que toda divulgação de dados tem efeito político interessante. Torna a população mais consciente de que estamos vivendo, no espaço de um mesmo bairro, situações entre a Suécia e a África.”

O secretário considera ainda fundamental envolver-se em questões como a violência, que o relatório destaca como o atual maior agente de mortes na cidade.

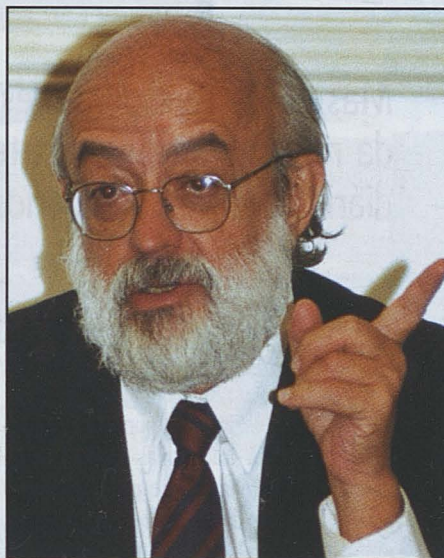


Foto: Nelson Duarte

Sérgio Arouca: modelo causa doença

As realidades do Rio

Além do item “Saúde”, o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) da cidade do Rio de Janeiro apresenta vários outros relatórios setoriais. O das “Condições de Vida nos Bairros” atribuiu a apenas 34 dos 161 bairros um índice alto, sendo o melhor o da Lagoa Rodrigo de Freitas, na zona sul, e o pior o de Acari, na zona norte. O de “População e Família” revelou que a cidade, com 5,5 milhões de habitantes é, dentre as capitais, a que tem maior proporção de idosos. O item sobre “Meio Ambiente” questiona a qualidade da água e aponta que somente 69% dos domicílios estão ligados à rede de esgotos. Em “Violência, Criminalidade e Segurança” aponta-se uma violência seletiva, que atinge mais a população negra. Em “Moradia: Segregação, Desigualdade e Sustentabilidade Urbana”, revela-se que a popu-

lação favelada já soma 17% do total. “Transportes” é outro capítulo. Aponta que 80% da frota de ônibus têm chassis de caminhão, em que o motor fica na frente, o que causa calor, barulho e desconforto.

As “Condições Educacionais” denunciam uma contradição: a população adulta tem o melhor nível de escolaridade nacional, mas investe-se pouco nas novas gerações. Caso este quadro não mude, o Rio deixará de possuir uma das forças de trabalho mais qualificadas do país. Em “Distribuição de Renda”, considera-se que, com média de 520 reais por mês, o nível de renda do carioca pode ser considerado elevado, em comparação com os 260 da média nacional e dos 400 das demais capitais. Essa renda, entretanto, está repartida com extrema desigualdade: o 1% mais rico fica com 12% da renda total, enquanto os 50% mais pobres dividem 13%.

“Temos programas para detectar os casos de violência, não para ter uma abordagem policial, mas sim preventiva, psicológica, de combate à droga, de combate ao alcoolismo, e em defesa das pessoas agredidas. O objetivo é cuidar tanto do agressor como do agredido. Acho que este é um papel da saúde pública: denunciar que a liberação do comércio de armas provoca mortes, que uma sociedade armada leva à morte de crianças por acidente. Acho esse papel da saúde pública fundamental. Quero entrar nessa briga da proibição de armas.”

Por fim, Sérgio Arouca atribui as deficiências na área da Saúde ao modelo adotado pelo país, que desampara a maioria da população. “Não tenho dúvida nenhuma em apontar que a responsabilidade no campo da saúde está no modelo de desenvolvimento do país, concentrador, perverso, excludente, privatista, imoral.” ■

Guerra à maconha tem primeiros resultados

Mas ainda se esperam estímulos à substituição de culturas e a implantação da reforma agrária nas terras expropriadas. Lavradores chegam a receber diárias dez vezes superiores, quando trabalham nas roças dos traficantes

Josélia Menezes

A LONGO DOS ÚLTIMOS 30 ANOS, uma nova cultura agrícola foi incorporada à economia tradicional do sertão de Pernambuco e passou a fazer parte importante da renda de pelo menos 20 municípios, localizados principalmente na fronteira do estado com a Bahia, somando um total de 40 mil quilômetros quadrados e envolvendo direta e indiretamente 450 mil pessoas. Trata-se do cultivo de maconha (*Cannabis sativa*). A região conhecida como "polígono da maconha" é apontada como a maior produtora dessa droga no país e já foi apontada na década de 90, pelo Departamento de Estado de Controle de Drogas (DEA) norte-americano, como a maior produtora mundial da erva.

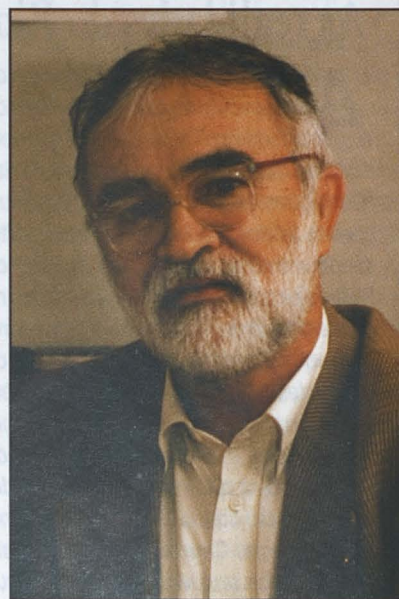
Registros da Polícia Federal, órgão que responde legalmente pela repressão às drogas no país, mostram que os primeiros cultivos da planta no sertão de Pernambuco surgiram no início da década de 70, nos municípios de Betanha e Floresta. A cultura que tem um ciclo de quatro meses foi se expandindo continuamente, valendo-se da amplitude dos latifúndios encravados na caatinga. Atualmente, o Sertão Central e especialmente o sertão do São Francisco e seus afluentes são as áreas mais visadas, uma pelo isolamento, e a outra pela abundância de água e mão-de-obra barata. As

polícias federal e militar apontam os municípios de Orocó, Cabrobó, Santa Maria da Boa Vista, Belém do São Francisco, Carnaubeira da Penha, Salgueiro e Floresta como os maiores produtores. O tóxico abastece quase todas as capitais do Nordeste e parte do Sudeste.

Pobreza como estímulo

Apesar do cultivo de maconha ter sido tratado na região sempre como questão policial, autoridades dos mais diversos segmentos reconhecem suas raízes socioeconômicas. A região, que periodicamente é assolada pelas secas, também serviu de cenário para importantes fenômenos sociais, como o cangaço, nas décadas de 20 e 30, e movimentos messiânicos, como o da Pedra do Reino, no século XIX. Devem ser lembradas ainda as levas de retirantes, que migram para o Sudeste em busca de empregos, e o coronelismo. Relatório produzido pela Comissão Externa da Câmara dos Deputados, coordenado pelo deputado Fernando Ferro (PT/PE), em 1997, deixou claro que a falta de uma política agrícola que garanta assistência técnica e preços justos, além da falta de investimentos sociais, tem servido de estímulo para que pequenos produtores optem pela maconha em vez de tomate, melancia, cebola e melão, base da agricultura irrigada do vale do São Francisco.

Fernando Ferro reconhece que a maconha virou alternativa de sobrevivência dos agricultores desassistidos, a partir da ação de grupos criminosos. "Do ponto de vista econômico, sem dúvida, tornou-se mais atrativo ser marginal", diz o relatório. Prova disso é o valor pago pelos produtores da droga aos agricultores, por dia de trabalho nas roças de maconha: chega a ser dez vezes maior que a diária paga numa cultura lícita, isto quando há trabalho lícito.



Deputado Fernando Ferro: falta de política agrícola estimula pequenos produtores a optarem pela maconha

Nas cadeias, 70% de envolvidos

O resultado da omissão do estado na implantação de políticas de desenvolvimento na região se reflete no cotidiano. Em muitas cidades do polígono, é difícil encontrar uma família que não tenha ao menos um membro envolvido com maconha, seja na produção, tráfico ou uso. A realidade das cadeias públicas da região reflete bem o drama: juízes avaliam que a maioria tem cerca de 70% de envolvidos com a droga. O perfil desses presos mostra a dimensão da falta de perspectivas. São jovens entre 18 e 35 anos, filhos de agricultores com pouco ou nenhum estudo. Um dado chama a atenção: para uma região produtora, o consumo local é baixíssimo. Mas não há dados estatísticos sobre o assunto.

Os cultivos em geral são coletivos. Alguns têm por trás a figura de um patrão que financia todo o processo produtivo, incluindo alimentação, adubos, defensivos, semente e água. Outros plantam em parceria, dividindo igualmente o resultado final. A área plantada vai de algumas dezenas de covas a algo em torno de um hectare e raramente passa disso. Ocupam áreas de difícil acesso, como pés de serra, caatingas isoladas ou as centenas de ilhas do rio São Francisco, último reduto dos plantadores e o mais produtivo deles, em função da abundância de água e solo rico.

Documento da Associação do Ministério Público de três anos atrás denuncia a infiltração de narcotraficantes nas reservas indígenas localizadas no sertão. Das três existentes na região, apenas uma, a dos pancararus, ainda não tem registro de cultivo. Os trucás, que ocupam a ilha de Assunção, de 6.800 hectares, em Cabrobó, onde vivem pouco mais de quatro mil índios, já se viram às voltas com roças de maconha. O mesmo acontece com os aticuns, que ocupam cerca de 16 mil hectares de serra em Carnaubeira da Penha e têm uma população aproximada de seis mil índios. A reserva é campeã estadual do doença de Chagas e sofre com elevados índices de desnutrição e epilepsia.



Foto: AFP

A polícia vem conseguindo apreender grandes carregamentos de maconha, durante o transporte para os centros consumidores

Prisões e mortes de índios e funcionários da Fundação Nacional do Índio (Funai) fazem parte dos registros da história da maconha no sertão de Pernambuco.

Reservas indígenas, entretanto, não são as únicas áreas públicas onde é cultivada maconha no estado. Nos últimos dez anos, cresce sua presença nos perímetros públicos de irrigação implantados

pela Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf) e Companhia de Desenvolvimento do Vale do São Francisco (Codevasf), além de terras da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (Embrapa). As terras públicas têm um atrativo à parte, pois escapam dos processos expropriatórios, uma vez que pertencem ao estado.

Terras da maconha ainda não têm assentamentos

O artigo 243 da Constituição Federal determina que as terras onde forem encontrados cultivos de drogas serão confiscadas e destinadas à reforma agrária. O processo corre exclusivamente pela Justiça Federal, garantida a ampla defesa dos proprietários. Mas, durante os últimos 13 anos, os sem-terra sertanejos se limitaram a esperar: nem um palmo dessa terra expropriada foi destinado até agora à reforma agrária.

De acordo com os dados da Advocacia Geral da União (AGU), responsável pela abertura da ação penal, nesse período apenas uma propriedade foi de fato expropriada, a fazenda Alegre, localizada em Belém do São Francisco, com 250 hectares, onde foram encontrados 510 mil pés da droga. Lá poderiam estar assentadas 12 famílias de acordo com os critérios utilizados nas regiões secas do sertão, uma vez que nenhum entrave legal impede isso, já que a imissão na posse foi determinada em caráter definitivo em favor do Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária (Incra). Documentos da AGU mostram que 49 ações de expropriação correm na Justiça atualmente, somando um total de 12 mil hectares. Desses, 4.150 hectares não têm imissão na posse provisória (cabendo contestação em segunda

instância), e a maior parte – 7.650 hectares – ainda aguarda a decisão judicial, a partir da qual já será possível implantar provisoriamente os assentamentos.

Ao longo do tempo, as diversas instituições alegaram diferentes entraves à realização da reforma agrária nessas áreas. Uma delas era a confusão fundiária do sertão, baseada em parte em espólios divididos entre muitos herdeiros, sem qualquer divisão legal. No ano passado, o Incra determinou o recadastramento de todas as propriedades localizadas no polígono, mas ainda não se percebem efeitos significativos dessa medida.

Cabrobó é o município campeão de ações de expropriação, com cerca de um terço das atuais ações, seguido de Belém do São Francisco. O Incra vem prometendo sucessivas vitórias, estudos de viabilidade econômica e levantamentos agrônômicos, mas a propaganda já não funciona.

A Pastoral da Terra costuma dizer que o governo não tem viabilizado reforma agrária decente sequer em áreas mais produtivas e sem conflito, quanto mais nessas terras sertanejas. “E quem vai garantir a segurança desses assentados em áreas delicadas?”, questiona o bispo da diocese de Floresta, D. Adriano Ciocca, que atua praticamente em todos os municípios que se destacam na produção da droga. Ele prega o fortalecimento da agricultura familiar e o apoio aos pequenos agricultores, como forma de se resolver o drama da produção de maconha no sertão.

Convivência no crime

O crescimento vertiginoso de uma atividade ilegal como esta não teria sido possível sem a participação ou convivência de autoridades ou pessoas influentes. Essa desconfiança foi confirmada durante os trabalhos das comissões parlamentares de inquérito federal e estadual, que investigaram o narcotráfico no ano passado.

Policiais, políticos e empresários foram investigados no período. O pouco compromisso das autoridades locais para com soluções definitivas de combate à droga transparece na ausência dos conselhos municipais antidrogas, que já deveriam estar instalados em todos os municípios onde há cultivos. Também não há registros de qualquer debate amplo com a sociedade na busca de soluções com a iniciativa das prefeituras.

A estrutura agrária da região, baseada no latifúndio voltado para a agropecuária –

modelo de colonização do sertão, que se valeu do caminho das águas do São Francisco para fixação da pecuária – muito contribuiu para disseminar a maconha na região. O isolamento e a vastidão de espaços isolados são atributos fundamentais para escapar da vigilância policial. Não por acaso, as regiões do estado onde predominam minifúndios não têm registro de cultivos ilegais.

O pico da produção da droga, alcançado na década de 90, colocou os holofotes do governo federal sobre a região. Força-tarefa constituída por órgãos estaduais e federais capitaneada pelo Exército, as operações Asa Branca, chegaram à região a partir de 95, mas sem grandes resultados a longo prazo. A partir do ano passado, a Operação Mandacaru, mais aperfeiçoada e ampla, começou a dar resultados: abriu-se uma delegacia da Polícia Federal em Salgueiro, melhorando o levantamento de informações, e levou-se à sociedade o deba-

te do problema, através de um fórum com participação de mais de mil participantes. Além disso, começou-se a agir também na área de desenvolvimento regional, com a implantação do Projeto Moxotó-Pajeú, que conta com o suporte financeiro do Banco do Nordeste.

Com isso, alguns avanços já foram observados: a produção caiu 50% nos últimos doze meses, o que se comprova pela elevação dos preços em 800%, devido à redução drástica da oferta. A população, entretanto, teme que faltem outras medidas necessárias para que se garanta a substituição da cultura ilícita por outras lícitas. Se isso não ocorrer e prevalecer apenas a repressão, prevê-se que os lavradores – que hoje conseguem 400 reais por tonelada do produto – apenas trocarão a plantação de maconha por outros tipos de atos criminosos, como assaltos nas estradas e roubos rurais. Estas, aliás, são as manifestações costumeiras após cada operação de repressão policial. ■



Rua Conde de Lajes, 44 - Gr. 508 a 510
Lapa - CEP 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel: PABX: (0 XX 21) 221-7511
Fax: (0 XX 21) 252-8455
Correio: etm@etm.com.br
Internet: www.etm.com.br

A informação é um instrumento
indispensável no século XXI.
Por isso, você precisa assinar
nossas publicações.



O Brasil redescoberto pela canção popular

Pesquisadores, críticos e artistas discutem sociedade e cultura no Brasil dos anos 60 através da bossa nova e da tropicália

UTILIZAR A MÚSICA POPULAR como janela para entender a história do país desde meados da década de 50 até o final dos anos 60. Este foi o mote do seminário "Da Bossa Nova à Tropicália", realizado nos dias 9, 10 e 11 de maio, no Teatro João Theotônio, da Universidade Cândido Mendes (Ucam), no Rio de Janeiro. Promovido pelo Núcleo de Estudos Musicais, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Ucam, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj), o encontro foi coordenado pela antropóloga Santuza Cambraia Naves e o crítico de arte Paulo Sérgio Duarte, e organizado por Juliana de Mello Jabor, Maria Micaela Bissio Neiva Moreira e Thaís Medeiros, com pesquisa histórica de Thaís e Frederico Oliveira Coelho. Seu objetivo era retratar um período em que a música popular brasileira se torna crítica, passando a refletir sobre si mesma. "Mais do que nunca, a canção popular se tornou fundamental para pensarmos as questões culturais", afirmou Santuza.

O encontro teve um caráter multidisciplinar, com a presença de artistas, críticos e acadêmicos, entre os quais historiadores e sociólogos. "Não dá para discutir a canção popular sem abordar as manifestações convergentes", explica Santuza. O seminário, que foi uma homenagem à cantora Nara Leão, contou ainda com uma exposição sobre a cultura brasileira nos anos 60. A exposição apresentou capas de



Da bossa nova à tropicália homenagem a Nara Leão

O seminário recorta um período da história cultural do Brasil — 1958-68 — que se sobressai pela emergência de uma série de propostas estéticas. No final dos anos 50, o construtivismo invade o campo das artes plásticas e da literatura, notadamente o concretismo e o neoconcretismo. Neste mesmo período esboça-se, no cinema, uma tendência a representar realidades sociais. Esta preocupação, de início apenas temática, tem continuidade com o Cinema Novo (início dos anos 60) que incorpora inovações formais. O campo musical vive um momento de transição, em que o samba-canção sofisticado de Dolores Durán, Antônio Maria, Tom Jobim, Carlos Lyra e outros, cede terreno às experimentações bossa-novistas.

A década de 60, em seus primeiros anos, apresenta um cenário artístico-cultural marcado pelas questões introduzidas pelo CPC (Centro Popular de Cultura), que têm como fundamento a ideia de uma arte comprometida com o nacional e o popular. Em meados da década, complexifica-se a vida cultural com o advento de uma perspectiva universalista, que entra em confronto aberto com os grupos nacionalistas então hegemônicos. Esta perspectiva se faz notar no projeto plástico de Hélio Oiticica, no teatro desenvolvido pelo Grupo Oficina, liderado por José Celso Martinez Correa e na produção dos poetas paulistas vinculados à poesia concreta. Em meio a tudo isso — e no contexto dos festivais de música de meados dos anos 60 — irrompe a tropicália, colocando novas questões de forma e substância.

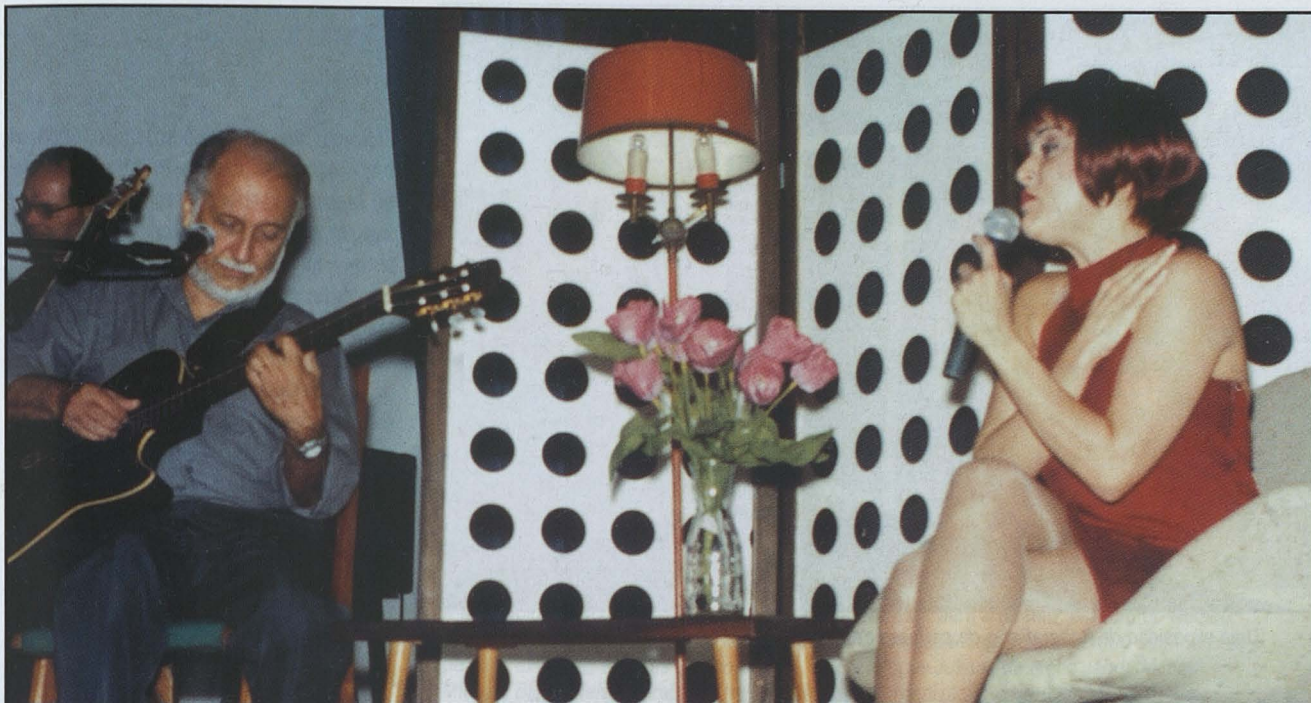
discos, cartazes de filmes, fotografias de artistas e eventos do período.

Bossa Nova

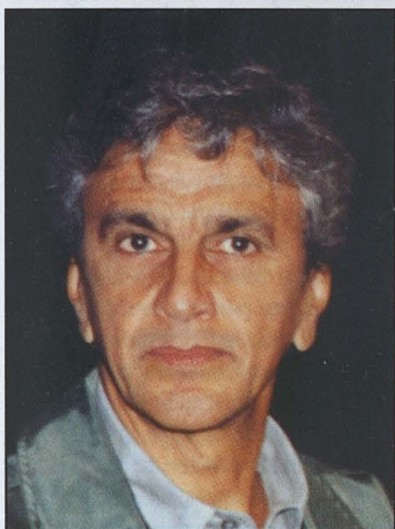
O primeiro dia foi dedicado à Bossa Nova. O jornalista e escritor Ruy Castro, autor do livro *Chega de saudade*, mostrou o ambiente a partir do qual surgiria aquele novo estilo de música popular e de vida. Segundo ele, além da participação fundamental de Vinícius de Moraes, Tom Jobim e João Gilberto — que ele considera o principal agente transformador —, tiveram grande importância os jovens músicos da

Tijuca, de Copacabana e de Ipanema. Insatisfeitos com o samba-canção boleroado, com clima de fossa, garotos como Carlos Lyra, Roberto Menescal e Ronaldo Bôscoli, entre outros, procuravam uma música que combinasse mais com seu estilo de vida moderno e dinâmico.

A professora Maria Izilda Santos de Matos, autora de diversos estudos sobre a história da música brasileira, falou de alguém que marcou aquele período: Antônio Maria — jornalista, cronista, radialista e músico, entre outras atividades. Antônio Maria produziu músicas de estilos variados, mas sua especialidade era exatamente



Caetano Veloso (esq.) deu o seu depoimento sobre a tropicália na mesa-redonda de encerramento do seminário, que teve um fecho de ouro com a apresentação do show 'Nara, uma senhora Opinião', em homenagem a Nara Leão (foto acima)



Fotos: Diamante Produart Ltda

1953, até o sucesso na TV, passando pelos quatro anos como *crooner* no Copacabana Palace. "Foram anos mais que dourados: vivíamos de música, amor, poesia e ús-que", afirmou Marisa, considerando a época inocente, apesar da boêmia.

Nara, Tom, João Gilberto

Algumas das principais figuras do período mereceram análises especiais. O jornalista Tárík de Souza falou sobre Tom Jobim e João Gilberto, o crítico musical Sérgio Cabral falou sobre Nara Leão e o músico Roberto Menescal contou um pouco de sua própria experiência.

Segundo Sérgio Cabral, Nara Leão desempenhou um papel fundamental na música brasileira na transição da bossa nova à tropicália. "Nara foi a primeira intérprete daquela que seria uma das gerações mais importantes da música popular brasileira, que a partir dali seria consagrada como MPB", explicou Sérgio. Menescal confirmou o que Ruy Castro havia dito, sobre a busca de uma música mais leve, com a cara da nova geração e que resultava de influências diversas: a renovação da

poética do samba-canção, o jazz norte-americano, o conhecimento harmônico de Tom e a bossa trazida por João Gilberto na batida do violão e na forma de cantar.

Tárík afirmou que uma das principais marcas da bossa nova é que ela levou músicos de formação erudita a produzir música popular, como, por exemplo, Tom Jobim e Francis Hime.

O contexto político e cultural do período foi o tema da professora Lúcia Lippi de Oliveira, que falou de JK, o chamado "presidente bossa-nova". Segundo ela, na segunda metade dos anos 50, parecia que o futuro tinha chegado ao Brasil. Tudo tinha uma ênfase no moderno, e a gestão de JK era um reflexo disso, com a construção de Brasília e o slogan "50 anos em 5".

A professora de literatura Cláudia Matos, por sua vez, mostrou a tentativa de compreender a estética e a história da música popular, focando as contribuições dos homens das letras, analisando o período a partir do livro *O balanço da bossa*, do poeta Augusto de Campos. Segundo ela, Augusto destaca a tropicália como uma estética voltada para o futuro, pois é uma corrente da música popular construída em re-

te o samba-canção sofrido, como seu grande sucesso *Ninguém me ama*. Por isso, Antônio Maria se tornou, de certa forma, uma espécie de vilão para os músicos da nova geração. Contudo, alguns anos depois, acabou se aproximando da bossa nova, através da amizade com Vinícius de Moraes e da parceria com Luiz Bonfá, que rendeu um dos maiores sucessos da música popular brasileira *Manhã de carnaval*, já mais próxima da poética do estilo.

Marisa Gata Mansa contou um pouco da sua experiência de cantora, desde a gravação de uma música de João Gilberto, em



Uma exposição de fotografias e de cartazes de filmes da época complementou o seminário

lação com o avanço dos meios de comunicação de massa, como a televisão.

Já o doutor em arquitetura Masao Kamita falou das artes plásticas. Mostrou que elas também eram voltadas para o futuro, com uma estética moderna e inovadora. E disse concordar com a frase de Mário Pedrosa, de que “o Brasil é um país condenado ao moderno”.

Da bossa à tropicalia

O segundo dia do seminário foi dedicado ao período de transição da bossa nova à tropicalia, chamado de pós-bossa nova. O professor de literatura brasileira Júlio Diniz, a atriz e cineasta Susana de Moraes e o jornalista e também cineasta Arnaldo Jabor falaram “Do intimismo ao excesso”. Diniz trabalhou sobre a idéia de que existe uma construção significativa, uma possibilidade de debate cultural a partir do estudo da voz na canção popular.

Ele afirma que “o tropicalismo repensou o vocalismo na canção brasileira”. Segundo o professor, artistas como Caetano e Maria Bethânia construíram uma convivência harmoniosa do intimismo bossa-novista com os excessos dos grandes cantores da “época de ouro” do rádio, como Dalva de Oliveira e Orlando Silva.

Arnaldo Jabor falou da importância do cineasta Glauber Rocha em “um momento

de crise na reflexão política e cultural brasileira”. Jabor acredita que o Cinema Novo teve uma função de desconstrução de certezas, com sua novidade formal e uma reanálise crítica do país. *Terra em transe*, filme de Glauber, seria um exemplo de combate ao simplismo, da idéia de complexidade na análise do país, que teria servido de estímulo para a montagem de Zé Celso Martinez de *O rei da vela*, e para *Alegria, alegria*, música de Caetano. Susana de Moraes falou da contribuição de seu pai, o poeta Vinícius de Moraes, à canção popular e principalmente a bossa nova. Segundo Susana, Vinícius foi fundamental, ao misturar elementos como o jazz e a poesia erudita a uma base popular, que desaguou na bossa nova.

A segunda mesa do dia tratou da canção engajada. O músico Carlos Lyra não pôde comparecer, mas mandou um vídeo em que falou do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE). Lyra afirmou que “por volta de 1961 já havia um certo desgaste com a poética da bossa nova, que acabou coincidindo com a criação do CPC, preocupado em produzir arte com um conteúdo mais elaborado”.

Esta fase começou com a busca de compositores populares como Zé Keti, Cartola, Nelson Cavaquinho e João do Vale, levando ao surgimento da música engajada, com letras de profundo sentido so-

cial, mas sem cair no panfletário. O sociólogo Marcelo Ridenti afirmou que os anos 60 foram uma época de tentativa de socialização da cultura. Segundo ele, naquele tempo, havia uma hegemonia cultural de esquerda, enquanto hoje há uma hegemonia política e cultural de direita. Para Ridenti, o grande marco dessa arte revolucionária foi o show *Opinião*, organizado como resistência ao golpe militar e que falava, além de liberdade, de questões mais profundas, como a reforma agrária.

O professor de história Marcos Napolitano, por sua vez, disse que “falar de canção engajada é falar do início da MPB”. Ele acredita que a MPB enfrentou um dilema em sua gênese: como a música com engajamento político poderia servir de eixo da rearticulação do mercado fonográfico? Esta questão sempre suscitou polêmica, mas foi tratada com muitas inovações, tanto no conteúdo, quanto na forma.

Outro debate tratou dos festivais da canção. O historiador Francisco Carlos Teixeira analisou as canções utópicas, dividindo-as em três grandes grupos: utopia da reforma político-social, do amor e da liberdade. Na primeira, segundo Teixeira, não havia uma proposta de sistema político definida, mas um sentimento de necessidade de uma ruptura social, como em *Caminhando*, de Geraldo Vandré, e *Ponteio*, de Edu Lobo. A utopia do amor se faz presente de formas diversas, podendo falar da perda, da intensidade de um amor presente ou da esperança, entre as quais ele lembrou de *Domingo no Parque*, de Gilberto Gil, e *Carolina*, de Chico Buarque.

Já o sentimento de liberdade impulsionado pelo rompimento com a ordem institucional, a censura, as torturas, pode ser percebido, por exemplo, em “Travessia”, de Milton Nascimento e Fernando Brant, “Sabiá”, de Tom Jobim e Chico Buarque, e no samba enredo do Império Serrano “Heróis da liberdade”, de Mano Décio e Silas de Oliveira.

A cientista política Heloísa Starling falou de Chico Buarque como figura paradigmática do período. Ela apresentou Chico como uma espécie de múltiplo, que não

se encaixaria em nenhum dos padrões estabelecidos pelo samba, a bossa nova ou a tropicália. Comparou a força narrativa de sua obra à de um trovador, afirmando que ele interferiu na sociedade através dos valores difundidos em suas canções. Márcio Borges falou sobre a estética dos festivais e o surgimento do Clube da Esquina.

No terceiro dia, dedicado à tropicália, as análises tiveram como eixo as fronteiras textuais do movimento. "A tropicália radicalizou este processo intertextual, levando às últimas conseqüências a metalinguagem e as referências ao cinema, à poesia, às artes plásticas", explicou Santuza. A primeira mesa reuniu Paulo Henriques Brito, Antônio Cícero, José Miguel Wisnik e Santuza Cambraia Neves. Paulo falou sobre a entrada da contra-cultura no país, tomando um aspecto mais sombrio que nos Estados Unidos, pois as questões políticas atravessavam as questões culturais. Citou como exemplo a música *Vapor barato*, de Jards Macalé e Waly Salomão. O poeta Antônio Cícero falou sobre a noção de resguardo presente no livro *Verdade tropical*, de Caetano.

Na segunda mesa, o tema principal foi a proposta estética de tornar o indivíduo participante, combatendo a passividade do espectador, levantada por Guy Débord no texto sobre a sociedade do espetáculo. O professor Victor Hugo Adler falou sobre o Teatro Oficina, enfocando principalmente a montagem de José Celso Martinez para *O rei da vela*, peça de Oswald de Andrade, e sua grande repercussão nos meios artístico e intelectual.

Paulo Sérgio Duarte falou sobre Hélio Oiticica, como exemplo da geração dos neoconcretistas, movimento que rompeu com a movimento construtivista, apropriando-se das experiências artísticas das camadas populares. Ele citou como trabalhos marcantes de Oiticica os "bólios" e os "ambientes", entre os quais a tropicália, que teria inspirado a música de Caetano e o novo movimento.

Celso Favaretto falou sobre a relação entre política e cultura na tropicália. E contou que a justaposição de elementos díspares causou estranheza. A canção



A antropóloga Santuza Cambraia Neves (terceira da esq. para a direita), diretora do Núcleo de Estudos Musicais, do Centro de Estudos Sociais Aplicados da Ucam, contou com o apoio de suas ex-alunas e atuais colaboradoras, as sociólogas Juliana de Mello Jabor, Maria Micaela Bissio Neiva Moreira e Thais Medeiros, na organização e produção do seminário

utilizava-se de imagens alegóricas, que não eram imediatamente compreensíveis, dificultando a comunicação de conteúdo. Além disso, os tropicalistas criaram polêmica por criticarem posições políticas consagradas, tanto à direita, quanto à esquerda.

Caetano: audiência

O teatro ficou pequeno para a última mesa do dia, que contou com a participação de Caetano Veloso, que encerraria o seminário falando sobre "o espírito tropicalista". O poeta Ítalo Moriconi começou falando sobre o pós-moderno brasileiro e a relação entre canção popular e poesia literária. Ítalo lembrou que a "canção" sempre foi um gênero literário muito presente, principalmente depois do romantismo. Contudo, o pós-modernismo trouxe como característica marcante a canção da música popular como referência mais forte de poesia, a partir da obra de Chico Buarque e Caetano.

A professora Liv Sovik classificou o movimento como um marco histórico nos estudos sobre a cultura contemporânea no Brasil. Para ela, é surpreendente que a cultura brasileira seja tão pós-moderna, mais do que a cultura em muitos países desenvolvidos, apesar do contexto político-so-

cial não favorecer isso. Liv acredita que o pós-modernismo surge no Brasil a partir da tropicália, que inaugurou uma nova relação com a indústria cultural.

Caetano, a partir de suas idéias e sua experiência, concordou que a canção popular realmente vem ocupando o espaço da poesia, e se desculpou por isso. Mas afirmou que o tropicalismo deu a sua contribuição, ajudando a difundir a poesia concreta. Ele confirmou que a intenção do movimento tropicalista era realmente "complexificar" a produção cultural nos países subdesenvolvidos, especialmente no Brasil. E afirmou que não tem vontade de ir contra as gravadoras ou a indústria cultural, pois tem interesse na afirmação do mercado de música popular: "Quero que atinja o maior número possível de pessoas", concluiu.

Com auditório ainda lotado, o seminário foi encerrado com o show *Nara, uma senhora opinião*, com Cris Delano e Roberto Menescal. Santuza fez um balanço positivo do seminário, considerado acima das expectativas. "As palestras foram muito boas, e conseguimos encher um teatro enorme, com jovens de diversas universidades do Rio de Janeiro. Foi um encontro feliz da academia com o *show biz*", conclui a antropóloga. (Alvaro Neiva) ■



Escuridão am

A pouco menos de dois anos do término de seu segundo mandato, só agora o presidente Fernando Henrique Cardoso quer saber as origens dos problemas do setor energético do país. Para isso, acaba de formar uma comissão especial, que tem um prazo de 60 dias para entregar o relatório

Ataque o Brasil

Alvaro Queiroz

A CRISE DE ENERGIA ELÉTRICA que afeta as regiões Sudeste, Centro-Oeste e Nordeste e tende a recrudescer com as medidas anunciadas pelo governo terá maior impacto nos estados do Rio de Janeiro, São Paulo e Minas Gerais, unidades da federação de maior densidade econômica, industrial e demográfica. E tornar-se-á mais aguda, se a oferta insuficiente continuar declinando, e o governo não conseguir, em tempo hábil, restabelecer a eficiência do modelo de organização e gestão do sistema elétrico, agora comprometido pela política de privatização levada a amplos segmentos da infraestrutura.

O que se pode esperar, mesmo a curto prazo, vai muito além da inevitável queda da produção, do emprego, da renda e da riqueza

nacionais. O aumento dos custos fixos e dos custos finais terá dobramentos na competitividade dos nossos produtos no mercado internacional, tornando mais preocupante a nossa situação externa, atualmente o maior ponto de estrangulamento do crescimento do país.

Tudo isso culminaria em rude golpe nas pretensões de melhor qualidade da economia, o que acabaria por reconduzir o Brasil à era pré-industrial. A economia brasileira alcançou razoável complexidade e até mesmo certo grau de sofisticação que não pode permitir-se o enquadramento em modelos obedientes a postulados doutrinários e ideológicos que nos vêm causando sérios transtornos.

Energia abundante e barata é fundamental para o desenvolvimento. É preciso, portanto, que esteja sob o nosso controle e não seja objeto de negócios especulativos.



Foto: AFP

Trabalhadores protestam contra a ameaça de apagão, em passeata à luz de velas pelas ruas de São Paulo, em 15 de maio. O que inicialmente se imaginou apenas como restrição à iluminação mostrou-se uma grave ameaça à economia e à estabilidade dos empregos na indústria

Crise estrutural

Se a atual crise no sistema elétrico fosse apenas conjuntural, certamente não duraria muito tempo. A prudência no uso da água dos reservatórios e outras medidas no sistema interligado seriam suficientes para superá-la. Bastaria um pouco mais de senso de responsabilidade do governo.

Falta de planejamento de curto, médio e longo prazos; desprezo pela idéia de políticas setoriais; ausência de investimentos na ponta da geração; cisões nos segmentos de geração, transmissão e distribuição; desregulamentação e transferência do patrimônio do Estado para o capital privado, notadamente o estrangeiro, via negócios feitos para proporcionarem lucros a compradores, avaliadores, corretores de valores e outros intermediários. São estas, entre outras, as principais causas dessa crise estrutural no setor. O resultado só poderia ser a brecha entre oferta e procura de energia que ameaça desorganizar mais ainda a economia nacional, se o governo in-

sistir no estrangulamento do sistema elétrico. O governo mexeu naquilo que vinha dando certo há mais de 30 anos, ao substituir a sólida estrutura e a gestão competente do sistema por um modelo de organização e gestão baseado no interesse do mercado e na eficiência da competição. Aceitou com a garantia de que as empresas estrangeiras prestariam melhores serviços, investiriam na ampliação da capacidade instalada, trariam tecnologia e baixariam tarifas.

Proibiu investimentos

Por ordem do Fundo Monetário Internacional (FMI), em nome do ajuste fiscal, o governo proibiu novos investimentos das estatais em seus respectivos setores e procurou justificar essa decisão, alegando falta de recursos públicos para isso. O Tesouro poderia não ter, mas as estatais tinham e têm. O comando da política econômica aceitou o conceito do FMI, que considera

gastos, ou déficits, os investimentos produtivos das empresas do Estado.

Só a Eletrobrás tem em caixa 3,5 bilhões de reais; o lucro da Companhia Paranaense de Eletricidade (Copel) em 2000 chegou perto dos 600 milhões de dólares e o de Furnas Centrais Elétricas, 700 milhões de reais (líquidos), considerado histórico. São muito lucrativas. Será por isso que querem tanto privatizá-las? A Copel já recebeu 14 bilhões de reais em investimentos públicos, mas o governo quer vendê-la por apenas três bilhões. Critérios baseados no aviltamento devem nortear a pretendida privatização de Furnas, da Companhia Hidrelétrica do São Francisco (Chesf), de Tucuruí, Manaus Energia, Boavista Energia e demais unidades geradoras de transmissão e o que resta da distribuição (oito, apenas), pois 22 já foram transferidas para empresas privadas, a maioria estrangeiras. O governo precisa entender que energia é insumo básico, estratégico, e não simples *commodity*. ■

Legado da natureza e capacidade do brasileiro

Reservatórios armazenam energia para o futuro

EM SETEMBRO DE 2000, o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig), que reúne a Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Grupo Ilumina) e o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea) concluíram um estudo sobre os riscos de déficit de energia e a privatização de Furnas Centrais Elétricas, no qual explicam “pontos ainda obscuros da crise energética do país, relacionados às características do sistema brasileiro e ao modelo de organização imposto ao setor”. Os autores são os professores Maurício Tolmasquim (SBPE), Roberto D’Araújo (Ilumina), Sebastião Soares, conselheiro do Clube de Engenharia, e Luiz Pinguelli Rosa, coordenador do Ivig/Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro.

O estudo mostra que os métodos de operação e planejamento da indústria de eletricidade desenvolvidos no Brasil são os grandes responsáveis pela disponibilidade de energia barata, até bem pouco tempo proporcionada ao país, ao contrário da maioria dos países que desregulamentaram seus mercados de energia elétrica, onde a geração é de origem térmica. Temos um parque energético no qual predominam as hidrelétricas, que produzem mais de 90% da energia elétrica hoje disponível. Os rios de planalto das nossas bacias hidrográficas têm trajetórias suaves em direção ao mar. Quando represados, formam grandes reservatórios, cuja característica principal é a sua regularização plurianual.

Por essa razão, a grande parte dos reservatórios leva anos para se esvaziar, um fenômeno que tem importantes implicações na gestão dos recursos hídricos para a geração de energia elétrica.

Do ponto de vista estritamente energético, isso implica uma lógica de operação de longo prazo, em que as decisões operativas tomadas no presente são avaliadas em função do seu reflexo num horizonte de até dois anos.

Há sempre a possibilidade de ocorrerem seqüências de baixa hidráulidade. No entanto, como algumas bacias hidrográficas estão sob regimes pluviométricos diferentes, é possível, através de uma gestão integrada das usinas, a obtenção de maior disponibilidade de energia. Essa estratégia “evita vertimentos desnecessários, gerindo o atendimento da demanda com grande economia.

Assim, a gestão das usinas interligadas eletricamente é hoje responsável pelo acréscimo de cerca de 20% da energia disponível”. Isso confere ao setor elétrico



Foto: Cedoc

Luiz Pinguelli Rosa: crise era esperada, por erros de gestão do sistema privatizado

brasileiro maleabilidade incomparável com outros sistemas. A dimensão de nossos reservatórios é tal que eles armazenam a energia a ser consumida até quatro anos à frente. A dependência hidrológica é uma enorme vantagem, ao contrário do que afirmam as atuais autoridades do setor. “Além do custo de geração mais baixo, o sistema hídrico proporciona suprimento de energia, mesmo quando, como agora, não há investimento suficiente.” ■

As características do relevo e do regime de chuvas permitiu ao Brasil a montagem de sistema hidrelétrico integrado e estável, mas as mudanças desorganizaram o gerenciamento do setor



Foto: Cedoc

Ivig advertiu o governo

Desde 1999 o Planalto tinha conhecimento de que a crise estava a caminho



Foto: AFP

O governo percebeu atrasado as dimensões econômicas da crise energética e o próprio presidente da República fez a confissão de que não sabia da situação precária do abastecimento, apesar dos estudos de setores técnicos e acadêmicos que previam a crise, devido à falta de investimentos

EM OUTUBRO DE 2000, o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig) advertiu as autoridades gestoras do setor energético de que a privatização não havia gerado os investimentos necessários à expansão do sistema, por isso a energia ameaçava tornar-se um grave ponto de estrangulamento do crescimento econômico do país. E encaminhou documento sob o título Resposta de Curto Prazo para a Crise de Energia Elétrica e Proposta de um Programa de Geração Distribuída (Progédís).

Para o Ivig, hoje, o programa emer-

gencial de termelétricas, de reconhecida importância, não seria concluído, em grande parte, a tempo de evitar a crise, enquanto o gás natural, disponível nas principais capitais brasileiras, ainda ofereça gargalos na carência de redes de distribuição.

Ademais, os impostos incidentes sobre os equipamentos de geração de energia em pequenas potências e a falta de uma política para a geração localizada não estimulam o uso distribuído do gás natural. A geração distribuída a gás natural – em indústrias, hotéis, hospitais, shoppings e supermercados, por exemplo – poderá contribuir para respostas urgentes à crise, junto à conserva-

O gráfico mostra a situação da energia armazenada no Sistema Sudeste-Sul nos anos de 1999 e 2000. Em 1999, já era razoável a deterioração da garantia, quando, já no mês de março, o nível máximo atingiu 70%. Observe-se que, nas situações de equilíbrio entre oferta e procura, é normal o enchimento dos reservatórios. Em 2000, o armazenamento esteve sempre abaixo do registrado no ano anterior. A perda de capacidade de geração, devido à menor queda d'água nos reservatórios, agravou o suprimento da ponta do sistema nos meses de outubro a dezembro de 1999

Energia armazenada Sul + Sudeste

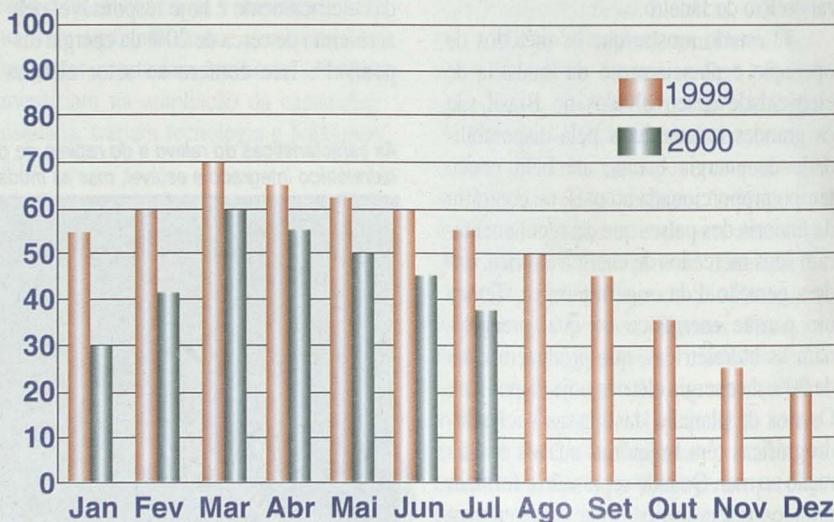




Foto: Eliza Fluze/ABr

Pedro Parente, chefe da Casa Civil da Presidência e gerente da crise, conversa com Euclides Scalco, da Itaipu Binacional, e José Maria Abdo, da Aneel, a que se atribui pouca eficiência

ção da energia, à gestão da demanda e às fontes alternativas, como o bagaço da cana, o lixo urbano e os resíduos agrícolas, a energia eólica e outras, além da co-geração (unidades que ao mesmo tempo geram eletricidade, calor ou frio).

Na reunião de setembro passado, o Ivig já havia constatado preocupante crescimento do risco de déficit, que passou de 5% para 15%, devido à falta de investimentos em geração. Os reservatórios estavam se esvaziando, tendo chegado a 60% de sua capacidade em 1999, baixando ainda mais no ano seguinte. Foram operações anormais, por causa da falta de capacidade instalada para atender à expansão da demanda.

Para os próximos anos, a perspectiva é de surgirem problemas, não apenas na ponta, mas também de energia firme; e de sobra de gás, com elevada probabilidade de falta de energia elétrica, devido à indisponibilidade de equipamentos para a maioria das 49 termelétricas previstas no Plano de Emergência.

Esse problema poderá ser agravado se o governo norte-americano levar a cabo, de fato, o plano de construção de até 1.900 novas usinas termelétricas a gás, o que afetará a demanda dos equipamentos para as nossas termelétricas.

Em função da expansão da demanda interna, o Brasil precisa de 4.000MW

a mais por ano, mas o acréscimo da capacidade de geração nos últimos três anos não foi além da média anual de 2.000MW.

Perda da confiabilidade

“A perda de confiabilidade é o ponto central do sistema elétrico brasileiro. Até a implantação do modelo de desregulamentação, o critério adotado para a garantia de energia era de um risco de ocorrência de déficit de 5%, no máximo. Era o compromisso implícito assumido pelos gestores da política energética brasileira e praticamente desconhecido da sociedade”, adverte o documento.

Recentemente, esse critério foi alterado, com o relaxamento do conceito de “ocorrência de déficit”, que seria considerado apenas quando superior a 5% do mercado. A mudança, por si, representa quebra considerável da medida padrão de garantia e dobra a taxa de risco pelo critério anterior. Nem assim conseguiu-se um nível de confiabilidade aceitável.

Basta uma consulta ao Plano Decenal de Geração, elaborado pelo governo, para se constatar que o índice previsto para o ano passado era de 12% nas regiões Sudeste e Centro-Oeste. “Esse risco, se traduzido para o critério anterior, chega a índices no mínimo iguais a 17%, certamente um recorde.” Questionadas pelos autores do estudo, eram as seguintes as premissas do cenário otimista de oferta, considerados no Plano Decenal de Geração:

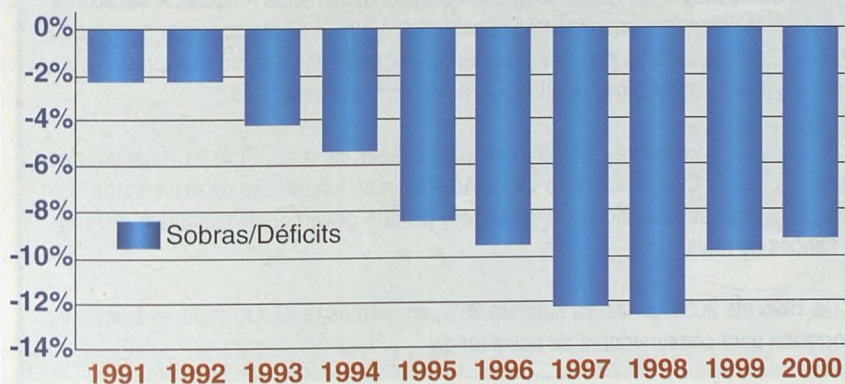
1 – Intercâmbio com a Argentina, de 2.000MW, apenas no sentido Argentina-Brasil. Neste cenário, a Argentina teria sempre excedentes para venda ao Brasil.

2 – O plano considera diversas obras com outorga de concessão ou autorização, mas ainda não foram iniciadas.

3 – Considera, também, 17.469MW de térmicas que entrariam em operação no período 2001-2004. Duvida-se dessa possibilidade.

4 – Considera, finalmente, quase 7.000MW de projetos “indicativos” que nem concessão autorizada têm. ■

Década de 90



Ilumina contesta versões oficiais

A equipe do Instituto Ilumina, que reúne técnicos de alta qualificação em energia, selecionou os argumentos que o governo repete com maior frequência nas tentativas de justificar a privatização do setor e contestou um por um, expondo-lhes as inconsistências:

GOVERNO

▼ Geração e transmissão têm que ser separadas, pois são negócios distintos.

▼ Geração e transmissão têm que ser separadas, para não causar constrangimentos à concorrência na geração.

▼ Os investidores estão retraídos pela indefinição do tipo de modelo. Estatal ou privado?

▼ O Estado tem que vender as empresas para se dedicar à saúde, educação e segurança.

▼ Os investimentos privados irão trazer novos empregos.

▼ Só a concorrência é capaz de baixar os preços da eletricidade.

▼ A crise energética atual é causada pela seca, que é a pior dos últimos 40 anos.

▼ O Brasil está com uma demanda de energia elétrica muito aquecida. Não há oferta que chegue.

▼ As empresas estatais não têm recursos para investir.

▼ Com as privatizações, as tarifas iriam baixar.

ILUMINA

✓ No Brasil, o sistema de transmissão tem um efeito sinérgico, extremamente subavaliado, que pode afetar fortemente a quantidade de energia garantida das usinas. Portanto, aqui, não são negócios distintos.

✓ Não é verdade. Os Estados Unidos não separam. A posse das linhas não impede a passagem da corrente elétrica. Ela é determinada pelo despacho das usinas. Bastaria cobrar um pedágio. Na realidade, existem outros constrangimentos mais graves. Por exemplo, o cruzamento de interesses de geração, distribuição e comercialização.

✓ Estados Unidos, Canadá e Noruega são exemplos de países com sistemas mistos. Na realidade, apenas quatro países têm o sistema elétrico totalmente privado: Inglaterra, Bélgica, Japão e Espanha. O Brasil já tem parceria privado-estatal em funcionamento. O que tem paralisado os investidores é a possibilidade de adquirir usinas prontas.

✓ Segundo o próprio governo, já foram "arrecadados" 100 bilhões de dólares com a venda de estatais. Onde está esse dinheiro? Na realidade, segundo estudos da Unicamp, para vender esse montante, o governo desembolsou 87 bilhões de dólares. Total líquido arrecadado: 13 bilhões de dólares.

✓ No setor elétrico, 90.000 vagas de emprego foram fechadas. É preciso dizer mais?

✓ Também não é verdade. Pode elevar os preços, também. Basta a oferta ficar aquém da demanda. Vide Califórnia. Os preços de geração no Brasil são um dos mais baixos do mundo. Foram conseguidos com planejamento e visão de futuro.

✓ Os anos de 1968, 1969 e 1971 foram extremamente secos. O ano de 1968 teve apenas 66% da média e naquela época o mercado crescia a 10% a.a. Desde 1995 o nível dos reservatórios vem baixando, o que mostra que a crise já era esperada.

✓ O consumo médio per capita brasileiro está abaixo da média mundial. A década de 90, cujo crescimento econômico não passou dos 1,50% a.a., fez com que o mercado crescesse pouco para os padrões brasileiros. Apenas 4,7% a.a. No Nordeste, o consumo médio dos domicílios não ultrapassa 100kw/h mensais.

✓ Só o Sistema Eletrobrás tem em caixa 3,5 bilhões de reais. Fora os recursos das estaduais Copel, Celesc, Cemig e Cesp. As projeções futuras são de mais lucros. Eliminadas as barreiras artificiais, criadas pelo próprio governo, alavancariam dezenas de bilhões de reais.

✓ De 1995 até 2000, as tarifas subiram 35%, em termos reais. Os maiores aumentos ocorreram para consumidores de baixa renda.

Deficiência na transmissão frustra as importações

Por falta de linha chegaram ao país apenas 50% da energia importada da Argentina

NUMA TENTATIVA DE AMENIZAR o desequilíbrio entre oferta e procura de eletricidade, o Conselho Nacional de Política Energética autorizou a importação, entre 2001 e 2004, de um total de 5.350MW – 5.200MW da Argentina e 150MW da Bolívia, com intermediação da Tradner (Copel), da Cien e da EDS. De 1994 a 2000, o Brasil havia contratado a importação 1.150MW – 1.100 da Argentina e 50MW do Paraguai, através da Eletrosul, Eletrobrás, Copel e Cien.

No caso particular da Argentina, dos 1.100MW, só chegaram ao Brasil 660, devido a deficiências nas linhas de transmissão, uma vez que apenas dois linhões estão em operação. O terceiro ainda é

uma espécie de linha pontilhada. A exemplo da geração, o segmento de transmissão não vem absorvendo os investimentos necessários. A energia de Tucuruí não chegou à serra da Mesa como deveria, por deficiências na transmissão. Há sobras de quase 2.000MW no Sul. Se houvesse linhões, Rio e São Paulo, principalmente, não estariam ameaçados pelas restrições do consumo que o governo passará a impor a partir de 1º de junho e, quem sabe, por apagões, se a redução em 20% não contornar a crise.

As importações mencionadas poderiam ser interpretadas como estratégia geoeconômica de interdependência no âmbito do Mercosul. Mas não parece ser este o caso. O que se evidencia é a substi-

tuição de um modelo público de gestão bem-sucedido por um não-modelo, conduzido por 10 órgãos burocráticos sem coordenação entre si, uma institucionalidade voltada para o mercado e que colocou o país numa rota ao desconhecido.

Sem rumo

O governo continua desorientado, sem saber que rumo seguir para amenizar o problema, gerado na volúpia das privatizações, na ausência de uma política para o setor e no conceito que incorpora energia à lista de *commodities*. Essa desorientação se confirma na decisão de FHC de formar uma comissão especial para identificar as causas da crise. O prazo para entrega do relatório é de



Foto: AFP

A busca de lâmpadas mais econômicas estende-se também a eletrodomésticos que proporcionem consumo energético mais reduzido

COMO SAIR DA CRISE

O Fórum de Energia do Fórum Social Mundial, considerando possível um novo modelo energético para o país, reuniu-se no dia 10 de maio e resolveu apresentar à sociedade brasileira o seguinte "Decálogo para Encaminhar uma Saída da Crise de Energia Elétrica":

1 - Suspensão da privatização das empresas elétricas ainda federais e estaduais, por conta da falta de energia elétrica, usando-as como instrumento de saída da crise;

2 - A Eletrobrás retomar plenamente seu papel de investidor e financiador no setor elétrico;

3 - Suspensão do Mercado Atacadista de Energia Elétrica (MAE) para impedir que a crise do setor elétrico se transforme em especulação financeira, penalizando os consumidores e favorecendo as empresas elétricas;

4 - Sustar todo e qualquer aumento de tarifas, a qualquer título, enquanto perdurar o racionamento;

5 - Eliminar as restrições da política macroeconômica do governo que impedem os investimentos e a captação de recursos pelas empresas elétricas ainda estatais, que têm, hoje, capacidade de investir na expansão da geração e da transmissão;

6 - A Aneel dar transparência à sociedade sobre as margens de lucro, remessa de valores ao exterior a todo e qualquer título e investimentos das empresas elétricas privatizadas no país;

7 - Restabelecer o ordenamento e coordenação do setor, hoje caótico, com a Aneel, o ONS, o MAE, a Eletrobrás, as empresas federais e estaduais, as concessionárias privadas, os produtores independentes, o Ministério das Minas e Energia, o CNPE, de modo a reconstruir um sistema de planejamento compatível com as características do setor elétrico brasileiro;

8 - Reservar um papel estratégico para a energia 'velha', produzida pelas estatais estaduais e federais, já amortizadas pela sociedade brasileira. Essa decisão possibilitaria um 'estoque

regulador' e o estabelecimento de parcerias com o setor privado, objetivando amortecer os impactos tarifários advindos de fontes mais caras, exigindo como contrapartida o retorno do conceito de 'serviço público' licitado por tarifa;

9 - Acelerar, com os devidos cuidados ambientais, a construção das usinas térmicas a gás, hoje restritas à iniciativa da Petrobrás, de modo a recuperar os níveis de garantia de suprimento. Buscar formas de flexibilização do suprimento do gás, de modo a tornar essas usinas mais compatíveis com a complementação hidrotérmica do sistema brasileiro;

10 - Estabelecer mecanismos eficazes de participação e controle pela sociedade sobre as medidas adotadas para superação da crise de energia, incluindo nas mesmas:

- ✓ Conservação de energia
- ✓ Eficiência energética
- ✓ Fomento à co-geração
- ✓ Geração distribuída nas empresas consumidoras
- ✓ Minimização de impactos sociais e ambientais
- ✓ Estímulo a fontes alternativas

Rio de Janeiro, 10 de maio de 2001"

Integram o Fórum de Energia a Secretaria de Energia do Rio Grande do Sul, o Instituto Virtual Internacional de Mudanças Globais (Ivig), a Coordenação dos Programas de Pós-Graduação em Engenharia (Coppe), da Universidade Federal do Rio de Janeiro, a Sociedade Brasileira de Planejamento Energético (SBPE), o Instituto de Desenvolvimento Estratégico do Setor Elétrico (Illumina), a Federação dos Urbanitários, a Federação Internacional de Sindicatos de Trabalhadores de Química, Energia, Minas e Indústrias Diversas, a Companhia Estadual de Energia Elétrica do Rio Grande do Sul, a Federação Interestadual de Sindicatos de Engenheiros, o Sindicato dos Engenheiros do Rio de Janeiro, o Clube de Engenharia do Rio de Janeiro, o Conselho Regional de Engenharia e Arquitetura (Crea/RJ) e o Instituto de Estudos Energéticos (IEE), da Universidade de São Paulo (USP).

O Ivig é ancorado na Coppe, com o apoio da Fundação de Apoio à Pesquisa do Estado do Rio de Janeiro (Faperj). Desenvolve pesquisas em Mudanças Climáticas, Mudanças de Paradigmas e Inovações Tecnológicas e Mudanças Institucionais no Setor de Energia. Instituição virtual, multidisciplinar, articula pesquisadores, governo, empresas e instituições internacionais.

REGIÃO SUDESTE

Aumentos de tarifas de energia elétrica no período 1995 a 2000

DISTRIBUIDORA	ESTADO	TARIFA EM 1995 (R\$)	TARIFA EM 2000 (R\$)	%	FONTE
CERJ	RIO DE JANEIRO	69,80	137,50	114	ANEEL
CPFL	SÃO PAULO	66,70	122,00	81	
ELETROPAULO	SÃO PAULO	62,00	126,00	101	
LIGHT	RIO DE JANEIRO	63,00	125,00	99,7	
ESCELSA	ESPÍRITO SANTO	55,07	98,15	89,04	
CEMIG	MINAS GERAIS	49,69	92,05	83,27	

As distribuidoras, que hoje pagam em média 30 reais por MW/h, repassam-no ao consumidor por até 140 reais. Insatisfeitos com essa margem de lucro, pressionam o governo no sentido de novas majorações, prevalecendo-se da crise de oferta. Técnicos antecipam a probabilidade de aumentos de mais de 100%, a começar de 2003, baseados na previsão de que a contração da oferta vai durar muito tempo e na tendência de o custo do MW de origem hídrica aproximar-se do custo da mesma unidade produzida pelas termelétricas, que é mais do dobro da energia gerada pelas hidrelétricas. As multas por excesso de consumo representam uma majoração indireta das tarifas



A população parece disposta a economizar energia, mas não desconhece que o governo é o principal responsável pela crise. Alguns setores chegam a advogar a não-colaboração

60 dias. A expectativa nos meios técnicos e na intimidade do governo é de recrudescimento das dificuldades pelo lado da oferta nos próximos três anos, pois a construção das termelétricas (49) do Programa de Emergência não será concluída antes de dois anos, quando saírem do papel. O futuro, a partir de 2003, ainda que regularizada a oferta, será mais preocupante. É que as tarifas subirão 25% ao ano, nos termos da lei 9.648, de 1998. A partir daí serão liberadas.

Para induzir investimentos privados na geração, o governo, pressionado por grupos internacionais, criou o Mercado Atacadista de Energia (MAE), destinado à comercialização de excedentes de energia e da chamada energia "nova", produzida por novas usinas. É um mercado altamente especulativo que ditará as tarifas, principalmente em períodos de oferta deprimida. Se o Estado não retomar o comando do setor energético, certamente indústria, comércio e consumidores residenciais no futuro serão penalizados com tarifas proibitivas. O governo recusou-se a dar a tarifa às estatais, mas se excede em generosidade quando se trata de especuladores, como denunciam entendidos do setor e onde as tarifas mais do que dobraram. ■

Brasil

Bird aplica ao Brasil a Teoria do Retrocesso

Na década de 40, o ex-ministro da Fazenda, professor Eugênio Gudin, considerado o "pai da Economia" no Brasil e autor de várias obras, se destacando *Princípios de Economia Monetária*, e o engenheiro, empresário e político Roberto Simonsen, que enriqueceu a nossa literatura econômica com *História Econômica do Brasil* e seu complemento *Evolução Industrial do Brasil*, protagonizaram um grande debate em torno do tema Industrialização Versus Vocação Agrícola do País.

Simonsen defendia a industrialização e a proteção governamental às indústrias brasileiras, enquanto o professor Eugênio Gudin fazia a apologia da chamada "vocação agrícola", concentrando os seus ataques na expansão do nosso parque industrial e, mais tarde, na orientação industrialista dos governos de Getúlio Vargas e Juscelino Kubitschek. O triunfo da tese de Simonsen foi bem retratado no impulso do setor secundário ao longo dos anos subsequentes, até o começo dos anos 80, período no qual o Brasil experimentou dois expressivos surtos industriais.

No entanto, na década de 90, a vitória pode ser contabilizada na coluna do

ativo doutrinário do mestre Gudin, cuja tese se inspirava na teoria das vantagens comparativas de custos.

Aplicada ao comércio internacional, essa teoria foi observada com certo rigor na condução das políticas econômicas de corte neoliberal postas em prática no Chile e na Argentina e, mais tarde, no Brasil.

Nos dois primeiros casos, o efeito foi a reprimarização das respectivas economias. O Brasil vem seguindo a mesma rota, a julgar pela reprimarização da sua pauta de exportações, na qual predominavam produtos industriais antes do governo do presidente Fernando Henrique Cardoso.

Diferentemente do Chile e da Argentina, porém, no Brasil ainda existe espaço para resistência, antes que se chegue à fronteira a partir da qual o retorno será quase impossível. Afinal, não se desmancha, em curto prazo, uma economia que tem a complexidade da brasileira sem que os efeitos de tal tarefa se façam sentir quase que imediatamente, afetando logo interesses mais sensíveis.

Agora, é o Banco Mundial (Bird) que encampa oficialmente as vantagens comparativas e confessa o propósito de aplicá-

las ao comércio externo dos países latino-americanos, particularmente do Brasil, citado como exemplo. Para isso, promove amplos estudos sobre os setores em que os países da América Latina podem ser competitivos e gerar mais empregos.

Os resultados dessa iniciativa serão conhecidos em outubro próximo, por ocasião das conferências a serem realizadas nos Estados Unidos e no Brasil. É quando o Bird dirá mais uma vez aos governos o que devem fazer.

O anúncio foi feito pelo vice-presidente do Bird, David de Ferranti, em entrevista ao jornal *Valor*. No entender do Sr. Ferranti, a melhor opção para o Brasil é produzir *commodities* (matérias-primas). Nada de fabricar aviões, automóveis, aparelhos eletrônicos, máquinas e equipamentos, produtos que exigem maior sofisticação tecnológica etc., pois o país não tem condições de competir nos mercados externos com esses bens.

Aliás, segundo o Sr. Ferranti, o Brasil e outros países subdesenvolvidos e mesmo desenvolvidos têm se beneficiado muito do uso de seus recursos naturais.

O Banco Mundial propõe (ou quer ter a pretensão de impor) o retorno particularmente do Brasil à era pré-industrial – a reprimarização –, à condição de importador de produtos industriais e exportador de produtos primários. É em tais atividades que os países subdesenvolvidos devem especializar-se, a exemplo dos Estados Unidos, que, na versão do Sr. Ferranti, se especializaram em agricultura (?) e tecnologia.

Quer dizer, o que na década de 40 foi objeto de acalorados debates entre brasileiros, agora passa a ser imposição de uma das instituições que nas últimas décadas do século XX passaram a governar as economias dos países subdesenvolvidos.

Na verdade, a história de década de 90 do século passado mostra que os governos dos presidentes Fernando Collor de Mello e Fernando Henrique Cardoso se anteciparam a essa decisão do Banco Mundial. Comprova-o a destruição de parte do setor industrial, a transferência de empresas privadas e estatais para o domí-



Foto Victor Soares/ABR

No Fórum do Bird, em Brasília, David de Ferranti, ao lado de Pedro Malan e D. Ruth Cardoso

Neoliberais odeiam Estado keynesiano

DOUTRINAS E TEORIAS ECONÔMICAS NÃO RARO OCULTAM FINS QUE OS FATOS, mais cedo ou mais tarde, se encarregam de revelar. Seus fundamentos, em geral, estão subordinados a interesses que se renovam e consolidam no tempo e na variedade de espaços econômicos, daí as reciclagens e ajustes às novas realidades. O importante é assegurar-lhes eficácia permanente e evitar que sejam atiradas ao depósito de lixo da História.

Dois exemplos, que se projetam nos dias atuais, são o livre mercado do liberalismo de Adam Smith e a teoria das vantagens comparativas do inglês David Ricardo, que retoma e aperfeiçoa as vantagens absolutas do próprio Smith, ambos empenhados na luta contra o mercantilismo apoiado no poder do Estado; ambos tomados de paixão quase que religiosa pelo deus mercado e determinados a contribuir para a liberalização de amplos bolsões do mercado internacional, então fortemente influenciados pelo mercantilismo em todas as suas formas.

As duas formulações floresceram na Inglaterra do século XVIII, quando da Revolução Industrial, liderada pelos ingleses, da qual emergiram interesses vinculados à exportação de bens industriais e à importação de produtos agrícolas. E até hoje fazem cabeças.

A essa divisão internacional do trabalho, vários povos passaram a resistir no século XX e chegaram a conquistar melhor qualidade para as suas economias até onde permitiam os interesses dos Estados poderosos e, mais tarde, dos mastodontes empresariais, hoje amplamente conhecidos sob a denominação de transnacionais. Aos ingredientes do livre mercado e das vantagens comparativas de custos do liberalismo, foram acrescentados o ódio ao Estado e o propósito de destruí-lo. Assim, o liberalismo se atualiza e assume nova forma: o neoliberalismo, aparentemente triunfante.

O neoliberalismo, aliás, fez ecoar os seus gritos mais agudos contra a intervenção do Estado no domínio econômico depois de terminada a Segunda Grande Guerra, em meados da década de 40. Seu alvo foi o Estado keynesiano, que alçou a economia norte-americana do fundo do poço a que foi lançada pela crise de 29. Mas Keynes não concebera o pleno emprego como meta do Estado Administrador da Demanda e a redistribuição da renda como objetivo do Estado do Bem Estar Social para simplesmente enriquecer a Ciência Econômica.

O propósito da sua obra era salvar o capitalismo de uma catástrofe que o instrumental da Escola Clássica não conseguira diagnosticar corretamente, por isso mesmo carecia das terapias adequadas. E sepultou de uma vez por todas a Lei de Say, segundo a qual "a oferta cria a sua própria demanda", querendo com isso dizer que o sistema capitalista era imune às crises.

Já nos anos 50, os adeptos da livre competição, do livre mercado, do livre cambismo passaram a investir com redobrada ferocidade contra o Estado keynesiano, no essencial absorvido pelos economistas da Comissão Econômica para a América Latina (Cepal) e que contribuiu muito para formar as bases teóricas do desenvolvimento dos países latino-americanos, destacadamente o Brasil. A condenação ao Estado keynesiano ganhou em intensidade até que os conservadores revisitaram a Escola Clássica, cuidaram de enriquecê-la, com as teses do fim do Estado-empresário, o fim do Estado-Nação, a transferência dos patrimônios nacionais para o capital transnacional e até mesmo para estados de países desenvolvidos, a liberação da conta de capital e dos mercados. ■

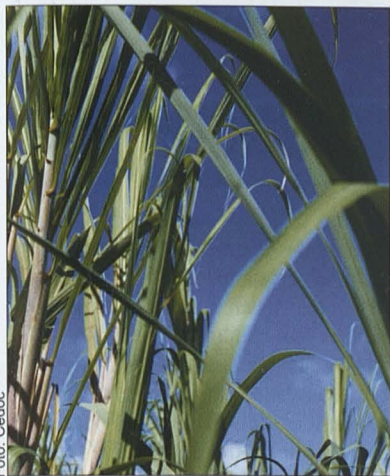


Foto: Cedoc

A cana garantiu colonização inicial do país

nio do capital transnacional, o retrocesso tecnológico e a reprimarização da pauta de exportações do Brasil.

Essa tarefa ainda está um tanto longe de ser concluída, porque, na segunda metade do século XX, a indústria instalada no Brasil ganhou em complexidade e abrangência, o que tem dificultado a tarefa de sua destruição que o governo de Fernando Henrique Cardoso aceitou com certo entusiasmo.

Ademais, na medida em que este processo vai se tornando cada vez mais claro, as resistências dos empresários ganham vigor e justa revolta. No entanto, a atual crise energética, deliberadamente ou não, poderá vir a ser mais um ingrediente do retrocesso defendido pelo Banco Mundial, dependendo da sua duração.

Não vai demorar muito e a reação vai se estender aos trabalhadores, desde que estes abram os olhos para as ameaças que pairam sobre os seus empregos e sobre a vida de suas próprias famílias.

Não estaríamos caindo no exagero, se ousássemos fazer uma previsão de que, em um futuro não muito distante, o que as empresas estrangeiras produzem hoje nos países em desenvolvimento passarão a produzir nas suas próprias matrizes, obtendo, dessa forma, maiores ganhos de escala, empregando mais e lucrando como querem.

Quanto aos países que atualmente insistem no fortalecimento do setor secundário, haverão de se defrontar com a instabilidade de preços de suas *commodities*, no mercado externo e o agravamento dos seus déficits.

O Banco Mundial reserva para nós o retorno à era da barbárie. ■

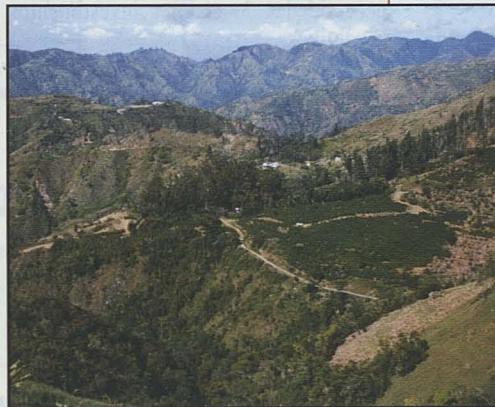


Foto: Cedoc

O café ajudou a industrializar o Brasil

Brasil

O modelo devora a poupança

A CAUSA DO DÉFICIT COMERCIAL e financeiro que já preocupa o governo não é a suposta insuficiência da poupança interna para financiar o crescimento econômico do Brasil, como querem fazer crer os economistas ideologicamente filiados ao neoliberalismo, que pontificam nas páginas de Economia dos veículos da grande mídia, mas, sim, o modelo econômico gerador das distorções que agravam a despoupança do Estado e esteriliza fatia significativa da poupança privada na dívida interna, tornando-a insuficiente para atender às necessidades de maiores investimentos produtivos.

Essa esterilização, por sua vez, é consequência do esforço a que o governo submete a sociedade brasileira para pôr-se em dia com os compromissos decorrentes da dívida e do processo de endividamento externos.

Mais grave ainda é que tal endividamento se destina a cobrir parte dos passivos externos e se desdobra no endi-

vidamento interno. Para cobrir o déficit em transações correntes (mercadorias e serviços), o governo se vale da parte dos investimentos diretos que sobra da compra de empresas estatais e do lançamento de títulos no mercado internacional, quando os investimentos diretos se mostram insuficientes para financiar o déficit.

Este ano, diante da perspectiva de redução desses recursos, a meta do Banco Central é o lançamento de bônus globais num total de até sete bilhões de dólares para o pré-financiamento da parcela da dívida que vai vencer em 2002. Os juros, nada generosos, variam de 9% a 13% ao ano.

Quer dizer: mal nos aproximamos do final do primeiro semestre e já se intensificam as preocupações com os compromissos que se vão vencer no próximo ano.

Em 1999, o Banco Central projetava para até 2005 uma dívida interna de 1,050 trilhão de reais, uma bola de neve

que nos próximos meses terá rompido a barreira dos 600 bilhões de dólares, haja vista já ter subido de 555 bilhões de reais, em fevereiro último, para 588 bilhões, por efeito das desvalorizações da moeda brasileira até abril.

Convertida em reais à taxa de câmbio de R\$2,00/US\$1,00, a dívida externa é de 480 bilhões de reais. Os serviços das duas dívidas, este ano, vão exigir do país o dispêndio de aproximadamente 300 bilhões – cerca de 30% do Produto Interno Bruto (PIB) de 2000, 1,50 trilhão de reais. Não estão incluídas na conta as remessas de lucros de 15 bilhões, no mínimo.

Impossível, pois, colocar a poupança interna, que poderia atingir 25% a 28% do PIB, para os investimentos indispensáveis ao crescimento, enquanto estivermos trabalhando para pagar as dívidas e o Sistema Financeiro Nacional não estiver organizado para disponibilizar o crédito adequado e a custo razoável para as atividades produtivas. ■

Vantagens absolutas e vantagens comparativas

QUANDO UM PAÍS ESTRANGEIRO PODE oferecer um produto em condições mais baratas em relação ao que nós produzimos, será melhor comprá-lo com parte do produto da nossa própria indústria, que, assim, se voltará para os ramos em que tenhamos vantagens em relação ao estrangeiro" (Adam Smith, in "A riqueza das nações). É a vantagem absoluta. David Ricardo, por sua vez, cuidou de aperfeiçoá-la, ao formular a teoria das vantagens comparativas de custos, tomando por base a idéia de que o comércio entre dois países deveria realizar-se quando as diferenças nos custos de produção fossem relativas. O intercâmbio, segundo Ricardo, poderia concretizar-se, mesmo quando o bem importado pudesse ser produzido no país A, com menor quantidade de mão-de-obra do que no país B (aqui a inspiração é a Teoria do Valor Trabalho – Smith/Ricardo). O princípio ricardiano

reza: se o comércio for livre, de fato, a longo prazo cada país exportará as mercadorias cuja produção ofereça certas vantagens comparativas e importará aqueles que só poderiam ser produzidos internamente com uma desvantagem comparativa nos custos da mão-de-obra.

Já a moderna teoria econômica encontra na vantagem comparativa de custos a causa do comércio, sem incorporar o item mão-de-obra especificamente. Enfatiza que o comércio se desenvolve quando as mercadorias podem ser adquiridas no exterior a preços inferiores ao custo de produção no próprio país, para concluir que as transações comerciais entre países diferentes viabilizam-se por força das diferenças de custos entre nações e regiões, proporcionando maiores ganhos via especialização em alto grau.

Um exemplo é a suposição de que o custo de produção de uma unidade de aço

seja igual ao custo de produção de uma unidade de tecido dentro do mesmo país (I); e que, no outro país (II), o custo de produção de uma unidade de aço seja o dobro desse custo no caso de uma unidade de tecido. Em tal caso, uma unidade de tecido é trocada no país I por uma unidade de tecido, enquanto no país II uma unidade de aço é trocada por duas unidades de tecido.

Se o país II deixar de produzir uma unidade de aço, poderá produzir duas unidades de tecido. Ao transferir recursos da produção de tecido para a de aço, o país I pode, por sua vez, produzir tantas unidades de aço quantas unidades de tecido desistirem de produzir. Torna-se desnecessária, portanto, uma relação entre as medidas usadas nos países I e II. Ambos os países, dessa forma, beneficiam-se da maior especialização. São óbvias, segundo a moderna teoria, as vanta-

Ipea revela a realidade

INFORMAÇÕES RECENTEMENTE LIBERADAS pelo Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) mostram transformações qualitativas na estrutura da economia brasileira nada promissoras: a redução do peso da indústria de transformação no Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, confirmando o já preocupante processo de desindustrialização a que conduziu o modelo neoliberal o Chile e a Argentina.

A pesquisa do Ipea constatou que a indústria de transformação, como percentual do PIB, subiu de 26,5% em 1990 para atingir o máximo de 29% em 1993, tendo declinado para 20,3% em 1998. Ainda são desconhecidos os dados referentes aos mais recentes três anos. Se confirmada essa tendência no triênio 1998-2001, já refletida na primarização da pauta de exportações, não haverá dúvida de que o Brasil segue o caminho do Chile e da Argentina. Parte dos déficits comerciais do país se explica, também, exatamente pela redução da receita proporcionada pelos produtos de maior valor agregado. Dados igualmente preocupantes foram divulgados pela Sociedade Brasileira de Estudos de Empresas Transnacionais e Globalização Econômica (Sobeet) sobre os passivos líquidos externos – itens relativos aos compromissos em dólares que o país terá de cumprir. Tais obrigações quase que duplicaram nos últimos oito anos, passando de 178 bilhões de dólares, em 1993, para 382 bilhões no ano passado. Por conta desse último montante, as remessas de lucros, dividendos e juros deverão ultrapassar os 20 bilhões de dólares em 2001. ■



Foto: Ceodoc

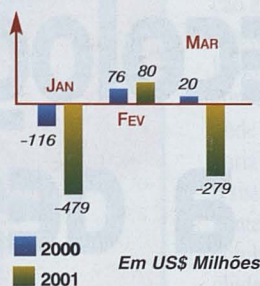
gens do país II, enquanto o país I poderá lucrar tanto através da especialização, quanto pelo comércio com o país II, que será financiado com parte do lucro que obtém, ao abandonar a produção de aço pela de tecido.

Posteriormente, à teoria das vantagens comparativas foi incorporado o conceito de "vantagens comparativas estáticas" – ou vantagens na produção de bens primários, commodities, e custos de mão-de-obra (baixos salários), próprias dos países atrasados, e cuja utilização no comércio externo lhes proporcionaria supostos benefícios.

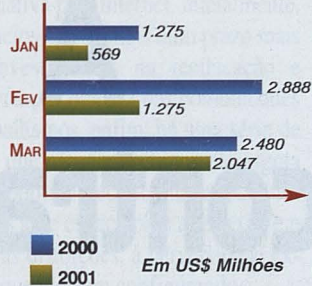
Se o Brasil se especializar na produção de commodities, como quer o Banco Mundial, certamente fará com que o mestre Eugênio Gudín se mexa de alegria no fundo da sepultura. Será a grande homenagem pos mortem que o governo brasileiro lhe prestará. ■

Indicadores Brasil 2001

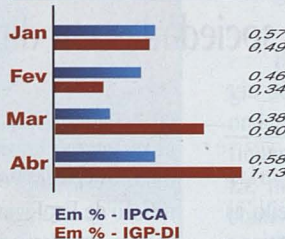
Balço Comercial



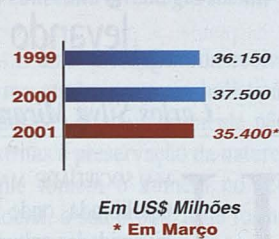
Investimentos Diretos



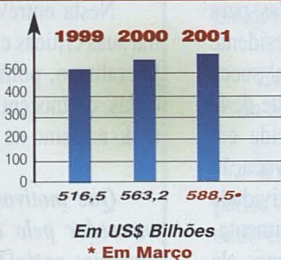
Inflação



Reservas Cambiais



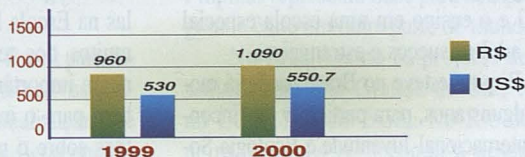
Dívida Pública Interna



C/C - Balço de Pag.



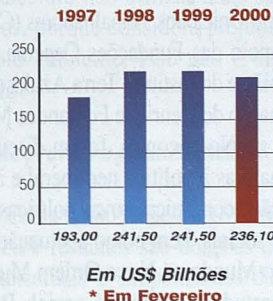
PIB (em US\$ e em R\$ bilhões)



Taxas de Juros (% Anual)

BRASIL	16,25
RÚSSIA	25,00
INDONÉSIA	16,30
MÉXICO	15,92
GRÃ-BRETANHA	4,69
EUA	4,00
FRANÇA	4,79
ALEMANHA	4,64
EURO	4,78
JAPÃO	0,13

Dívida Externa (% Anual)



Ecotopia

A ecologia social contra a desumanização

A globalização neoliberal semeia a crise econômica pelo mundo, levando as sociedades em direção a um salve-se-quem-puder

Carlos Silva Miranda

UMA SOCIEDADE MAIS JUSTA E equilibrada, onde respeito às diversidades cultural, étnica e biológica seja um princípio, ainda é uma utopia. Mas, para Birgitta Wrenfelt, de 75 anos, presidente da organização não-governamental sueca Terra do Futuro, é um objetivo que deve ser perseguido sem trégua. Nascida em Uppsala, na Suécia, cidade de vocação universitária e cuja principal atividade econômica são as indústrias de alimentação e farmacêutica, há quarenta anos ela milita na defesa da ecologia social. Pedagoga, divide suas atividades entre a ONG e o ensino em uma escola especial para adultos suecos e estrangeiros.

Birgitta esteve no Brasil, onde já morou alguns anos, para participar do Encontro Internacional Juventude e Ecologia Social (Ecotopia), realizado pela primeira vez no país, no Rio de Janeiro. O evento foi organizado pela Terra do Futuro, junto à Central Única dos Trabalhadores (CUT), com o apoio das Fundações Cepema, Bento Rubião e do Instituto Terra Azul, sob a coordenação de Henrique Fernandez Moreno.

No encontro, foram discutidas alternativas à política neoliberal e à globalização econômica, novas políticas ecológicas e sociais, bem como a situação do Terceiro Mundo na Nova Ordem Mundial e, sobretudo, a exclusão social. Participaram

do Ecotopia delegações de onze países e nove estados brasileiros. Entre os palestrantes estavam Pedro Ivo Batista, da Comissão de Ecologia da CUT, e João Pedro Stédile, do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST).

Nesta entrevista, a pedagoga reafirma suas críticas e convicções sobre o neoliberalismo, políticas ecológicas equivocadas, o etnocentrismo e o reaparecimento do nazismo na Europa.

Que motivos levaram a senhora a enveredar pelo caminho da militância ecológico-social?

Birgitta Wrenfelt – A partir das aulas na Escola Experimental, observei que muitos dos temas que analisávamos tinham importância não só local, mas também para o mundo. Discutíamos questões sobre o meio ambiente e a situação socioeconômica do Terceiro Mundo.

Enfocávamos a importância da existência e da defesa da diversidade biológica e cultural dos povos. Dessa maneira, partimos para a troca de experiências, de modo que não só nossas iniciativas bem-sucedidas fossem levadas em conta, mas também que as melhores experiências dessas sociedades também fossem aproveitadas por nós.

Quais as semelhanças e diferenças entre os países onde já trabalhou?

BW – Quando se trata de países do Terceiro Mundo, os problemas superam o potencial de riqueza que têm. Todos contam com déficits nas áreas da habitação, do saneamento básico, da saúde e da educação. Há muito desemprego e péssima distribuição de renda. Mas os meios físicos dessas nações são quase sempre exuberantes, podem ser explorados racional e ecologicamente, e os resultados melhor distribuídos pelos governos.

A Terra do Futuro foi criada em 1988, em cooperação com a Ladakh Ecology and Health Organisation, da Índia; do Centro de Investigación de Bosques Tropicales, do Equador; do Cepema, do Ceará, entre outras ONGs. Antes, entre o final de 1967 e o início de 68, a partir do trabalho na Escola Experimental, tentei realizar trabalhos com muitas organizações. Estive na África, Ásia e América Latina. O Brasil, por exemplo, é um velho conhecido. Morei aqui em 1982, pois meu marido trabalhou no Rio Grande do Sul. Nessa época mantive contatos com muitas ONGs e grupos de estudos de meio ambiente. Atualmente, através da Terra do Futuro, trabalhamos com organizações em vários países da Ásia e da América Latina. O mesmo não acontece na África, onde as dificuldades foram maiores que a nossa boa vontade e os meios materiais disponíveis.

Os neoliberais consideram a globalização irreversível e que as dificuldades



Foto: Enrique Fernandes Moreno

Birgitta Wrenfelt: a má distribuição da riqueza gerada pela sociedade impede que o potencial econômico das nações do Terceiro Mundo garanta a eliminação da miséria e das doenças

para as populações estimulam a criatividade e a produção. Concorda?

BW – É uma visão perversa desde a sua gênese. A globalização, nos moldes em que se desenvolve, causa miséria, exclusão social. Com o modelo neoliberal, não vamos resolver as principais questões que afetam o mundo subdesenvolvido e, porque não dizer, os bolsões de pobreza nos países desenvolvidos. A destruição do homem e da natureza vai aumentar.

Quais foram os resultados concretos do Ecotopia?

BW – O fato de reunirmos jovens de

11 países e nove estados do Brasil para falar de ecologia social, de alternativas contra o neoliberalismo e a globalização já é uma vitória. Por outro lado, ficou decidido que seria criada uma rede internacional permanente pela internet refletindo sobre estes problemas, trocando constantemente informações, além da realização de encontros regionais e mundiais mais frequentes para discutir a ecologia social e pôr em prática novas ações.

Há alternativas para o modelo neoliberal e a globalização?

BW – Sim, por exemplo, através da autogestão de projetos pelas comunida-

des, investimentos na área de comunicação alternativa pela internet, inicialmente, e pelos meios tradicionais num prazo mais longo. Investimentos na reeducação e conscientização política das comunidades onde trabalhamos, enfim, há uma série de variáveis que não necessariamente esgota o sistema político e econômico e social vigente, mas abre espaço para a reflexão e o combate às distorções, à perversidade excludente que ele vem configurando.

Como conceitua a ecologia social?

BW – É uma abordagem da ecologia de forma sistêmica, mais holística, onde as questões de meio ambiente não fiquem restritas à preservação da natureza, mas que tomem o homem no seu contexto social, o seu produzir de forma equilibrada e em relação com essa natureza. Ou seja, como realmente a ecologia deve ser pensada.

Em que países as iniciativas da Terra do Futuro têm tido mais êxitos?

BW – Obtivemos êxito em todas as partes onde atuamos. É muito difícil dizer onde estamos mais avançados, pois lidamos com povos culturalmente muito diferentes. Às vezes, um pequeno avanço nas Filipinas representa mais para nós que um grande êxito em outra parte do mundo.

No Brasil, tanto os projetos desenvolvidos no Rio Grande do Sul, como no Ceará tiveram êxito. No Rio de Janeiro, estamos começando a desenvolver projetos no Morro Dona Marta. Em Ladhak, uma pequena cidade da Índia, a população decidiu não utilizar mais sacos plásticos, porque considera prejudicial ao meio ambiente. Isso não é um grande êxito?

De onde provém o financiamento?

BW – Cerca de 80% são do governo sueco. Os 20% restantes são doações de amigos, intelectuais e simpatizantes das causas que defendemos, todos suecos.

“A crise econômica e social disseminada pelo neoliberalismo e a globalização tem tornado as sociedades mais duras. A Suécia também vem sendo afetada por esse processo. Estimulam-se nas escolas a acolhida aos estrangeiros e a tolerância às diversidades cultural e étnica. Na prática, porém, agem diferente do que pregam no cotidiano”

Isto não gera dependência?

BW – Temos uma independência muito grande em relação ao governo sueco. Nem sempre as nossas posições, os nossos propósitos e projetos coincidem com os interesses governamentais.

Uma CPI da Câmara dos Deputados investiga as ONGs. Como vê isso?

BW – Não posso falar por todas as ONGs. No entanto, sei que o nosso trabalho e o de outras organizações idôneas que operam no Brasil e em outras partes do planeta incomodam grupos de interesses. E estes nos atacam impiedosamente. Tentam desvalorizar, desmerecer nossas iniciativas. Nós criticávamos a instalação de usinas nucleares na Suécia e no restante da Europa. Políticos e empresários declaravam que éramos financiados por grupos escusos e ganhávamos muito dinheiro condenando essas usinas. O tempo mostrou que estávamos certos, pois as usinas são um perigo para a Humanidade. Quem ganhou dinheiro com as instalações delas foram justamente os que nos acusavam.

No Brasil, causou indignação uma campanha externa por uma espécie de Amazônia internacionalizada.

BW – Que a Amazônia é um patrimônio da Humanidade não resta dúvida. Mas que ela fica em território brasileiro e pertence ao Brasil é um fato inofismável.

Como vocês vêem as políticas am-

bientais brasileiras? Como são avaliadas na Europa?

BW – A imagem do Brasil veiculada nos meios de comunicação da Europa é muito negativa. Deixa claro que a maior parte das iniciativas dos governos municipais, estaduais e federal é paliativa ou demagógica. Passa a idéia de que tudo o que é feito no país é contra os princípios ecológicos.

Como vê o reforço ao etnocentrismo, a intolerância dos países europeus com os imigrantes provenientes do Terceiro Mundo e o recrudescimento do nazismo na Suécia?

BW – É lamentável o retrocesso dos valores humanistas. Nós, da Terra do Futuro, defendemos a solidariedade, a convivência pacífica, o intercâmbio cultural entre os povos. Lamentavelmente, a crise econômica e social disseminada pelo neoliberalismo e a globalização tem tornado as sociedades mais duras, o que facilita o renascimento de idéias nefastas, ultrapassadas. A Suécia também vem sendo afetada por esse processo. No caso, a intolerância aos estrangeiros, tanto por parte das pessoas comuns, como dos governantes, tem uma atitude hipócrita. Estimula-se, por exemplo, nas escolas, a acolhida aos estrangeiros, a tolerância às diversidades cultural e étnica. Na prática, porém, agem diferente do que pregam no cotidiano. A população é fria com os estrangeiros e o governo dificulta a sua permanência no país. É tolerante com certos grupos que os hostilizam.

É um fato lamentável que os fantasmas retornem para nos assombrar. Os neonazistas formam grupos ainda pequenos, mas muito

organizados, agressivos e com infra-estrutura incrível: têm revistas, jornais, produção de vídeos e CDs. Quem os financia?

Como vê o desaparecimento do socialismo real e a sobrevivência dos modelos cubano e chinês?

BW – A Terra do Futuro e o Ecotopia abrigam diversas tendências ideológicas. Temos espiritualistas, anarquistas, socialistas e não há problema de convivência, pois defendemos uma grande causa.

No que diz respeito ao socialismo, e nisso não falo pela Terra do Futuro, mas expresse apenas uma opinião minha, a principal crítica é ao autoritarismo. Tudo que vem de cima para baixo, imposto, é ruim.

Vou dar um exemplo concreto e não autoritário. No governo de Olof Palme havia democracia, prosperidade econômica e social na Suécia. O Estado de Bem-Estar Social sueco funcionava plena e satisfatoriamente para a maioria da população. Mas isso, contraditoriamente, gerava apatia social, comodismo político, falta de iniciativa.

Hoje, o governo está desmantelando a rede de proteção social. O Welfare State, por limitado e falho que tenha sido, trouxe algum ganho para o povo. Agora, estamos vivendo o seu fim e o neoliberalismo vem se instalando com força na Suécia.

O vigor de nosso sistema previdenciário, a gratuidade dos sistemas de saúde, de educação e as facilidades para a aquisição da casa própria são cada vez mais coisas do passado. Há hoje um discurso bem articulado que procura legitimar essas iniciativas. “A previdência, a saúde e a educação privadas são melhores que as públicas”, dizem os neoliberais. Resta-nos combatê-los. ■

DEZ ANOS

1991

DE SUCESSO!

MARÇO

2001

ECOLOGIA

E DESENVOLVIMENTO



A revista **Ecologia e Desenvolvimento** foi considerada diversas vezes a melhor publicação do Brasil na sua categoria, o que se traduziu em numerosos prêmios recebidos ao longo dos seus dez anos. Pioneira no nosso país, ela goza hoje de grande prestígio em toda a América Latina



FAÇA ALGUMA COISA PELO SEU PLANETA. ASSINE ECOLOGIA!

Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa - 20241-080 - Rio de Janeiro - RJ - Brasil
Tel.: (55 XX 21) 221-7511 - Fax: (55 XX 21) 252-8455 - e-mail: etm@etm.com.br - www.etm.com.br

Postal Norte-Sul

AUTO-AJUDA



A PAZ DE TODO DIA
Cláudia Nogueira e Sandra Nedopetalski
Cód. 85-86448-08-7
Com os olhos voltados para a força íntima é que nos revestiremos da capacidade de enxergar a verdadeira essência. 203págs. (15cmx11cm). R\$10,00 - Editora Brahma Kumaris

BIOGRAFIAS



PRESTES
Lutas e autocríticas. Edição Comemorativa dos 100 anos de Luiz Carlos Prestes
Dênis de Moraes e Francisco Viano
Cód. 020015
Este é o livro para o qual, em vida, Prestes deu o seu melhor depoimento. Para esta edição, a família Prestes abriu seus arquivos de fotos (quatro cadernos de fotos, 32 páginas). 324 páginas. R\$39,00 - Ed. Mauad

DICIONÁRIOS

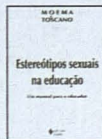


DICIONÁRIO CRÍTICO DO PENSAMENTO DA DIREITA
Idéias, instituições e personagens
Vários organizadores Cód. 0100-92
Obra que ratifica a importância dos campos político-direita/esquerda para os debates políticos contemporâneos apresenta cerca de 300 verbetes escritos por 120 autores de diversas universidades ou pesquisadores independentes, de vários estados e países, de diferentes visões e posicionamentos. 260págs. R\$78,00 - Editora Mauad



DICIONÁRIO DO BRASIL COLONIAL (1500 - 1808)
Ronaldo Vainfas (direção)
Cód. 85 7302 320-1
Primeiro dicionário crítico sobre as nossas raízes coloniais. Os primeiros séculos de nossa história estão representados de A a Z, em forma de verbetes atraentes e concisos. Mostra todos os personagens que nos ajudam a compreender melhor os sentimentos e o modo de vida de uma sociedade meio encantada e meio diabólica como a colonial. 599 páginas. R\$49,90 - Editora Objetiva

EDUCAÇÃO



ESTEREÓTIPOS SEXUAIS NA EDUCAÇÃO
Um manual para o educador
Moema Toscano Cód.: 85.326.2285-2
Militante feminista desde os anos 70, a autora discute o papel da escola e do professor como obstáculos (quase sempre) ou como alavancas (às vezes) na mudança do relacionamento homem/mulher. 116 páginas. R\$ 14,30 - Editora Vozes

FILOSOFIA



O DESPERTAR DA ÁGUIA
Leonardo Boff Cód.5-326-1977-0
O livro continua o anterior *A águia e a galinha*, e relaciona a dimensão-águia e a dimensão-galinha com o Universo, a história e a pessoa humana. 176 páginas. R\$14,00 - Editora Vozes



A ÁGUIA E A GALINHA
Uma metáfora da condição humana
Leonardo Boff Cód. 85-326-1845-6
Uma história africana proposta ao leitor como reflexão de sua própria condição, origem e destino. Segundo o autor, é preciso que se busque o equilíbrio. 208 páginas. R\$18,00 - Editora Vozes

HISTÓRIA



BRASIL 500 ANOS EM DOCUMENTO
Ivan Alves Filho Cód. 0200-17
Um livro de referência, didático, para estudos sobre documentos que registram a História do Brasil. 656 páginas. R\$99,00 - Editora Mauad



BINÔMIO - EDIÇÃO HISTÓRICA
Dir.: José Maria Rabêlo Cód. BA 7013
A história do primeiro jornal da moderna imprensa alternativa brasileira, que nunca se curvou aos poderosos. Mais de 200 reproduções, muito humor e a narrativa, documentada, da conspiração de direita que levou ao golpe de 64. 263 páginas. R\$34,00 - Editora Barlavento e Armazém de Idéias



ESCRAVIDÃO OU MORTE
Jorge Preta de Souza Cód. 0100-20
O autor propõe uma questão candente: por que lutavam os escravos de uma pátria que os oprimia? A obra analisa a participação de escravos como soldados do exército brasileiro, durante a guerra do Paraguai, construindo sua liberdade através da vida militar. 136 páginas. R\$22,00 - Editora Mauad



HISTÓRIA DO CONE SUL
Amado Luiz Cerro e Mario Rapoport (org.) Cód. 0159
Coletânea de ensaios sobre a história dos países do Cone Sul, abordando relações regionais e sua inserção na economia internacional. 336 páginas. R\$35,00 - Editora Revan



HISTÓRIA DA IMPRENSA NO BRASIL
Nelson Werneck Sodré Cód. 0100-68
O livro vem preencher a necessidade de profissionais e estudantes em suas teses, pesquisas, estudos, ensaios e trabalhos dos mais diversos. 501 páginas. R\$59,00 - Ed. Mauad



NAS FRONTEIRAS DO PODER
Conflito e direito à terra no Brasil do séc. XIX
Márcia Maria M. Motta Cód. A-025
O livro permite compreender a complexidade das relações sociais e de poder no mundo agrário fluminense de meados do século XIX. 247 páginas - R\$21,00 - Arquivo Público



O EXÉRCITO SOVIÉTICO NA II GUERRA
Leonid Ieremeiev Cód. 0084
Relato dramático e fartamente documentado que revive momento crucial para a sobrevivência dos valores humanitários. 128 páginas. R\$12,00 - Editora Revan



MINAS DO OURO E DO BARROCO
As raízes históricas da cultura mineira
Washington Albino Cód. BA 7014
O livro reconstitui o barroco mineiro, a primeira manifestação artística autenticamente nacional. Imprescindível para o conhecimento da História do Brasil. 248págs. R\$38,00 - Barlavento Grupo Editorial

LITERATURA



A REPÚBLICA DOS BUGRES
Ruy Tapioca Cód.85.325.1028-0
O livro surge em um momento oportuno para uma reflexão sobre a História do país e a nossa formação como povo, além de ser uma realização literária de fôlego. 532págs. R\$35,00 - Editora Rocco

MEMÓRIAS



EUROPA 1935 - UMA AVENTURA DE JUVENTUDE
Moacir Werneck de Castro Cód. 85.01.05771-1
A partir das lembranças de uma viagem à Europa, o autor faz uma reflexão alternando memória e substância, reinterpretando fatos que ajudam o leitor a pensar o Brasil de hoje. 223 páginas. R\$20,00 - Editora Record



HERANÇA DE UM SONHO
Marcio Antonio Tavares Coelho Cód. 85.010.576-2
Neste livro de memórias, o autor conta a sua trajetória pessoal e política, marcada pela dedicação à luta por um mundo melhor e as experiências de suas atividades legais e clandestinas. 532 páginas. R\$45,00 - Editora Record

POLÍTICA



A FORMAÇÃO DO MST NO BRASIL
Bernardo Mançano Fernandes Cód. 85.326.2345-X
O autor analisa os processos de formação e territorialização do movimento, desde sua origem - em 1979 - até 1999, em 22 estados, onde o MST está organizado. Importante referência para se compreender a trajetória dos sem-terra em todas as regiões brasileiras. 318págs. R\$26,00 - Editora Vozes



GLOBALIZAÇÃO E GLOBOBAGENS
Verdades e mentiras do pensamento econômico
Paul Krugman Cód. 20412-1
O autor comenta como pensamentos econômicos provocam o aumento desenfreado do desemprego, fala sobre especulação financeira, crescimento econômico, administração empresarial. 224 páginas. R\$39,00 - Editora Campus



DOIS ESTUDOS PARA A MÃO ESQUERDA
Cabangem - Guerrilha ou luta de massas
Renato Guimarães Cód. 0205
O autor apresenta dois ensaios sobre episódio marcante da história brasileira do século passado, como reflexão dirigida aos jovens. 112págs. R\$14,00 - Editora Revan



CORRUÇÃO E REFORMAS POLÍTICAS NO BRASIL
O impacto do impeachment de Collor
Keith S. Rosenn & Richard Downes
Cód.85.225.0314-1

Como os outros fatores ligados ao impeachment permanecem ativos na vida social e política brasileira: uns com o testemunho de amadurecimento institucional, outros como dilemas não-resolvidos e portanto como focos potenciais de novas crises. 240págs. R\$34,00 - Ed. FGV



CAPANEMA
O ministro e seu ministério
Angela de Castro Gomes
Cód.85.225.0323-0

O livro retoma eventos e debates ocorridos no primeiro governo Vargas e, em particular, tudo o que ele marcou nas complexas áreas da saúde, da educação e da cultura em nosso país. 276págs. R\$25,00 - Editora FGV



AS REGRAS DO JOGO
Plano Real: 1997-2000
Jorge Vianna M. Cód.85.225.0317-6

A economia brasileira tem sido um laboratório de experimentações que, se por um lado aparenta ser uma sucessão de lugares-comuns, por outro produz evidências sempre fascinantes como se desdobra o poder de governar. 308 págs. R\$31,00 - Editora FGV



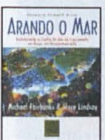
O FIM DA URSS E A NOVA RÚSSIA
De Gorbachev ao pós-Yeltsin
Angelo Segrillo Cód.85.326.2393-X

As fases da Perestroika, o processo de privatização e ida ao capitalismo da Rússia na década de 1990, além de diversas outras informações da época atual. 152págs. R\$12,50 - Ed. Vozes



QUE BRASIL QUEREMOS?
Depois de 500 anos
Leonardo Boff Cód.85.326.2328-X

A forma como o novo Brasil trabalha criativamente esse drama poderá oferecer uma colaboração inestimável à Humanidade unificada na casa comum, no planeta Terra. 128págs. R\$12,00 - Editora Vozes



ARANDO O MAR
Michael Fairbranks & Stace Lindsay
Cód.85.7303.264-2

As tremendas vantagens que as nações em desenvolvimento possuem em recursos naturais, mão-de-obra barata e solo fértil na realidade as mantiveram na pobreza. 338págs. R\$60,00 - Editora Qualitymark



DOMINAÇÃO PELA FOME
Economia política do abastecimento
Miranda Neto Cód. 00124

A fome em meio à abundância constitui o maior escândalo nas sociedades atuais. 136págs. R\$9,90 - Forense Universitária



DESMONTE DA NAÇÃO
Ivo Lesbaupin (Org.) Cód. 85.326.2174-0

O governo FHC prometia levar o Brasil à modernidade e ao desenvolvimento, mas vem produzindo um desastre - é a análise da obra. 200 páginas. R\$17,60 - Editora Vozes



ESTADO FEDERATIVO E POLÍTICAS SOCIAIS: Determinantes da descentralização
Marta Arretche Cód: 85.7106.194-7

A autora analisa as relações entre o jogo político-institucional e os resultados de políticas de governo. 304págs. R\$29,00 - Ed. Revan



NO TEMPO DE VARGAS
Memórias, reflexões e documentos
Francisco Antonio Doria Cód. 0075

É um livro indispensável a todos os que se interessam por conhecer a política brasileira deste século. 170págs. R\$16,00 - Ed. Revan



RUMO À SIERRA MAESTRA
Che Guevara e Raúl Castro Cód. 517

Diários da guerrilha cubana são revelados com todos os bastidores da Revolução. Reproduz documentos, fotos e anotações que revelam detalhes inéditos. O prof. Emir Sader (Uerj/USP) faz a apresentação. 306 páginas. R\$34,00 - Oficina do Autor



BRIZOLISMO
João Trajano Sento-Sé Cód. 225.02862

Leitura indispensável para quem se interessa pela história contemporânea do Brasil. 365 páginas. R\$31,00 - Editora FGV

POLÍTICAS PÚBLICAS



A AMERICANIZAÇÃO (PERVERSA) DA SEGURIDADE SOCIAL NO BRASIL
Estratégias de bem-estar e políticas públicas
Maria Lúcia W. Vianna Cód. 0156

As políticas implantadas pela ditadura entre 1964 e 1985 revelaram-se perversas pelo seu caráter antidemocrático. A autora busca identificar os fatores de natureza política que vêm produzindo barreiras para a implantação do modelo universalista que embasa a Constituição de 1988. 256págs. R\$30,00 - Editora Revan

REPORTAGEM



HAVANA - DEZEMBRO DE 1999
Emílio Azevedo
Cód. M 0268

Conheça a vida comum na capital cubana, em uma reportagem competente e atrativa. 145 páginas. R\$19,00 - Editora Multitexto

SOCIOLOGIA



GLOBALIZAÇÃO
Teoria social e cultura global
Roland Robertson Cód.85326.2247-X

Mostra como a cultura se tornou uma questão contestada globalmente. Por exemplo, por que concepções rivais de uma "ordem mundial" têm consequências políticas e econômicas. 312 páginas. R\$32,00 - Editora Vozes



QUANDO EU VOLTEI, TIVE UMA SURPRESA
Joel Rufino Cód. 85.01.05771-1

Cartas escritas pelo autor, quando estava no cárcere pelo pecado de amar o Brasil, para o filho que ainda estava por nascer. R\$48,00 - Editora Rocco

SAÚDE



A VITALIDADE SEXUAL DO HOMEM
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20310-0

Respeitado naturopata, o autor diagnostica distúrbios da próstata, detecta efeitos colaterais de determinados procedimentos e relaciona virilidade e reeducação alimentar aos exercícios físicos e a um programa de combate ao estresse. 188págs. R\$29,00 - Editora Campus



MENOPAUSA
Uma Abordagem Natural
Michael T. Murray Cód. 20311-0

Como tirar proveito de vitaminas, minerais, ervas, exercícios, dietas e outros métodos naturais, assim como uma abordagem das causas e efeitos da menopausa e uma análise detalhada da terapia de reposição de estrogênio. 224 páginas. - R\$29,90 Editora Campus



O LIVRO DA SAÚDE DAS MULHERES NEGRAS
Várias Autoras Cód. 2210

O livro serve de instrumento na coordenação de ações conjuntas entre mulheres que trabalham por justiça social. 356 páginas. R\$26,00 - Editora Pallas

Nome: _____
Endereço: _____
Bairro: _____ Cidade: _____
Estado: _____ CEP: _____ Profissão: _____
Tel.: _____ Fax: _____ E-mail: _____

Assinale a forma de pagamento de seu pedido:
() Cheque(s) nominal(is) à Editora Terceiro Milênio Ltda. em anexo
() Autorizo débito no meu cartão pelo valor total de R\$ _____

Cartão Validade até _____ / _____

Nº _____
ACEITAMOS TODOS OS CARTÕES DE CRÉDITO, SEM PARCELAMENTO (inclusive em cheque)

Data: ____/____/____ Assinatura do comprador _____

CADERNOS 232
Os preços estão sujeitos a alteração
VALIDADE:
até durar o estoque

CÓDIGO	QUANT.	FRETE	TOTAL R\$

Preencha em letra de forma e envie para a Editora Terceiro Milênio Ltda.
Rua Conde de Lages, 44 - Gr. 508 / 510 - Lapa
Rio de Janeiro - RJ - CEP: 20241-080
Tel.: (0XX21) 221-7511 - FAX: (0XX21) 252-8455
E-mail: etm@etm.com.br - http://www.etm.com.br

ATENÇÃO: O frete será cobrado à parte no valor de R\$2,50 por livro e o prazo máximo de entrega em 20 dias. Consulta prévia nas remessas rápidas, para o exterior e nos pedidos acima de 10 exemplares.

Fotos: AFP



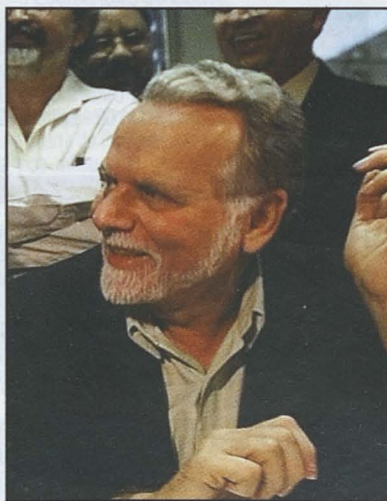
Cercada de porto-riquenhos e demonstrando senso de oportunidade, a agora senadora Hillary Clinton pronunciou-se contra os exercícios da Marinha norte-americana em Vieques, Porto Rico, em manifestação realizada na porta do Congresso, em Washington

Porto Rico

Líder independentista condenado

“**P**or Vieques o mundo sabe que o povo porto-riquenho só se ajoelha diante de Deus. E os porto-riquenhos sabem, com maior clareza que nunca, que a subordinação política aos Estados Unidos é a origem do problema de Vieques.” Estas foram as palavras do discurso de Rubén Berrios Martínez, o líder independentista do país, pronunciado, em meados de maio, diante de um tribunal federal dos Estados Unidos, antes de ser sentenciado a cumprir pena de quatro meses em um presídio norte-americano na ilha.

Vieques é uma região que tem servido de zona de treinamento e provas de tiro para a Marinha de guerra norte-americana, e é por isso considerada a expressão mais crua do domínio político dos Estados Unidos sobre Porto Rico. Segundo Berrios, esta subordinação é devida ao regime de “Estado Livre Associado”, como se chama a união com os Estados Unidos. Entretanto, vive-se em Porto Rico uma crescente convergência de todas as correntes ideológicas para uma revisão desta associação com outro país. Reivindicam o que chamam de “o mais fundamental dos direitos humanos dos povos”, o direito à autodeterminação. Os



Rubén Berrios: quatro meses de cadeia por protestos contra a subordinação política e militar imposta por Washington a seu país

porto-riquenhos que vivem nos Estados Unidos também pedem o fim dos “abusos da Marinha norte-americana que percorre o mundo”, e o fim dos treinamentos militares em Vieques.

O movimento independentista de Porto Rico queixa-se ainda da espionagem e violência política por parte dos governos dos Estados Unidos e da ilha.

Na década de 80, um processo movido contra o governo porto-riquenho e uma investigação parlamentar revelaram a existência de operações de espionagem, com a colaboração do Birô Federal de Investigação (FBI) e da Agência Central de Inteligência (CIA) – ambos norte-americanos –, violência e assassinatos contra os militantes nacionalistas. “Esses esquadrões da morte tinham como missão principal reprimir o movimento mediante a perseguição, denúncias e assassinatos”, informa o Comitê do Senado de Porto Rico, desvendando barbaridades que só agora chegam ao conhecimento da população.

A Corte Suprema de Porto Rico chegou a declarar ilegais e inconstitucionais a espionagem de pessoas e organizações vinculados ao movimento independentista, ordenando que a polícia entregasse os informes às vítimas dessas ações. De nada adiantou. Atualmente centenas de documentos permanecem em poder da Justiça, denuncia Ramon Bosque, professor da Universidade da Cidade de Nova Iorque e um dos espionados desde a adolescência. Pesquisador da repressão política em Porto Rico, Bosque afirma que “nenhum outro movimento tem sofrido uma perseguição parecida, com exceção, talvez, do movimento comunista, dentro da jurisdição dos Estados Unidos”.

Especialista em direitos civis, o advogado Juan Santiago, que ganhou notoriedade ao acionar o governo porto-riquenho por espionagem política na chamada década do terror, nos anos 80, afirma que o sistema judiciário de Porto Rico deveria ao menos publicar os documentos de inteligência reunidos durante a investigação, para serem estudados e utilizados para informar a opinião pública. Porto Rico foi anexado como território dos Estados Unidos desde 1898, depois da guerra contra a Espanha. Segundo acordo de 1952, os 3,8 milhões de portorriquenhos são considerados cidadãos estadunidenses e servem às Forças Armadas daquele país, que mantém na ilha presença estratégica polêmica. Mas os porto-riquenhos não pagam impostos federais nem participam das eleições presidenciais ou legislativas dos Estados Unidos. ■



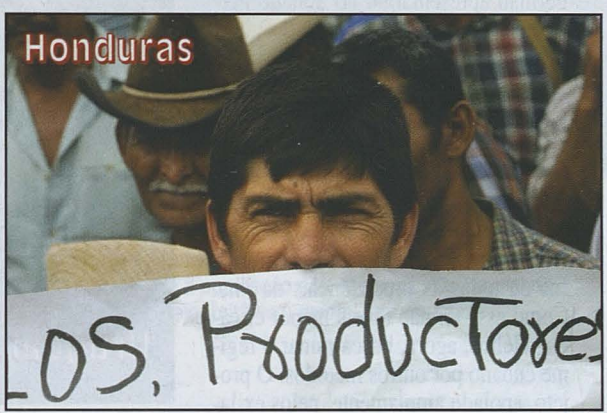
Chile



Panamá



Colômbia



Honduras



Bolívia



República Dominicana



Argentina

América Latina rebelada

Os trabalhadores latino-americanos se recusam a serem meras peças de uma engrenagem sem alma nem fronteiras. Essa trilha do inconformismo ficou patente em maio, como mostram as seguintes fotos, da esquerda para a direita, a partir de cima: protestos contra o desemprego no Chile; jovens exigindo uma educação melhor no Panamá; passeatas em prol dos direitos humanos na Colômbia; manifestações reivindicando uma política agrária adequada em Honduras; velhos e velhas no desespero em La Paz, Bolívia, que já não conseguem viver com pensões que o governo só reduz e saem às ruas para mostrar que se sentem traídos como o Cristo. Em São Domingos, as chamas atestam a reação contra o assassinato de jovens nas mãos da polícia. E em Matanzas, periferia de Buenos Aires, populares levam ao cemitério o corpo da aposentada Alicia Alegre que não resistiu ao sofrimento, quando participava, ao lado de milhares de desempregados, de protestos contra a política econômica de um governo que trocou seu povo pelo Fundo Monetário Internacional

EUA/Cuba

Helms tenta mais uma contra Cuba

O senador republicano e ultradireitista Jesse Helms, autor da lei que dispõe sobre a proibição dos investimentos estrangeiros em Cuba, e o democrata Joseph Lieberman apresentaram no Senado norte-americano projeto de lei de ajuda econômica aos cubanos que trabalham por conta própria no interior daquele país e à oposição organizada ao regime do presidente Fidel Castro.

Jesse Helms é autor também da lei que leva o seu próprio nome, através da qual o governo dos Estados Unidos tentou proibir investimentos estrangeiros de todas as procedências na ilha. Como essa lei não teve a menor eficácia, Helms, agora, busca minar o regime cubano por outros métodos. O projeto, apoiado amplamente pelos exilados cubanos na Flórida, esbarra, porém, na dificuldade de como fazer a ajuda chegar aos destinatários e evitar que acabe por ganhar o caminho do próprio governo que os norte-americanos insistem em querer derrubar através de ações indiretas.

Este é o receio do senador democrata Christopher Dodd, que se pronunciou contra a iniciativa dos seus pares. "Vamos desperdiçar o nosso dinheiro em uma operação que nunca alcançará os pretendidos beneficiários, porque disso Castro se incumbirá", disse Dodd.

De acordo com o projeto, o governo dos Estados Unidos poderá enviar aos cubanos dinheiro, comida, remédios, telefones, máquinas de fax e outros instrumentos aos presos políticos e seus familiares, dissidentes conhecidos no interior, jornalistas e intelectuais, grupos religiosos e pequenos empresários agrícolas e urbanos. A lei, batizada de Solidariedade a Cuba, tem como fonte de inspiração medida semelhante adotada pelo movimento polonês Solidariedade, nos anos 80. ■



Uruguai

Mais de 70 mil uruguaios saíram às ruas de Montevidéu, em 20 de maio, na Marcha do Silêncio. Pediram, pela sexta vez, o esclarecimento de assassinatos sob a ditadura militar. Moviam-se pelo lema 'Sem verdade seqüestrada, sem memória proibida', exigindo o atendimento do direito de saberem toda a verdade. Estudantes, trabalhadores, intelectuais, setores políticos e o Movimento das Mães e Familiares dos Desaparecidos Políticos integraram o protesto



Bolívia

Cocaleiros arrastam uma árvore para bloquear a rodovia Cochabamba-Santa Cruz de la Sierra, em mais um lance de protestos nacionais de trabalhadores contra o governo de Hugo Banzer

México

Popularidade em baixa

A popularidade do presidente do México, Vicente Fox, entrou em declínio, principalmente quando o tema é a economia do país. Aí, as expectativas dos mexicanos caíram quase quatro pontos. O Congresso rejeitou a proposta fiscal, a reforma do Estado está congelada e o conflito de Chiapas continua sem solução.

Em meio aos impasses, o partido do governo – Ação Nacional (PAN) – parece estar na oposição. Ao mesmo tempo, Fox continua tentando envolver o país no otimismo do governo.

O presidente conta com o apoio de 65% da população, 5% menos que há três meses, mas, decorridos apenas cinco meses do começo da sua gestão, é perceptível a decepção popular.

Os partidos de oposição dominam o Congresso e, para agravar a situação, as difíceis relações de Fox com as lideranças do PAN passam a ser interpretadas como grande ameaça à governabilidade.

Dirigentes do PAN acusam o presidente de forçar a aprovação das leis do seu interesse sem, antes, submetê-las a discussões. ■

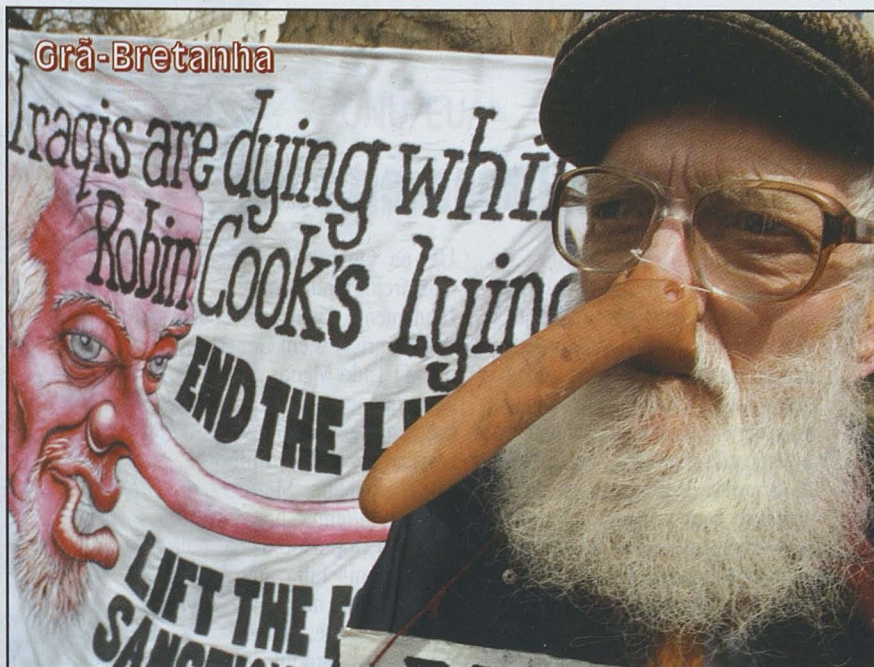
Balcãs

Caminhão de cadáveres

A população da Sérvia começa a tomar conhecimento dos crimes de guerra cometidos pelo regime de Slobodan Milosevic, contra a comunidade de origem étnica albanesa na província de Kosovo, durante os bombardeios da Organização do Tratado do Atlântico Norte (Otan), em 1999. O último deles foi descoberto pelo mergulhador profissional Zivojin Djordjevic, em Kladovo, pequena cidade a 250 quilômetros de Belgrado. Ao participar de uma operação de resgate de um caminhão submerso em um rio, deparou-se com dezenas de cadáveres de albanos-kosovares.

O mergulhador conta ter visto embaixo d'água um caminhão refrigerador Mercedes Benz verde, com o nome de uma firma albanesa, com placa da cidade de Kosovar de Pec. Uma grande pedra estava alojada sobre o acelerador e o corpo do seu condutor havia desaparecido. "Quando abrimos o compartimento do refrigerador começaram a cair os cadáveres de crianças e idosos, alguns deles despidos, e mulheres, algumas vestidas com o salware, a vestimenta tradicional muçulmana.

As forças da Otan bombardearam a Sérvia por onze semanas a partir de 1999, a raiz da política de repressão do regime de Milosevic contra os albanos-kosovares. Nos bombardeios as forças de segurança da Sérvia expulsaram mais de 800 mil habitantes de origem étnica discriminada pelo regime. Organizações de direitos humanos (tanto sérvias como kosovares) denunciaram a ocorrência, nesse período, de 10 mil assassinatos de albanos-kosovares, muitos deles nos 500 sítios de execuções sumárias localizados nos arredores da província da Sérvia. A fiscal do Tribunal de Crimes de Guerra para a ex-Iugoslávia, Carla del Ponte, diz terem descoberto quatro mil cadáveres em tumbas clandestinas, em Kosovo. ■



Manifestantes saíram às ruas da Grã-Bretanha exigindo do governo o fim da aliança com os Estados Unidos no bloqueio econômico ao Iraque. Os manifestantes acusam a diplomacia britânica de mentir quanto aos objetivos e fundamentos do bloqueio, alegando que a grande vítima do cerco a Saddam Hussein acaba sendo a população civil iraquiana. 'Os iraquianos estão morrendo enquanto Robin Cook (o chanceler britânico) mente', diz o cartaz do manifestante fantasiado de Pinóquio

França

Corrupção ameaça Jacques Chirac

Mal desembarcou em Paris, vindo das ilhas francesas do Índico, o chefe de Estado da França, Jacques Chirac, foi surpreendido com uma notícia nada agradável para a sua imagem política.

Corre pelos gabinetes de deputados uma lista com 30 das 50 assinaturas necessárias para iniciar um processo contra Chirac com base em duas ações que estão paralisadas na Justiça: uma por malversação na adjudicação de obras públicas em Paris e outra por remuneração de militantes da União pela República (RPR), com empregos fictícios pagos quando era prefeito.

Os processos foram interrompidos pelos juízes por força da Constituição que só autoriza o julgamento de um chefe de Estado através do Superior Tribunal de Justiça, uma jurisdição política constituída por 12 deputados e 12 senadores.

Principal mentor dessa cruzada contra o presidente francês, o parlamentar socialista Arnaud Montebourg acredita ser possível obter as 28 assinaturas restantes para compor um mínimo de 10% que faltam.

O texto da proposta indaga como se pode explicar que os delitos cometidos pelos presidentes Josep Estrada (Filipinas), Alberto Fujimori (Peru), Richard Nixon (este último apesar de comandar a primeira potência mundial) são judiciais, enquanto não se encontra na França nenhum juiz para julgar o presidente Jacques Chirac e os graves delitos pelos quais é considerado suspeito.

A malversação de dinheiro público em empregos fictícios do RPR permanece parada desde que o juiz se declarou incompetente para investigar Chirac, em abril de 1999. O processo, com 28 implicados, prescreverá em abril de 2002. ■

Desigualdade

Acesso difícil aos mercados

Medidas protecionistas da União Européia (UE) poderão neutralizar a iniciativa "Tudo Menos Armas", que pretende intensificar o acesso ao mercado europeu dos países em desenvolvimento, adverte o diretor do Escritório de Investigação Européia, organização de Bruxelas dedicada ao estudo do comércio entre a UE e a África.

"Enquanto a União Européia anuncia a toque de tambor o acesso outorgado aos Países Menos Adiantados (PMA), a realidade é que poucos deles poderão aproveitá-lo, já que as normas sanitárias e não-alfandegárias são um obstáculo cada vez maior para o comércio dos países menos desenvolvidos", disse Paul Goodison. Ele dá o exemplo do apoio concedido pela UE aos abatedouros europeus, mas negado aos PMAs, para cumprirem novas normas de combate à encefalopatia espongiforme especial – o mal da vaca louca – e o vírus aftoso.

A UE concede preferências comerciais não-recíprocas através das convenções de Lomé e de Cotonou, tratados que regem as relações comerciais e de ajuda entre a Europa e os 77 países da África, do Caribe e do Pacífico. Mas na África Austral, a UE prefere os acordos bilaterais, como o que foi firmado com a África do Sul, beneficiada com vantagens tarifárias frente a competidores como o Canadá, os Estados Unidos e a Nova Zelândia.

Mais preocupante para os países menos desenvolvidos é a atual reforma da Política Agrícola Comum da UE, que engloba quase a metade do investimento anual da União, e prega a redução do preço dos produtos europeus para torná-los mais competitivos em nível mundial. A iniciativa Tudo Menos Armas é uma tentativa para persuadir os países em desenvolvimento a agregarem-se à postura da

UE na Organização Mundial de Comércio, tendo em vista o aprofundamento das negociações sobre temas agrícolas em Genebra.

O Tudo Menos as Armas terá conseqüências importantes nas sobretaxas centradas em seis produtos: carne, queijo, milho, açúcar, arroz e banana. Mesmo que essa iniciativa tenha boas intenções, segundo Goodison, não é uma panacéia, pois falta ainda verificar os resultados na prática. A iniciativa, prossegue, garante acesso especial aos produtos originários dos PMAs mas, para o grupo de países mais pobres, as normas podem ser bastante onerosas e difíceis de aplicar, pela variedade limitada de produção.

Em Bruxelas, durante a Terceira Conferência das Nações Unidas sobre Países menos Adiantados, Roberto Castelo, subdiretor-geral da Organização Mundial para a Defesa da Propriedade Intelectual (Wipo), uma agência da ONU, prometeu defender os países mais pobres contra o saque de seus conhecimentos tradicionais e recursos genéticos realizados pelas potências ocidentais.

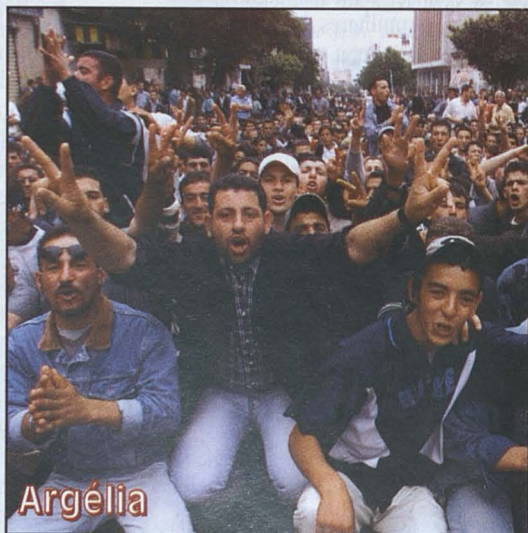
"Esta é a parte de nosso compromisso conta a erradicação da pobreza", acrescentou. O secretário-geral da ONU, Kofi Annan, disse que estavam ali, diante de representantes de mais de 120 governos, para considerar que tipo de apoio será mais útil para os 149 países pobres do mundo.

Muitos conhecimentos tradicionais sobre ervas dos países pobres são a base de medicamentos modernos fabricados por empresas farmacêuticas multinacionais, o que reforça a promessa da Wipo. Segundo Castelo, os conhecimentos das comunidades indígenas têm importante valor econômico na biotecnologia, medicina, agricultura e educação. ■



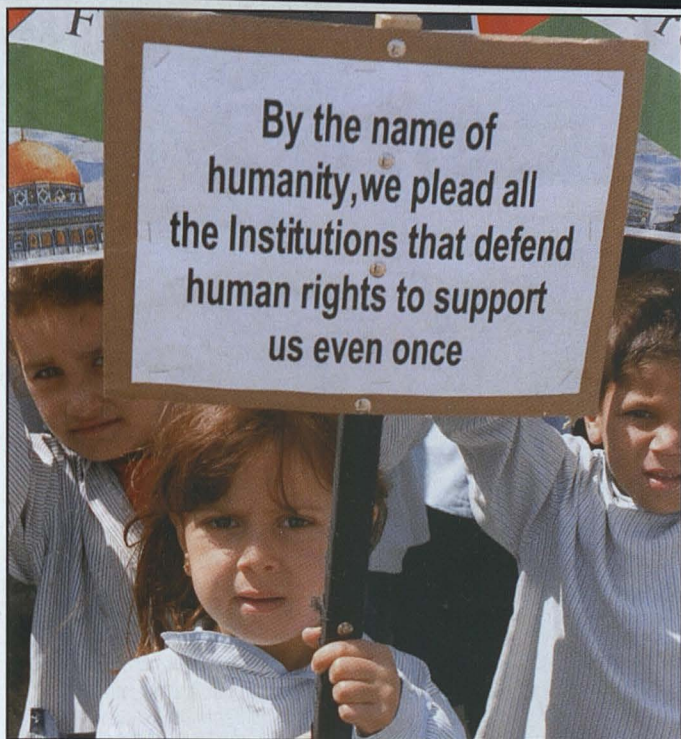
Costa do Marfim

Trabalhadores marcham pelas ruas de Abidjan, capital da Costa do Marfim, reivindicando melhores salários e condições de trabalho dignas, além de oportunidades sociais maiores para si e seus filhos. A manifestação envolveu ainda protestos contra as políticas neoliberais e a globalização, que vêm penalizando duramente as populações dos países em desenvolvimento, particularmente na África, onde se situam os mais carentes países do mundo, devido aos fatores climáticos adversos e sobretudo à herança do colonialismo



Argélia

Uma passeata-monstro, de cerca de 500 mil pessoas, percorreu Tizi Ouzou, na região bérbere no norte da Argélia, pedindo liberdade e protestando contra a morte de dezenas de pessoas em ação policial



Em nome do humanitarismo, a pequena palestina faz um apelo ao mundo contra a política militarista adotada por Sharon, após assumir o gabinete

Oriente Médio

Sharon reascende o militarismo

O primeiro-ministro de Israel, general Ariel Sharon, desafiou a comunidade internacional e alguns de seus próprios ministros e setores pacifistas do país ao anunciar que usará todo o arsenal bélico a seu alcance para combater os palestinos. Desde que assumiu o governo em fevereiro, o general tem sido alvo de pesadas críticas quanto à sua forma de atuar no conflito do Oriente Médio. Uma das mais recentes foi a sua decisão de enviar aviões de combate F-16 para bombardear várias localidades da Cisjordânia e de Gaza, em resposta a um atentado suicida dos palestinos do Hamas. Esses bombardeios, em meados de maio, mataram 11 pessoas e deixaram mais de 50 feridas. A oposição israelense afirma que o bombardeio com os F-16, utilizados pela última vez na Guerra dos Seis Dias, em 1967, foi um disparo contra os próprios pés de Israel.

“Vamos utilizar todos os meios disponíveis para proteger os cidadãos israelenses. Não podemos dar o pescoço aos palestinos para que nos degolem”, comentou Sharon, com ironia, ao final da reunião do Gabinete de Segurança convocada com urgência, diante do acirramento da crise na região. O Oriente Médio vive um novo capítulo sangrento desde que forças militares israelenses ocuparam uma área de 2,25 quilômetros quadrados no norte da Faixa de Gaza, controlada pela Autoridade Palestina (ver **cadernos**, edição 231, pág. 44). Setores pacifistas e a Liga Árabe pedem, desde o Cairo, uma ruptura de contatos políticos de seus membros com Tel Avive.

Indiferente às críticas e à ofensiva internacional de paz, Sharon, um dos cérebros da invasão do Líbano, em 1982, terá agora pela frente um novo inimigo: uma equipe de observadores da ONU que, a pedido dos setores pacifistas e da minoria árabe, poderá a qualquer momento desembarcar em Gaza e na Cisjordânia para examinar de perto as manobras belicistas nesses territórios árabes ocupados. As autoridades palestinas enviaram o ministro de Cooperação Internacional, Nabil Shaat, à Europa para convencer a comunidade internacional a mobilizar uma força de proteção à região. ■

ONU/EUA

Direitos humanos

A exclusão dos Estados Unidos da Comissão de Direitos Humanos da Organização das Nações Unidas (ONU) provocou grande repercussão na comunidade internacional. No dia 3 de maio, em votação secreta no Conselho Econômico e Social da ONU para renovação de 14 das 53 cadeiras da Comissão, os Estados Unidos ficaram de fora. Com vaga cativa desde a criação da comissão, em 1947, Washington era candidato à reeleição para uma das três vagas no bloco que engloba países da Europa Ocidental, Estados Unidos e Canadá. Acabaram ficando de fora, por ter recebido o quarto lugar na votação, com 29 votos, atrás da França (52 votos), Áustria (41) e Suécia (39). Para completar, o país também perdeu a cadeira que ocupava na Junta Internacional de Controle de Narcóticos.

O resultado da votação reflete a grande insatisfação com as atitudes tomadas recentemente pelo governo norte-americano, como a recusa ao Protocolo de Quioto – compromisso de preservação ambiental – e o anunciado intuito de construir um sistema de defesa nacional antimísseis. A política linha dura do governo Bush e a sua postura unilateral na diplomacia podem ser percebidas ainda na decisão de suspender as negociações com a Coreia do Norte e a oposição à criação de um Tribunal Penal Internacional.

Países como Cuba e China comemoraram o resultado da votação, enaltecendo a importância política da decisão dos países membros da Comissão de Direitos Humanos. O representante cubano considerou a perda da vaga por Washington um ato de justiça pela conduta “arrogante, escandalosa e humilhante” do governo norte-americano. A agência estatal de notícias chinesa qualificou a votação como “um não ao desejo norte-americano de usar os direitos humanos como uma ferramenta para sua política de poder e hegemonia no mundo”.

A decisão provocou um revide do governo norte-americano. O Senado aprovou a indicação de John Bolton como subsecretário de Estado de Controle de Armas e Segurança Internacional, um dos seis principais cargos do Departamento de Estado. A indicação de Bolton pelo presidente George W. Bush havia gerado polêmica, devido à sua oposição feroz à ONU, aos tratados de desarmamento e o multilateralismo. Além disso, a Câmara de Representantes do Congresso aprovou a retenção de 244 milhões de dólares, referentes à dívida do país com a ONU, até que Washington recupere sua vaga na comissão. O presidente Bush se manifestou contra a represália, mas vários de seus aliados apóiam a medida. ■



Foto: Adryana Almeida/AJB

Aos 80 anos de idade, morreu a professora e teatróloga Maria Clara Machado, conhecida por peças infantis e pelo trabalho de formação de atores, no seu Teatro Tablado, no Rio de Janeiro. De suas mãos, saíram gerações de artistas. Filha do escritor Anibal Machado e autora de 30 livros e 30 peças, Maria Clara trazia no sangue o talento da criação literária, que canalizou para o teatro e para o público infantil, com peças que aliavam a poesia e o sentimento livre das crianças, em contraste com um mundo de formalidades e pouco solidário. Sua visão humanista deu vida a 'Pluft, o fantasminha', 'O cavaleiro azul', 'O rapto das cebolinhas', 'A menina e o vento' - algumas das suas obras que se tornaram clássicas



Touran Jamili (acima) e Farah Khosravi (ao lado) são as primeiras mulheres a se candidatarem à Presidência do Irã. Aguardava-se em maio o pronunciamento do ultraconservador Conselho de Guardiães sobre as candidaturas de Jamili e Khosravi

Fotos: AFP



O general Hernan Brady, ex-ministro da Defesa no governo Pinochet, há três anos vem sendo investigado pela morte do diplomata espanhol Carmelo Soria, em 1976. O juiz espanhol Baltazar Garzón expediu nova ordem de prisão contra o militar, e a solicitação de extradição está sob análise da Suprema Corte do Chile. O governo e as Forças Armadas já manifestaram sua discordância



A foto acima mostra as famílias de Tom Green (de terno e ar patriarcal), incansável praticante mórmon de Utá (EUA), com suas cinco mulheres e alguns dos 29 filhos. Democrático na escolha de louras, ruivas e morenas, Green foi processado pelos crimes de poligamia e estupro de menor, por ter iniciado uma das mulheres quando ela tinha apenas 13 anos. A prática da poligamia foi abandonada pelos mórmons, oficialmente, há um século, mas estima-se que cerca de 30 mil fundamentalistas ainda se imponham o sacrifício de seguir o exemplo dos mais antigos, inspirando-se nos patriarcas



Fotos: AFP

Os filhos de Zapata

Desde que surgiu, em 1994, o movimento dos índios zapatistas está causando transformações no México e provocando uma reflexão das esquerdas em todo o mundo. A marcha que fizeram até a capital do país teve grande destaque internacional, aumentando sua força política. A luta contra a miséria e o esquecimento ganhou mais uma batalha

André Deak

Em 24 DE FEVEREIRO DE 2001, o subcomandante Marcos e todos os 23 comandantes do Exército Zapatista de Libertação Nacional (EZLN) saíram da selva Lacandona, onde vivem, e reuniram-se na cidade mexicana de San Cristóbal de Las Casas. Era o início da viagem que fizeram até o Distrito Federal, para pressionar o governo a cumprir os três sinais exigidos para iniciar o processo de paz. Um mês depois, Marcos e todos os comandantes haviam voltado à selva. Mas o México jamais voltará a ignorar seus índios como fez antes.

Um dia depois da posse do presidente Vicente Fox, no dia 2 de janeiro, o subcomandante Marcos deu uma entrevista coletiva na aldeia de La Realidad dizendo que, para reiniciar o processo de paz, o novo governo teria que dar três sinais de que estava realmente interessado nisso. As três exigências do EZLN foram: a retirada das tropas federais de sete comunidades indígenas, a libertação de todos os presos políticos zapatistas e a aprovação do tratado de San Andrés, um documento criado pelo próprio governo na primeira tentativa de negociar a paz. Esse documento reconhece os indígenas como povo e sua cultura como legítima. Na

época, serviu apenas para mostrar à comunidade internacional (leia-se capital estrangeiro) que o México estava avançando na negociação da paz, que ainda não saiu do papel.

A primeira vista parece ser muito simples o que se exige do governo mexicano. Fox, entretanto, tem dificuldades para cumprir os três sinais. O exército, acostumado aos 71 anos de governo do PRI, não quis deixar tão facilmente as bases implantadas na selva Lacandona. Principalmente as três bases estratégicas das sete exigidas, entre as mais de 200 que havia.

Existiam mais de 100 presos políticos quando Marcos deu sua coletiva. A Justiça, também no México, é lenta quando não há ninguém rico envolvido. O mais difícil, porém, é a aprovação do tratado de San Andrés. Ele reconhece que os indígenas têm direitos, o que diminuiria muito o poder dos latifundiários de Chiapas. A saída que Fox encontrou, pelo menos durante um tempo, foi fazer justamente o que ele mais sabe: marketing.

Vicente Fox foi presidente da filial mexicana da Coca-Cola antes de assumir o governo. Enquanto conseguiu, foi levando a opinião pública a acreditar que estava batilhando pela paz sem mudar muito a situação. Libertou alguns presos e determinou a saída do exército de três pontos da selva. Nada mais. Mesmo assim, o capital estrangeiro começou a acreditar de novo no México e os jornais não se cansaram de proclamar Fox como um verdadeiro pacifista.

Emilio Gennari, tradutor dos comunicados de Marcos para o Brasil, diz que "o problema é que as pessoas votaram, elegeram Fox e sentiram que tiveram participação no processo de abertura da democracia. Agora as pessoas querem continuar participando. O que Fox gostaria é que elas voltassem para casa e o deixassem governar em paz; mas a sociedade civil não quer fazer isso. O desafio de Fox é manter viva a esperança dos cidadãos de continuar participando de uma real democracia".

Por isso houve tanta publicidade, para que as pessoas pensassem que não precisavam participar, já que Fox cuidava de tudo.



O comandante Tacho e o subcomandante Marcos, este segurando a bandeira mexicana, lideraram uma marcha de milhares de índios e colocaram a questão indígena na ordem do dia outra vez, sacudindo a opinião pública e obrigando o governo Vicente Fox a negociar

Cartada publicitária

A caravana até a capital federal arruinou a propaganda foxista. O subcomandante Marcos, que é quem escreve os textos dos comunicados zapatistas que chegam por correio eletrônico para o mundo inteiro, soube também utilizar a mídia da melhor maneira possível para atingir seus fins. Os maiores jornais do mundo noticiaram a saída dele e dos comandantes zapatistas da selva Lacandona. O apoio da população mexicana à luta indígena chegou a 80%.

Um dos objetivos dos comandantes era entrar na Câmara dos Deputados e falar na plenária, para pressionar a aprovação do tratado indígena. Houve muita discussão porque os mais conservadores não queriam deixar discursar pessoas encarapuçadas, que não se identificavam. O passa-montanha, nome em espanhol dos capuzes de alpinistas, além de ser hoje a grande marca zapatista, impede que seus líderes sofram ameaças.

Mas o governo foi obrigado a ceder e eles conseguiram. No dia 16 de abril, o comandante Esther falou para os parlamentares e dezenas de repórteres de todo o mundo. Essa foi a maior cartada de publicidade depois do próprio surgimento do exército zapatista. Por conta da caravana vitoriosa, hoje a situação dos 10% da população do país caminha numa direção melhor.

Até o fechamento desta edição restavam apenas 11 presos políticos zapatistas e aparentemente apenas um terá problemas em ser libertado. O governo completou a retirada dos militares das três posições que os zapatistas exigiam e duas serão transformadas, por decreto presidencial, em centros de desenvolvimento social.

Por outro lado, apesar de a reforma fiscal do México ter tirado os zapatistas das primeiras páginas dos jornais, o Congresso continua discutindo a aprovação da lei indígena, e é bem provável que seja aprovada.



“Ensinou-me o Velho Antônio que somos tão grandes quanto o inimigo que escolhemos para lutar, e tão pequenos quanto grande for o medo que tivermos. Escolha um inimigo grande e isso te obrigará a crescer para poder enfrentá-lo. Diminua seu medo porque, se ele crescer, você vai diminuir, me disse o Velho Antônio numa tarde chuvosa de maio, nessa hora em que reinam o fumo e a palavra”

Subcomandante Marcos

Há uma lenda indígena mexicana que conta a história dos homens de milho. Os deuses criaram, primeiro, homens de ouro. Esses eram muito fortes mas, pesados, eram preguiçosos e não trabalhavam. Os deuses criaram então homens de madeira. Esses trabalhavam muito, mas começaram a ser explorados pelos homens de ouro, que os obrigavam a carregá-los nas costas. Os deuses criaram então os homens de milho, que vieram e libertaram os homens de madeira da tirania dos homens de ouro. Segundo a lenda, os índios eram os homens de madeira, e os homens de milho nunca chegaram. Talvez os zapatistas, homens sem rosto, preencham essa lacuna.

Nunca mais um México sem nós

Em 1994, o México e o mundo conheceram o Exército Zapatista de Libertação Nacional. No dia 1º de janeiro daquele ano os índios desceram as montanhas do estado de Chiapas, sul do país, com o rosto coberto por capuz e declararam guerra ao exército federal. Tomaram quatro cidades, inclusive San Cristóbal de Las Casas, a segunda maior do estado.

Doze dias depois, uma manifestação no Distrito Federal, que reuniu mais de cem mil pessoas, saiu às ruas para apoiar o EZLN, fato que obrigou o então presidente Carlos Salinas de Gortari a declarar o cessar-fogo. Assim foi o início da última grande revolução do século, coincidentemente no mesmo país onde ocorreu a primeira, a de Emiliano Zapata, em 1910.

Como na luta que Zapata travou quase cem anos antes, os índios do EZLN também querem terra para plantar. A revolução de 1910 conquistou para os índios o *ejido*, que é uma propriedade que não pode ser vendida ou tomada e sua posse é hereditária. Essa era a única garantia que os indígenas tinham para plantar e sobreviver.

O fim do *ejido* foi uma das imposições dos Estados Unidos para que o México fizesse parte do Acordo de Livre Comércio da América do Norte (Nafta). Além de estarem no meio de gigantescos latifúndios,

os *ejidos* deram o azar de ter petróleo sob seus solos. Sem a proteção do *ejido*, os bancos podem comprar a preços baixíssimos a terra de Chiapas. Não foi à toa que a revolta explodiu no dia em que o Nafta entrou em vigor. Mas as demandas do EZLN vão muito além da luta pela terra. O novo zapatismo luta por dignidade, ou, como eles mesmos dizem, por “nunca más un México sin nosotros”.

Enquanto o México se desenvolveu, a região indígena de Chiapas continuou parada no século XIX. As crianças ainda morrem de doenças como disenteria. Enquanto o estado tem sete quartos de hotel para cada habitante, os leitos de hospital são apenas 0,4 para cada residente. Outro fato: enquanto Chiapas é o terceiro produtor nacional de energia elétrica, e o primeiro em hidroenergia, só um terço das casas indígenas tem luz, e a maioria nem mesmo possui um lâmpião a gás. A cada 35 minutos uma pessoa morre de fome. De cada 100 moradores, 54 são desnutridos. Foram décadas – senão séculos – de exploração e esquecimento.

O México tem orgulho do seu passado maia e asteca, mas esqueceu de que seus descendentes mais próximos estão vivos, e deixou-os à margem do desenvolvimento.

Não bastasse tudo isso, existe ainda o preconceito, tão forte que já faz parte da cultura. Antes do surgimento do EZLN era comum escutar alguém xingar outra pessoa de “índio”.

Na televisão, as piadas continuam levando adiante o estereótipo do indígena humilde, que se deslumbra com tudo que é moderno. Como disse o jornalista Igor Fuser em seu livro *México em transe*, os índios mexicanos “eram (ou são) menos do que um negro no sul dos Estados Unidos antes de Martin Luther King e menos do que um operário nordestino nas alamedas perfumadas dos Jardins, o reduto da elite paulistana”. ■

Na internet: www.chiapas.apc.com.br
Para receber os comunicados do subcomandante Marcos em português, envie um e-mail para emiliogenmari@osite.com.br

À sombra da direita

Com o apoio de partidos xenófobos e pós-fascistas, Silvio Berlusconi, eleito na Itália, aproxima-se do líder direitista Jörg Haider, que governa a Áustria inspirado em Adolf Hitler. Enquanto isso, na Bélgica, o governo de Guy Verhofstadt tenta deter focos do nazismo após a queda do ministro do Interior, Johan Sauwens, admirador do Terceiro Reich

Sérgio Meireles

AVITÓRIA DO CANDIDATO da coalizão centro-direita Casa das Liberdades, o megaeleitorado Silvio Berlusconi, levando em sua esteira partidos antieuropeus, xenófobos e pós-fascistas, abre novas incertezas no já conturbado mapa político italiano. Diante desse mapa, desenhado desde 1948 por constantes crises de governo, os analistas não ariscam fazer nenhum prognóstico seguro da futura conjuntura política italiana, que depende de uma pergunta ainda sem resposta: poderá Berlusconi – que derrotou seu principal adversário, o ex-prefeito de Roma, Francesco Rutelli, da coalizão centro-esquerda Olivo, nas eleições de 13 de maio – governar longe da sombra de seus principais aliados: Umberto Bossi, líder da Liga Norte, e Gianfranco Fini, da Aliança Nacional? Trata-se de dois partidos rejeitados pela União Européia (UE), que não aprova os seus perfis extremistas.

A guinada da Itália para a direita provocou uma forte reação do ministro belga do Exterior, Louis Michel, que sugeriu ao governo Berlusconi o mesmo tratamento – duro e frio – dado pela UE à Áustria, quando o partido do líder direitista Jörg Haider foi incluído na coalizão governante. A conduta antidemocrática desse líder austríaco é conhecida há tempo. Em junho de 1991, quando governava a província meridional de Caríntia, à frente do ultranacionalista Partido Liberal (PL), Haider foi destituído do cargo por elogiar a política de pleno emprego do Terceiro Reich.

Em 1993, após a queda do Muro de Berlim, intensificou seu discurso xenóforo, atribuindo à imigração descontrolada o aumento da criminalidade e do desemprego. Em fevereiro daquele mesmo ano, 200 mil pessoas fizeram uma manifestação de repúdio ao racismo nas ruas de Viena, influenciando no veto ao projeto de Haider de reduzir o número de estrangeiros e limitar seus direitos. Na metade da década de 90, em meio a uma onda de ataques terroristas contra imigrantes, o escritor Hans Hening Scharsach mostrou num livro que teve ampla difusão as semelhanças entre Haider e Hitler, que “também era um populista em suas origens”.

Envolvido na negociação de uma nova fase de reformas institucionais, o governo federal do primeiro-ministro da Bélgica, Guy Verhofstadt, anunciou o perigo que representam Haider e Umberto

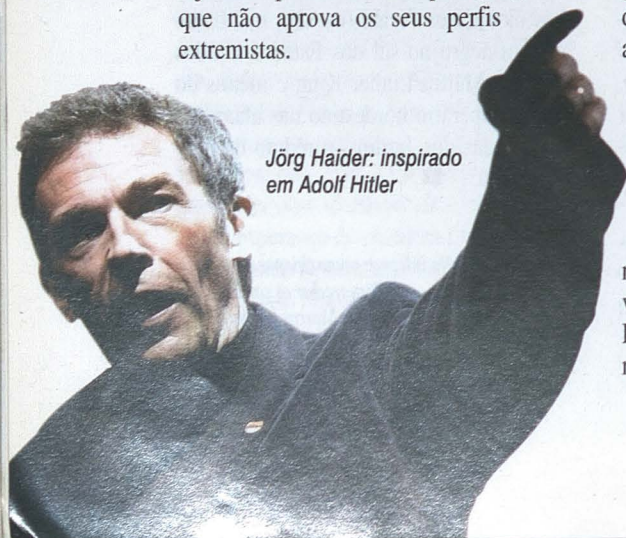
Bossi, uma dupla de simpatizantes do nazi-fascismo.

Agora, um terceiro demônio acaba de mostrar sua verdadeira face: o ministro do Interior do governo regional flamengo (parte norte da Bélgica), Johan Sauwens, dirigente do partido nacionalista Volksunie, demitiu-se dia 9 de maio, após revelações na imprensa, especialmente pelo jornal *De Morgen*, de ter participado de um congresso nazista. Foram divulgados detalhes da visita de Sauwens ao Fonds Saint-Martin, uma associação de antigos membros das tropas de elite nazista Waffen SS e de colaboradores. A reunião ocorreu na periferia da Antuérpia, com simpatizantes procedentes de vários países europeus, entre os quais a França.

O Fonds Saint-Martin costuma fazer com regularidade sessões de leitura, debates e coleta de fundos. *Vende Berkenkruis* (a “Cruz de Carvalho”, um dos emblemas da SS) é uma revista que prega o anti-semitismo e idolatra Adolf Hitler e Klaus Barbie. Um filme e indícios de que Sauwens era assinante dessa publicação desmontaram o seu argumento de não ser adepto do nazismo. O ex-ministro é originário de Bilzen, uma comunidade do Limbourg, leste da Bélgica, onde até hoje permanece viva a lembrança da rivalidade entre negros e brancos.

Na Antuérpia, Sauwens deu autógrafos e cantou o hino da Legião Flamenga diante de uma platéia de 1.500 pessoas, composta de extremistas uniformizados e

Jörg Haider: inspirado em Adolf Hitler





Fotos: AFP

Silvio Berlusconi: desafiado a governar longe da sombra de seus aliados, Umberto Bossi e Gianfranco Fini, de perfis extremistas

de simpatizantes do partido neofascista Vlaams Blok.

Triunfo aparente

Não se pode dizer que as eleições representem um passo triunfal para Silvio Berlusconi, que leva o governo para a direita em um país de formação histórica eleitoral de esquerda e que hoje, depois da Alemanha e da França, e ao lado do Reino Unido, é a terceira potência da Europa. De fato, a Casa das Liberdades, em seu conjunto, superou ligeiramente os 52% de votos na Câmara Baixa, mas no Senado as distâncias diminuíram. A direita obteve 42,5% dos sufrágios, contra apenas 38,7% conseguidos por Olivo.

Rutelli aceitou a vitória do seu adversário como legítima e prometeu levar adiante uma oposição incisiva, pela qual pretende converter-se num novo líder. O quadro lhe favorece: os ex-comunistas não estão em situação de disputar essa liderança nem tampouco os Verdes, praticamente anulados com os resultados desastrosos nas urnas.

Apesar de a Força Itália, movimento fundado pelo megaempresário em 1994, ter conquistado 30% dos votos, o partido pós-fascista Aliança Nacional, o separatista Liga do Norte e agremiações centristas, ao perderem um pouco de terreno com o deslocamento de votos dentro da própria direita, “podem não derrubar o novo primeiro-ministro da Itália de imediato, como fez Umberto Bossi em 1994, mas iniciarão uma guerra contra ele, cobrando muito caro pelo resgate. “Os extremistas precisam de dinheiro para existir, enquanto esperam e torcem pelo seu fracasso, já que cada um deles ambiciona recuperar sua herança política”.

É como avalia o jornalista Indro Montanelli, decano da imprensa italiana, militante histórico da direita, que confessa ter votado pela “primeira vez na vida à esquerda”: “Sou um homem de direita que não perdoa à direita o fato de ser representada por um homem como Berlusconi.”

A poucos dias das eleições, Montanelli antecipou para o *Le Monde* ter sido um erro achar que se poderia derrubar Berlusconi, por meio de processos judiciais (ele é alvo de várias ações por corrupção e lavagem de dinheiro). Esses processos “fizeram dele um mártir e os italianos, além de alimentarem preconceito em relação à Justiça, adoram os mártires. Sobretudo quando o mártir desponta como um homem providencial que pode fazer milagres. O seu sucesso não é miraculoso?” indaga. Montanelli diz que o país está repleto de vendedores, mas nenhum do seu calibre. “É o mentiroso mais sincero que existe, uma vez que ele é o primeiro a acreditar nas suas próprias mentiras. Quando chora, alguns pensam que são lágrimas de crocodilo, mas estão equivocados: são lágrimas de verdade. É isso que o torna perigoso”, completa.

A vitória de Berlusconi decepcionou outros expoentes do círculo intelectual. Um deles, o dramaturgo italiano e anarquista Dario Fo, Prêmio Nobel de Literatura, considerou “uma estupidez” a vitória de um candidato sobre o qual recaem fortes suspeitas de que teria construído a sua fortuna em sociedade com a Máfia e fraudado o governo italiano. O megaempresário soma à sua incalculável fortuna, três tevês privadas e controla também os três canais públicos.

Por essa rede de canais, Silvio Berlusconi saudou, num discurso estatístico, “os líderes e amigos da União Européia e dos Estados Unidos”, e enumerou 12 medidas que pretende adotar nos primeiros cem dias de governo. Entre elas, se destacam a abolição das taxas sobre impostos de herança e doações; criação de polícias de bairro para reduzir os índices de violência e uma revolução fiscal para reduzir as alíquotas de certas faixas de renda. Segundo Rutelli, “a Itália sairá da União Européia, se Berlusconi adotar mesmo uma redução de impostos”.

A culpa das constantes crises de governo e as mudanças de maiorias parlamentares na Itália é atribuída à lei de 1993 conhecida como Matarellum (do nome do seu autor, Sérgio Matarella), que busca contentar a todas as partes, não satisfazendo a ninguém. Os grandes partidos, agrupados em coalizões, pressionam a favor de um sistema majoritário, ao estilo britânico, onde ganha o candidato que obtiver mais votos em cada colégio.

A Força Itália, por exemplo, tem concordado há anos com o seu principal adversário, Os Democratas de Esquerda, principal partido da coligação Olivo, sobre a necessidade de reformar essa lei, através de um modelo mais majoritário. Isso, por sua vez, não interessa aos partidos menores, contrários ao bipolarismo. Os resultados da lei Matarellum agravaram o cenário instável armado desde o início dos anos 90: o governo de Silvio Berlusconi em 1994 durou sete meses; o primeiro governo do Olivo, em 1996, durou pouco mais de um ano e meio. ■

Esquerda promove filmes latino-americanos

Numa cena internacional dominada pelo quase monopólio de Hollywood, nosso cinema encontra, na França, algumas brechas para chegar ao público europeu

Edouard Bailby

SEGUNDO ESTATÍSTICAS PUBLICADAS em outubro na revista *O correio da Unesco*, os Estados Unidos produziram 628 filmes em 1999, ocupando o segundo lugar no mundo, depois da Índia (764 filmes). A União Européia (UE) chegou em terceira posição. O fato relevante é que o cinema norte-americano ocupa mais da metade do mercado em nove dos dez maiores produtores de filmes: oitenta por cento no Reino Unido; 72% na Espanha; 65% no Japão; 62% na Itália; 57% na França e assim por diante. No entanto, só 4% na Índia. Em contrapartida, os 15 países da UE conquistaram apenas 3% do mercado nos Estados Unidos. Há um desequilíbrio flagrante, que não deixa de ser preocupante.

Mais irritante é um fenômeno que está ocorrendo ultimamente num país como a França, onde diretores de cinema dão títulos em inglês a seus filmes. Esnobismo ou problema de marketing? São casos recentes *Stand By*, drama psicológico de Roch Stephanik, e *Too much flesh*, comédia dramática de Jean-Marc Barr. Pior ainda: *Stalingrad*, de Jean-Jacques Annaud, que foi lançado em março deste ano com bastante propaganda comercial. Pálida cópia dos espetáculos de Hollywood, o filme é inteiramente falado em inglês. Em entrevista a *Le journal du dimanche* (11 de março de 2001), o diretor de 56 anos, que ganhou em 1976 o Oscar de melhor filme estrangeiro com *La Victoire en*

chantant, explicou: "Creio que hoje os filmes são parecidos a enormes presentes empacotados, nos quais não há nada dentro. Em compensação, o filme mais significativo, sem um lindo embrulho, não atrai mais o público. São objetos magníficos, porém inúteis."

Perguntado por que não se via há muito tempo um artista francês nos filmes dele, Jean-Jacques Annaud respondeu: "Uma coisa está clara: a partir de um certo orçamento, as versões originais dos filmes são em inglês e os artistas franceses falam mal inglês. Não realizar um filme em inglês é perder mais da metade do mercado possível." Tudo está dito: o diretor de *Stalingrad* quer, antes de mais nada, ganhar dinheiro, abandonando sua própria cultura. Dessa vez, o resultado é um fracasso artístico.

Os latino-americanos

Na França as principais salas em Paris e no interior estão praticamente nas mãos de grandes distribuidoras norte-americanas. É portanto reduzido o espaço reservado aos filmes dos países emergentes, principalmente africanos e latino-americanos.

Recentemente, foi lançado, em apenas duas salas de Paris, *Bossa nova*, comédia dramática de Bruno Barreto. Anteriormente foram exibidos, em 1997, *Tieta do agreste*, de Carlos Diegues, e, no ano seguinte, *Central do Brasil*, de Walter Salles.

Veza por outra aparece um longa-metragem argentino, chileno ou mexicano. É

no Le Latina, que tem duas pequenas salas no bairro antigo do Marais, que os parisienses podem ver o ano inteiro filmes em línguas neolatinas: espanhol, francês, italiano, português e romeno. A grande maioria são brasileiros e latino-americanos. Le Latina é o único cinema na França e possivelmente no mundo que só exhibe documentários e longas-metragens de países latinos. Dirigido por Silvia Balea desde 1993 é um ponto de referência na Cidade Luz.

No ano passado foram exibidos mais de 120 filmes latino-americanos. Criado sob o patrocínio da União Latina, organização intergovernamental da qual o Brasil é membro, Le Latina recebe a ajuda financeira do ministério francês da Cultura e da rede Europa Cinema, da União Européia.

Os festivais das esquerdas

Para selecionar os filmes a serem exibidos, Silvia Balea mantém contatos permanentes com produtores e distribuidores. Às vezes um longa-metragem lançado em pré-estréia no Le Latina acaba entrando nos grandes circuitos comerciais, como foi o caso de *Central do Brasil*, de Walter Salles. Mas é nos festivais de cinema do interior da França, inteiramente dedicados ao chamado Terceiro Mundo, que ela vai descobrindo obras inéditas ou pequenas jóias da Sétima Arte.

Amiens, Biarritz, Bordeaux, Marseille, Nantes, Pau, Pessac, Toulouse e Villeurbanne, perto de Lyon, organizam uma



Foto: AFP

'Central do Brasil' foi o mais recente destaque do cinema brasileiro. Na foto, o diretor Walter Salles abraça o ator Vinicius de Oliveira e a atriz Fernanda Montenegro, protagonistas do filme que conta um drama brasileiro com significação universal. À direita, o produtor Arthur Cohn

vez por ano um festival de cinema inteiramente dedicado ao Terceiro Mundo. São os mais importantes no interior da França, porém há outros. Com exceção de Biarritz, no litoral atlântico, que apresenta em outubro um festival de filmes ibéricos e latino-americanos, todos os demais festivais são realizados por cidadãs e cidadãos de esquerda. O Festival dos 3 Continentes, em Nantes, criado pelos irmãos Alain e Philippe Jalladeau, é dos mais famosos.

Em novembro passado, homenagearam Glauber Rocha, apresentando retrospectiva das suas obras: nove longas-metragens, três curtas-metragens e três documentários. Faltou apenas um pequeno filme político sobre a Revolução dos Cravos, em Portugal. Oito realizadores e jornalistas brasileiros, além da filha do cineasta, animaram debates públicos com a crítica francesa Sylvie Pierre, reconhecida especialista da obra de Glauber Rocha, que ela conheceu pessoalmente.

O caso mais interessante são os Encontros de Cinema da América Latina, em Toulouse, cidade de 740 mil habitantes, incluindo os subúrbios no sudoeste da França. É um dos maiores centros universitários do país, com 110 mil estudantes matriculados. Pela proximidade da Espanha e porque muitos são filhos ou netos de republicanos que fugiram do regime franquista, as

aulas de castelhano têm um número recorde de alunos. Também o português está despertando um interesse crescente.

Antiga militante de uma organização de esquerda que ajudava os refugiados políticos argentinos, brasileiros, chilenos, paraguaios e uruguaios, Esther Saint Dizier, que fala espanhol fluentemente, resolveu criar um festival de cinema inteiramente latino-americano. Hoje é o mais importante do seu gênero na França.

Com orçamento inferior a 200 mil dólares, assegurado por organismos municipais, regionais e estatais, além da ajuda de cem voluntários, ela conseguiu apresentar, de 12 a 20 de março, um total de 70 longas-metragens latino-americanos em várias salas da cidade e outros tantos curtas-metragens.

Este ano competiram sete países: Argentina (5 filmes), Bolívia (1), Brasil (2), Chile (3), Colômbia (1), México (3) e Uruguai (1). A Argentina ganhou os dois maiores prêmios.

Durante os Encontros de Toulouse, foram exibidos mais de 15 filmes brasileiros, com a presença de Lina Chamie, Erik de Castro, César Paes, Toni Venturi, Zélito Viana e Ivana Bentes, além de uma interessante retrospectiva das obras de Arthur Omar, incluindo *Triste Trópico*, produzido em 1974.

Um trabalho exemplar

Os Encontros de Toulouse publicam uma vez por ano, sob a direção de Francis Saint Dizier, marido de Esther, uma belíssima revista de 180 páginas, intitulada *Cinemas d'Amérique Latine*. O último número contém entrevistas com César Paes, radicado em Paris, e João Moreira Salles, além de dois trabalhos sobre Arthur Omar, uma análise de oito páginas de Leonor Souza Pinto sobre cinema brasileiro e censura durante a ditadura militar, e um artigo, também de oito páginas, de Maria Dora G. Mourão, a respeito dos novos rumos para o ensino do cinema. Vale sublinhar que a revista é publicada em três línguas: espanhol, francês e português.

Graças a esses festivais, organizados por amigos do Brasil e da América Latina que têm uma visão progressista da Humanidade, os filmes latino-americanos recebem uma divulgação maior no interior da França do que em Paris, sobretudo entre os jovens que buscam culturas diferentes. Aos poucos o cinema do Novo Mundo vai abrindo caminho. Le Latina dá a sua contribuição, para que de cidades como Toulouse e Nantes cheguem à Cidade Luz os filmes mais representativos de um mundo que tenta escapar à globalização. Trata-se de um trabalho notável. ■

Tema para arqueólogos?

A cada dia, as multinacionais ganham mais espaço para agir no mundo sem o contrapeso da lei, sob o olhar cúmplice dos governos

Eduardo Galeano

MAIS DE NOVENTA MILHÕES de clientes visitam a cada semana as lojas Wal-Mart. Seus mais de novecentos mil empregados são proibidos de se filiarem a qualquer sindicato. Quando a algum deles ocorre a idéia, passa a ser mais um desempregado. A bem-sucedida empresa nega, sem dissimular, um dos direitos humanos proclamados pelas Nações Unidas: a liberdade de associação. O fundador da Wal-Mart, Sam Walton, recebeu em 1992 a Medalha da Liberdade, uma das mais altas condecorações dos Estados Unidos.

Um em cada quatro adultos norte-americanos e nove entre dez crianças engolem no McDonald's a comida plástica que os engorda. Os trabalhadores do McDonald's são tão descartáveis quanto a comida que servem: são moídos pela mesma máquina. Eles também não têm o direito de sindicalizar-se. Na Malásia, onde os sindicatos operários ainda existem e atuam, as empresas Intel, Motorola, Texas Instruments e Hewlett Packard conseguiram evitar esse contratempo. O governo da Malásia declarou *union free*, livre de sindicatos, o setor eletrônico.

Também não tinham nenhuma possibilidade de agremiar-se as 190 operárias que morreram queimadas na Tailândia, em 1993, num galpão, trancado por fora, onde fabricavam os bonecos de Sesame Street, Bart Simpson e os Muppets.

Bush e Gore coincidiram, durante a campanha eleitoral do ano passado, na necessidade de continuar a impor ao mundo o modelo norte-americano de relações trabalhistas. "Nosso estilo de trabalho", como ambos o chamaram, é o que está marcando o passo da globalização, que avança com

botas de sete léguas e penetra até nos mais longínquos cantos do planeta. A tecnologia, que aboliu as distâncias, permite agora que um operário da Nike na Indonésia deva trabalhar 100.000 anos para ganhar o que um executivo da Nike nos Estados Unidos recebe em apenas um ano, e que um operário da IBM, nas Filipinas, fabrique computadores que ele mesmo não pode comprar.

É a continuação da época colonial, em uma escala jamais conhecida. Os pobres do mundo continuam a cumprir a sua função tradicional: proporcionando braços e produtos baratos, mesmo que agora produzam bonecos, sapatos esportivos, computadores ou instrumentos de alta tecnologia, além de produzir, como antigamente, borracha, arroz, café, açúcar e outras coisas malditas para o mercado mundial.

Desde 1919 foram assinados 183 tratados internacionais que regulam as relações de trabalho no mundo. Segundo a Organização Internacional do Trabalho (OIT), a França só ratificou 115; a Noruega, 106; a Alemanha, 76, e os Estados Unidos, 14. O país que lidera o processo de globalização só segue suas próprias ordens. Assim, assegura suficiente impunidade a suas grandes corporações, lançadas à caça de mão-de-obra barata e à conquista de territórios que as indústrias sujas podem contaminar à vontade.

Pois esse país, que só reconhece a lei do trabalho fora da lei, é quem agora diz que não haverá outra solução, senão incluir "cláusulas sociais" e de "proteção ambiental" nos acordos de livre comércio.

O que seria da realidade sem a publicidade que a cobre de maquiagem? Essas cláusulas são impostos que o vício paga à virtude na rubrica relações públicas, mas a simples menção dos direitos operários põe em pé os cabelos dos mais ardentes advo-

gados do salário de fome, do horário flexível e da demissão sem entraves.

Desde que Ernesto Zedillo deixou a Presidência do México, passou a integrar a diretoria da Union Pacific Corporation e da Procter & Gamble, que opera em 140 países. Também preside uma comissão das Nações Unidas e divulga suas idéias na revista *Forbes*: em tecnocratas, mostra indignação com "a imposição de normas trabalhistas homogêneas nos novos tratados comerciais". Traduzido, isso significa: vamos jogar na lata do lixo toda a legislação internacional que ainda protege os trabalhadores. O presidente aposentado ganha para defender a escravidão. Mas o principal executivo da General Electric diz a mesma coisa, de forma ainda mais clara: "Para competir, temos que espremer os limões. Fatos são fatos."

O poder econômico está mais monopolizado do que nunca, porém os países e as pessoas se tornam concorrentes entre si, para ver quem oferece mais por menos, e quem trabalha o dobro pela metade. À beira do caminho estão ficando os restos das conquistas arrancadas por dois séculos de lutas operárias em todo o mundo.

As montadoras do México, da América Central e do Caribe, que muito adequadamente são chamadas de *sweat shops*, oficinas do suor, crescem a um ritmo muito mais acelerado que a indústria no seu conjunto. Oito em cada dez novos empregos na Argentina carecem de qualquer proteção legal. Nove em cada dez novos empregos em toda a América Latina correspondem ao "setor informal", eufemismo para dizer que os trabalhadores têm que se virar.

Será que a estabilidade e todos os outros direitos dos trabalhadores passarão a ser um tema para arqueólogos? Lembranças de uma espécie extinta?

O medo do desemprego, que serve aos empregadores para reduzir custos, é hoje fonte de angústia universal. Quem está a salvo do pânico de se ver nas longas filas dos que procuram emprego? Diante da globalização do dinheiro, que divide o mundo em domadores e domados, será possível internacionalizar a luta pela dignidade do trabalho? ■

MAGIA CULTURAL,
 PRAIAS, SOL DIRETO,
 BRISA CONSTANTE,
 PATRIMÔNIO HISTÓRICO
 QUE FAZ
 VIAJAR NO TEMPO.



São Luís tem uma economia emergente, quase virgem se comparada às maiores cidades do país. E por isso mesmo oferece oportunidades singulares para pessoas ousadas e com visão empresarial, especialmente no campo do turismo – com a aceleração das obras de infra-estrutura, novos hotéis e tudo mais que está acontecendo a olhos vistos. Só que São Luís tem muitas outras coisas para olhar e se apaixonar. Mesmo o mais determinado empresário vai sentir que veio para esta vida a passeio. Nem sempre a negócios.

E TEM GENTE QUE
 VEM SÓ A NEGÓCIOS.



PREFEITURA
Trabalho e Honestidade



JÁ VIU UM JOGO ONDE TODO MUNDO GANHA?

Quando você tenta a sorte em um jogo da Loterj, pode estar mudando a sorte de muita gente. Agora ainda mais: o Governo do Estado estadualizou os bingos e passou a regulamentar, autorizar e controlar esta atividade através da Loterj. Isto significa aumentar em quase o dobro os recursos provenientes do bingo. Recursos para o desenvolvimento social do Estado do Rio. Aqui é assim: você sabe para onde vai o dinheiro do bingo. Agora mesmo, 900 casas populares estão sendo entregues no Trevo das Missões, um prêmio para quem sonhava com a casa própria. Este prêmio pode sair em muitas outras formas, como ambulâncias, reforma de escolas, o que for preciso para tornar melhor e mais digno o dia-a-dia de quem vive em nosso Estado. Loterj. Sorte de quem mora aqui.

GOVERNO DO ESTADO
RJ
RIO DE JANEIRO

Loterj